



RELATÓRIO
**Violência contra os
povos indígenas no Brasil**

DADOS DE 2013



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

ISSN 1984-7645

RELATÓRIO

Violência contra os Povos Indígenas no Brasil

Dados de 2013

APOIO



Este relatório é uma publicação do
Conselho Indigenista Missionário (Cimi),
organismo vinculado à Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

PRESIDENTE
Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO
SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br

RELATÓRIO
Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2013

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA
Lúcia Helena Rangel – Professora de Antropologia da PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS
Regionais do Cimi e Setor de Documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS
Eduardo Holanda, Leda Bosi e Marluce Ângelo da Silva

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS
Lúcia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott

SELEÇÃO DE IMAGENS
Aida Cruz e Luana Luizy

REVISÃO
Patrícia Bonilha

DIAGRAMAÇÃO
Licurgo S. Botelho

CAPA

Barco da Funai, chamado de Kagwahiwa, é incendiado por manifestantes em Humaitá (AM) em protesto contra os Tenharim
– Kagwahiwa é o nome de um conjunto de 7 povos integrantes da família linguística Tupi-Guarani que se concentram na bacia superior
do Rio Madeira, dos quais os Tenharim fazem parte. Também é o modo como esses povos referem-se a si mesmos.

Foto de Raulin, cedida pelo povo Tenharim



Dedicamos esta edição a **Dom Tomás Balduino**, que fez sua Páscoa no dia 2 de maio de 2014. Com alegria, entusiasmo e presença solidária ele marcou para sempre a história da Igreja junto aos povos indígenas. Nos primeiros anos do Cimi, Dom Tomás já vislumbrava a necessidade de denunciar as violências cometidas contra estes povos e, nesse sentido, ele foi um dos autores e articuladores do documento-denúncia *Y Juca Pirama*, publicado em 1973.

Os mesmos projetos de morte, alguns com nova roupagem, seguem ainda hoje ameaçando a vida e a sobrevivência dos povos originários.

Por isso, fiéis e renovando os mesmos compromissos assumidos por Dom Tomás, que sempre será uma referência para o Cimi, manteremos o empenho em dar visibilidade às violências cometidas contra os povos indígenas do Brasil, na esperança de que um dia serão apenas memória de um passado.

“Nossas populações indígenas, ao longo do tempo, já pagaram à morte o seu doloroso tributo. Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que devia morrer é aquele que deve viver”.

(Y Juca Pirama - o índio: aquele que deve morrer)



A sobrevivência física e cultural dos povos indígenas está estreitamente vinculada à garantia e preservação de seus territórios, considerados sagrados; para eles, a destruição da floresta e da água significa a própria destruição

“Com a terra, o céu murchou”	9
Dom Erwin Kräutler – <i>Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi</i>	

Apresentação

A paralisação das demarcações como elemento indutor da violência	11
Cleber César Buzatto – <i>Secretário Executivo do Cimi</i>	

Introdução

O desfavorável panorama político reflete-se diretamente no aumento da violência nas aldeias	15
Lúcia Helena Rangel – <i>Professora de Antropologia da PUC-SP</i>	
Roberto Antonio Liebgott – <i>Missionário leigo atuando no Cimi Regional Sul</i>	

Artigos

Atenção à saúde indígena no Brasil: uma realidade devastadora	20
Roberto Antonio Liebgott – <i>Representante do Cimi na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi)</i>	
Tenharim: um povo condenado ao <i>Apartheid</i>	23
Egydio Schwade – <i>Ex-Secretário Executivo do Cimi</i>	
Dotação e execução orçamentária: a violência institucionalizada	27
Iara Tatiana Bonin – <i>Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</i> <i>e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil</i>	

Capítulo I – Violência contra o patrimônio

Omissão e morosidade na regularização de terras	31
Conflitos relativos a direitos territoriais	38
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	40

Capítulo II – Violência contra a pessoa

Assassinatos	49
Tentativa de assassinato	56
Homicídio culposo	61
Ameaça de morte	63
Ameaças várias	65
Lesões corporais dolosas	67
Abuso de poder	69
Racismo e discriminação étnico culturais	70
Violência sexual	75

Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público

Suicídio	79
Desassistência na área de saúde	86
Morte por desassistência à saúde	94
Mortalidade na infância	96
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	98
Desassistência na área de educação escolar indígena	99
Desassistência geral	104

Capítulo IV – Violência contra Povos Indígenas Isolados e de pouco contato

Os Povos Indígenas Isolados continuam ameaçados	115
Relação dos Povos Indígenas Isolados no Brasil	117

Anexo

Tabelas Resumo da Violência contra os Povos Indígenas – Dados de 2013	122
---	-----



A ocupação de Belo Monte (PA) explicita a contrariedade dos povos indígenas ao atual modelo desenvolvimentista, que prioriza o lucro acima da própria vida

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AIS	Agente de Saúde Indígena
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Apoiname	<i>Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Casai	Casa de Apoio à Saúde Indígena
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
Cisi	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNSI	Conferência Nacional de Saúde Indígena
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condisi	Conselho Distrital de Saúde Indígena
CPF	Cadastro da Pessoa Física
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dsei	Distrito Sanitário Especial Indígena
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Focimp	Federação das Organizações e Comunidades indígenas do Médio Purus
Foirn	Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social

Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IWGIA	Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MJ	Ministério da Justiça
MPF	Ministério Público Federal
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
Opan	Operação Amazônica Nativa
Opittampp	Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Apurinã, Mura, Parintintin e Pirahã
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
PM	Polícia Militar
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Rani	Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas
RG	Registro Geral
Rima	Relatório de Impacto Ambiental
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
Sodiur	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TEPT	transtorno de Estresse Pós-Traumático
TI	Terra Indígena
UHE	Usina Hidrelétrica
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Criança



Para continuar existindo, o povo Awá Guajá é desafiado diariamente pela sanha de setores econômicos, como o madeireiro, que visam exclusivamente a exploração das terras indígenas tradicionais

“Com a terra, o céu murchou”*

Erwin Kräutler

Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi

Apresentamos o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil com os dados de 2013. Destacamos que muitas das agressões registradas têm como pano de fundo a paralisação de todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas, imposta pela presidenta da República Dilma Rousseff. Recorrentemente, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tem denunciado a omissão do poder público na condução da política indigenista e o descaso para com a vida destes povos. Em 2013 a omissão se tornou ainda mais enfática quando o governo federal deixou de cumprir sua responsabilidade constitucional de realizar os procedimentos administrativos de demarcação. A atitude de paralisar os já morosos processos em curso demonstra que as atenções do governo estão voltadas aos setores da economia e da política ligados ao latifúndio, ao agronegócio, às empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidráulica, que visam exclusivamente a exploração da natureza em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Os interesses privados destes grupos encontram ressonância na política desenvolvimentista praticada pelo governo e também em seus interesses eleitoreiros.

Os dados reunidos neste Relatório demonstram que a paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas tem graves consequências para a vida das comunidades indígenas. Acirraram-se os conflitos em diversos estados da federação, tornando ainda mais instáveis e precárias as condições de sobrevivência das famílias indígenas acampadas na beira das rodovias ou daquelas comunidades cujas terras se encontram em grande parte invadidas. Além disso, intensificaram-se as violências e ameaças de morte contra indígenas que se mobilizam para reivindicar o início ou a continuidade dos procedimentos demarcatórios.

O grave descaso do governo para com os direitos territoriais indígenas gerou também novas investidas contra esses povos, protagonizadas por grupos privados ou representantes públicos. Os dados coletados em 2013 evidenciam a promoção, por particulares, de inúmeros eventos públicos com o intuito de criminalizar as lutas indígenas e, ao mesmo tempo, desqualificar seus

modos de vida. Também tem sido frequente a difusão de discursos com teor preconceituoso, discriminatório e racista em meios digitais de informação, bem como em jornais, programas de televisão e de rádio. O “Leilão da Resistência”, promovido por organizações ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no Mato Grosso do Sul em 7 de dezembro, foi um desses eventos.

No entender do Cimi, o governo federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas que não têm assegurada a posse de suas terras. O governo também age de modo conivente diante das invasões e da depredação dos recursos naturais e é omisso nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar, proteger e assegurar o usufruto das terras pelos povos indígenas.

O descaso para com estes povos não se restringe apenas aos direitos territoriais. Manifesta-se também no criminoso desleixo no atendimento à saúde das populações indígenas que resultou, de acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, na morte de 693 crianças em 2013. A constatação de que de cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida.

Além de denunciar as violências praticadas contra os povos indígenas e de responsabilizar o governo pelo agravamento dessa dramática situação, este Relatório pretende alertar para a necessidade de promovermos uma ampla e intensa luta em defesa da vida. A sobrevivência física e cultural dos povos indígenas está estreitamente vinculada à garantia de seus territórios. Urge revermos as prioridades sociais e as direções políticas de nosso país, realizando debates, reflexões e estudos que estimulem a participação para o controle social e que possibilitem a formulação de propostas e projetos de vida com dignidade para todos.

Para os indígenas expulsos de suas terras ou continuamente ameaçados de perdê-las concretiza-se, infelizmente, a palavra do Profeta Isaías: “A terra está de luto e doente, o mundo definha, está doente; com a terra, o céu murchou” (Is 24,4). Para povos indígenas despojados de seu habitat ancestral, o mundo vira deserto e o céu do Bem Viver é profanado.

Altamira, 29 de junho de 2014

* Citação bíblica do Profeta Isaías (Is 24,4)



A paralisação dos processos de demarcação das terras tradicionais alimenta o conflito e a violência contra os povos indígenas em todo o Brasil e ignora a dívida histórica do país com seus povos originários



A paralisação das demarcações como elemento indutor da violência

Laila Menezes

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi



Contrariando o que determina a Constituição Brasileira, o governo Dilma paralisou os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas no país. Ao longo de todo o ano de 2013, apenas uma terra indígena foi homologada pela presidenta, enquanto a média no governo Fernando Henrique Cardoso foi de 18 homologações por ano e no governo Lula esta média foi de 10 terras homologadas.

Com isso, de imediato, mostra-se evidente a falácia da tese defendida pelos ruralistas, segundo a qual o aprofundamento dos conflitos fundiários envolvendo a demarcação das terras indígenas no Brasil resultaria de uma “onda de demarcações”. Ao contrário, é a não demarcação que se torna combustível e alimenta o conflito e a violência contra os povos no país.

A paralisação das demarcações, por sua vez, é uma decisão política do governo Dilma. Esta decisão, em nosso entendimento, resulta de dois fatores principais. O primeiro diz respeito à opção do governo brasileiro por um modelo de desenvolvimento ultra dependente da produção, exploração e exportação de produtos primários, de modo especial *commodities* agrícolas e minerais. Esta opção fortalece os setores econômicos beneficiários deste modelo, particularmente as grandes empresas multinacionais, os ruralistas, as mineradoras e as empreiteiras. Como é de conhecimento público, estes setores são inimigos históricos dos povos indígenas, sendo os principais responsáveis pelos massacres, etnocídios e espoliações dos territórios destes povos.

Daí resulta o segundo fator acima citado. Fortalecidos pelo Estado e conhecedores das dependências resultantes do modelo de desenvolvimento em curso, estes setores fazem pressão política e econômica para que seus interesses sejam ainda mais privilegiados nas decisões governamentais. Como anunciado publicamente pelos mesmos, a não demarcação das terras indígenas é uma das quatro prioridades dos ruralistas no atual momento histórico brasileiro.

A paralisação das demarcações reprime ainda mais uma demanda histórica dos povos indígenas. Das 1.047 terras indígenas reivindicadas por estes povos atualmente, de acordo com levantamentos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apenas 38% estão regularizadas. Cerca de 30% das terras estão em processo de regularização e 32% sequer tiveram iniciado o procedimento de demarcação por parte do Estado brasileiro. Das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas existentes no Brasil, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, vivem nas outras regiões do país, que têm apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas.

Conforme as tabelas abaixo, são 30 os processos de demarcação de áreas já identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como terras indígenas que não têm nenhum litígio judicial. Ou seja, não há nenhuma pendência ou obstáculo para a efetivação da demarcação destas terras. Destes 30 processos, 12 dependem apenas da assinatura da Portaria Declaratória pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, 17 terras indígenas aguardam apenas a homologação pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e um processo aguarda a expedição do Decreto de Desapropriação, também pela presidenta Dilma. Outros cinco processos estão na mesa da presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, aguardando apenas a assinatura de aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação.

Processos de Terras Indígenas sem litígio judicial

Expedição de Portaria Declaratória			
Terra Indígena/Processo	UF	Grupo	Encaminhamento
Apiaká do Pontal e Isolados 08620.000073/2010-96	MT	Apiaká, Muduruku e Isolados	12.12.2013
Estação Parecis 08620.000375/1996-55	MT	Paresí	07.04.2014
Irapuá 08620.000704/1995-87	RS	Guarani	04.04.2013
Kanela Memortunré 28870.00615/1982-16	MA	Canela-Romkokamekra	17.02.2014
Kawahiva do Rio Pardo 08620.001791/2003-51	MT	Isolado	26.04.2013
Paquicamba 08620.002436/2000-56	PA	Juruna	12.12.2013
Taego Awá 08620.026137/2012-41	TO	Avá-Canoeiro do Araguaia	20.02.2014
Taunay-Ipeque 28870.000289/1985-55	MS	Terena	19.09.2013
Tenondé Porá 08620.000633/2004-64	SP	Guarani	06.05.2014
Tumbalalá 08620.001332/2009-62	BA	Tumbalalá	19.01.2012
Tupinambá de Olivença 08620.001523/2008-43	BA	Tupinambá	05.05.2014
Votouro/Kandóia 08620.000221/2003-43	RS	Kaingang	29.09.2012

Expedição de Decreto de Desapropriação			
Terra Indígena/Processo	UF	Grupo	Encaminhamento
Coroa Vermelha - Gleba C 08620.000504/2011-03	BA	Pataxó	23.08.2013 (Casa Civil/PR em 03.10.2013)

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai) – junho de 2014

Expedição de Decreto de Homologação			
Terra Indígena/Processo	UF	Grupo	Encaminhamento
Arara da Volta Grande do Xingu 08620.008845/2012-08	PA	Arara	25.06.2012
Arara do Rio Amônia 08620.050892/2012-46	AC	Arara	08.04.2013
Arary 086.20.062432/2012-61	AM	Mura	06.03.2013
Banawá 08620.001139/2011-462	AM	Banawá	08.04.2013
Cachoeira Seca 08620.050825/2012-21	PA	Arara	09.10.2012
Cacique Fontoura 08620.001304/2010-89	MT	Karajá	26.08.2010
Cajuhiri-Atravessado 08620.006976/2013-23	AM	Cambéba, Miranha e Tikuna	12.08.2013
Manoki 08620.008856/2012-80	MT	Irantxe	26.03.2013
Mapari 08620.055692/2013-61	AM	Caixana	17.01.2014
Morro dos Cavalos 08620.001922/2011-18	SC	Guarani Mbyá e Nandéva	29.09.2011
Pequizal do Naruvôtu 08620.023116/2012-73	MT	Naruvote	26.03.2013
Potiguara de Monte-Mor 08620.001163/2011-85	PB	Potiguara	06.09.2011
Rio dos Índios 08620.000006/2006-95	RS	Kaingang	15.04.2011
Setemá 08620.079603/2012-91	AM	Mura	01.03.2013
Tabocal 08620.002311/2009-64	AM	Mura	29.11.2010
Toldo Imbu 08620.001538/2011-15	SC	Kaingang	123.09.2011
Xukuru-Kariri 08620.070394/2013-09	AL	Xukuri-Kariri	26.02.2014

Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação que aguardam aprovação da Presidência da Funai

Terra Indígena	UF	Povo Indígena	Processo
Kaxuyana/Tunayana	AM PA	Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tiliyana, Xereu-Hixkaryana, Xereu-Katuena e Isolados	08620.005272/2013-33
Mato Castelhana (Fag Ty Ka)	RS	Kaingag	08620.015148/2013-86
Sawré Muybu	PA	Munduruku	08620.056543/2013-19
Xakriabá	MG	Xakriabá	08620.040804/2013-89
Ipoi Triunfo	MS	Guarani	08620.077222/2013-58

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai) – junho de 2014



Sob barracos em beiras de rodovias ou confinados em áreas diminutas, os povos indígenas demandam a demarcação de suas terras para garantirem melhores condições de vida

Ruy Sposati

Os povos exilados de suas terras, que se encontram usurpadas e na posse de não-índios, vivem em condições extremamente adversas. Milhares estão, há anos, sob barracos em beiras de rodovias ou confinados em áreas diminutas. Cientes do direito reconhecido pela Constituição Brasileira e da inércia governamental em efetivá-lo, estes povos se vêem impelidos a fortalecer a articulação e a mobilização política para retornar às suas terras, única alternativa para conquistarem melhores condições de vida. É neste contexto que se localizam as diversas retomadas de terra realizadas pelos povos indígenas ao longo de 2013.

Diante das iniciativas legítimas por parte dos povos indígenas na perspectiva de efetivação de seu direito e na defesa de suas vidas, o Estado fortaleceu a repressão e a criminalização de lideranças, enquanto os ruralistas reforçaram as ações de incitação ao preconceito, ao ódio e à violência física contra os povos. Oziel Terena, assassinado em uma operação de reintegração de posse implementada pelas forças policiais federal e do estado do Mato Grosso do Sul, em maio de 2013, e Josiel Gabriel Terena, atingido à bala e feito tetraplégico por fazendeiros e seus jagunços no mesmo período, também no estado do Mato Grosso do Sul, são os exemplos mais emblemáticos consequentes das atuais estratégias anti-indígenas.

Essa situação chegou ao absurdo de parlamentares e organizações sindicais proferirem discursos públicos e organizarem iniciativas para incentivar e financiar a

implementação de ataques paramilitares contra os povos indígenas no Brasil. É nesse contexto que se localizam os discursos inflamatórios proferidos por dois parlamentares da bancada ruralista em audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no dia 29 de novembro de 2013, no estado do Rio Grande do Sul, bem como, o “Leilão da Milícia Armada”, promovido por organizações sindicais representantes dos latifundiários, ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e realizado no dia 7 de dezembro de 2013, no Mato Grosso do Sul.

O combate efetivo à violência contra os povos indígenas no Brasil depende da implementação de medidas estruturantes urgentes e necessárias. Por isso, defendemos que o governo brasileiro: a) retome, de imediato, o andamento dos procedimentos de demarcação das terras indígenas; b) cumpra os ditames constitucionais assinando as portarias declaratórias e os decretos de homologação de terras que estão parados, respectivamente, no Ministério da Justiça e na Presidência da República; c) reserve recursos orçamentários necessários e suficientes para promover o pagamento das benfeitorias e a desapropriação de terras para o reassentamento das famílias de ocupantes de terras indígenas e/ou a indenização dos títulos de propriedade incidentes sobre as terras demarcadas; e d) acione seus instrumentos legais a fim de combater o processo crescente de incitação ao crime e à violência contra os povos indígenas. ■



A ocupação do plenário da Câmara dos Deputados, realizada em abril de 2013, pelos povos indígenas explicita resistência diante dos ataques aos direitos constitucionais garantidos



O desfavorável panorama político reflete-se diretamente no aumento da violência nas aldeias

José Cruz/Agência Brasil



Lúcia Helena Rangel

Professora de antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Roberto Antonio Liebgott

Missionário leigo do Cimi Regional Sul

Os dados das violências cometidas contra os povos indígenas no Brasil em 2013 que compõem este Relatório apontam para um contexto extremamente desfavorável aos indígenas.

A sistematização destes dados foi feita a partir dos relatos e denúncias dos povos, das lideranças e organizações indígenas; de informações de missionários e missionárias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); e de notícias veiculadas pelos meios convencionais de comunicação, sites de internet e pelas agências de notícias das mais diversas cidades e regiões do país. Também foi possível obter informações junto aos órgãos públicos que prestam assistência aos povos indígenas e junto ao Ministério Público, além de informações que constam em relatórios e boletins policiais. Desse modo, uma ampla gama de informações foi reunida a partir das mais diversas fontes. No entanto, apesar da realidade chocante aqui explicitada, sabemos que este Relatório não consegue contemplar todas as violações e violências sofridas pelos povos país afora. Infelizmente, os indígenas estão sujeitos a uma violência ainda maior que a apresentada neste Relatório.

O panorama político explicita que as investidas e ataques contra os direitos dessas populações têm um reflexo direto nas aldeias em todo o país. A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos através de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, tanto do poder Executivo como do Legislativo, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram como consequência o acirramento dos conflitos que envolvem a disputa de terras.

Todo este contexto está intimamente relacionado com a postura de subserviência do governo federal aos interesses de grandes empresas do setor energético, da mineração e do agronegócio, que, de maneira predatória, pretendem explorar os recursos existentes nas terras indígenas, especialmente na Amazônia, no Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

A presidenta da República Dilma Rousseff impôs que todos os procedimentos de demarcação fossem paralisados, delegando ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a tarefa de “acalmar” o movimento indígena para que não houvesse reações que pudessem causar “danos” ao governo e à sua “imagem” no exterior. À então ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, coube a incumbência de dialogar com os ruralistas para esclarecer que o governo era “solidário” às suas demandas e que, portanto, mudariam as regras dos procedimentos demarcatórios.

Paralelo ao diálogo com o governo, a bancada ruralista no Congresso Nacional intensificou sua articulação para colocar em regime de urgência a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere ao poder Legislativo a responsabilidade pela demarcação das terras indígenas. No entanto, esta estratégia não obteve êxito em função da mobilização dos povos que, em abril de 2013, ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados para exigir diálogo, respeito e debate sobre os projetos relacionados às questões indígenas que estão tramitando naquela casa.

Os ruralistas, com o intuito de deslegitimar os direitos indígenas, decidiram também promover protestos contra as demarcações de terras e introduzir na opinião pública as ideias de que “os índios” não precisam de terra” e que “as demarcações geram injustiças para aqueles que produzem”. Dentre os eventos anti-indígenas, promoveram o chamado “Leilão da Resistência”, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Segundo alguns veículos da mídia local, o objetivo do leilão era arrecadar dinheiro para a contratação de milícia para atuar nas fazendas onde a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou os trabalhos de identificação e delimitação. Estas áreas estão sendo reivindicadas pelas comunidades indígenas há décadas.

Classificado como criminoso pelos povos indígenas, o leilão acabou sendo questionado judicialmente pelo Conselho da Aty Guassu e Conselho do Povo Terena. Depois de ter concedido liminar suspendendo o evento, a Justiça Federal assegurou o direito de realizá-lo, mas condicionando a aplicação dos recursos à anuência dos indígenas e do Ministério Público Federal (MPF). A

“Este contexto está relacionado com a postura de subserviência do governo aos interesses de grandes empresas do setor energético, da mineração e do agronegócio, que, de maneira predatória, pretendem explorar os recursos existentes nas terras indígenas”

Blog do Gusmão



Em referência aos Tupinambá, outdoor instalado em estrada na Bahia acusa indígenas de serem falsos, faz campanha contra a demarcação e culpa o povo pela miséria, fome, etc

intervenção judicial foi importante para colocar limites nas ações anti-indígenas dos ruralistas e chamar atenção do governo federal para a gravidade dos conflitos envolvendo indígenas, fazendeiros e agricultores. Conflitos que foram intensificados pela presidenta Dilma quando mandou paralisar todas as demarcações.

O reflexo mais perverso desse contexto está na realidade dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, onde a maioria das comunidades vive em situação de conflito com os fazendeiros – como é o caso das terras do povo Terena e de grande parte das áreas reivindicadas pelos Guarani-Kaiowá –, em acampamentos improvisados nas margens das rodovias, nas áreas de preservação obrigatória – faixa de domínio – dentro das fazendas, ou confinados em reservas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no início do século passado.

Estão concentrados no Mato Grosso do Sul os mais vultosos interesses econômicos do agronegócio, em função das grandes extensões de plantio de soja, milho e cana-de-açúcar, além da pecuária. Por sua vez, é também no Mato Grosso do Sul onde ocorre a maioria dos casos de violações aos direitos indígenas. Em 2013 registramos 33 vítimas de assassinatos, 16 casos de tentativas de assassinatos, 50 vítimas de suicídios e 90 vítimas de mortalidade na infância.

A situação de confinamento a que estão submetidos os Guarani-Kaiowá gerou, há muitos anos, uma convivência insuportável dentro das áreas demarcadas para eles, onde o espaço não chega a um hectare por pessoa. Plantar, fazer rituais, pescar, educar filhos e socializar jovens tornaram-se atividades prejudicadas pela falta de espaço.

Nesse sentido, a Reserva Indígena de Dourados, encravada no perímetro urbano do município, é um dos exemplos mais contundentes desse processo histórico. Atualmente, mais de 13 mil pessoas vivem em 3,6 hectares de terra nesta reserva. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, e onde aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013, segundo os dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei/MS) – que são ainda mais preocupantes que os casos sistematizados pelo Cimi (que foram de 50 suicídios no estado no mesmo período).

É importante apontar uma coincidência numérica entre os assassinatos de indígenas e os suicídios no Mato Grosso do Sul, cujos casos atingem em sua maioria o povo Guarani-Kaiowá.

No ano de 2007 o Cimi registrou 92 assassinatos de indígenas no Brasil, sendo 53 somente no Mato Grosso do Sul. Ainda de acordo com os dados do Cimi, no intervalo de 10 anos – 2003 a 2012 – a curva de casos de assassinatos sobe bastante em 2007. Para se ter uma ideia, salta de 28 casos em 2006 para 53 em 2007, indo

para 42 em 2008. A partir de 2009 os números permanecem na casa dos 30 assassinatos anuais. Estes dados são referentes somente ao estado do Mato Grosso do Sul.

Se considerarmos os dados de suicídios da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) no Mato Grosso do Sul, há uma alta na curva no ano de 2008, registrando 59 casos. Em 2007 foram 40, e em 2009 foram 42 suicídios. Não se pode estabelecer uma relação de causa e efeito, nem uma relação direta entre assassinatos e suicídios no contexto dos Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Entretanto, essas duas categorias, assassinatos e suicídios, estão presentes na realidade desse povo, de modo que, acrescidas das tentativas de assassinatos, formam a base do contexto de maior violência sobre um povo indígena no Brasil.

Os Tupinambá, do sul da Bahia, permanecem sendo atacados violentamente desde que, em 2004, teve início o processo de identificação de suas terras. As violências não cessam. Em 2013, três homens foram assassinados numa emboscada armada por quatro homens em duas motos. Além dos tiros que mataram os três Tupinambá, os assassinos praticaram violências contra os corpos.

Outra emboscada foi realizada na estrada que leva ao município de Buerarema, quando um homem posicionado num barranco disparou tiros contra a cabine do caminhão que transportava estudantes para a escola. Cinco casas de moradores indígenas dessa mesma cidade foram depredadas. Além disso, agricultores acampados na praça principal confiscaram dez sacos de farinha de mandioca que os indígenas estavam levando para comercializar e os distribuíram na praça.

Em função da morosidade da publicação das portarias declaratórias, entre os dias 2 e 13 de agosto, os Tupinambá retomaram 40 fazendas sobrepostas às suas terras tradicionais. Os estudos foram finalizados, mas as providências são, há anos, proteladas. As tensões entre os fazendeiros e os indígenas são crescentes e explícitas, de modo que podem ser constatadas em um *outdoor* instalado numa estrada, conclamando a todos para dizer “não” à demarcação de terras e culpando os indígenas pela fome, miséria e outras desgraças. O cartaz traz ainda a imagem de duas pessoas empunhando armas de fogo.

Campanhas como essa foram realizadas em diversas partes do Brasil. Em Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, o povo Xukuru-Kariri é atacado pelo movimento “Palmeira de todos”, que se posiciona contra a demarcação das terras dos povos tradicionais. Faixas, programas de rádio, jornais e veículos da web são utilizados para esse fim.

Em Minas Gerais, o povo Xakriabá sofre intimidações da Associação dos Produtores e Moradores do Vale dos Rios Itacarambi e Peruçu (Aprovi), que, em setembro, distribuiu um panfleto convidando a popu-

lação para discutir com o prefeito e tomar decisões em relação à população indígena. Todos são instigados a revoltar-se contra os indígenas que, segundo a Aprovi, iriam expulsar os não indígenas do município, depois de invadí-lo e impor a autoridade de um cacique para toda a população.

Por ter postado cinco mensagens racistas contra o povo Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, o jornalista amapaense Igor Reale Alves foi denunciado pela Justiça Federal no dia 26 de julho de 2013. Em suas postagens ele utilizou expressões de desprezo e conclamou o povo a cometer suicídio coletivo.

No Rio Grande do Sul, em uma audiência pública com produtores rurais, gravada em vídeo, os deputados da bancada ruralista Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) proclamam frases como “Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum!” e “A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça”. Eles também afirmam que o movimento pela demarcação de terras indígenas é uma “vigarice orquestrada” pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

No entanto, este mesmo ministro, em maio, divulgou nota pública chamando de “autodenominadas” e “pretensas” as lideranças Munduruku, questionando, desse modo, a honestidade dos indígenas e acusando-os de estarem envolvidos com o garimpo ilegal.

Em relação ao racismo, observa-se que constantemente autoridades, empresários, agricultores, jornalistas e professores expressam e agem de modo preconceituoso. Um caso vexatório ocorreu no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul, onde estudantes Guarani-Kaiowá foram retirados da sala de aula de uma escola estadual porque eram “sujos” e “fedidos”. Após o acontecimento desse ato preconceituoso, o professor continuou a aula, normalmente.

Dentre os 23 casos de racismo e discriminação é preciso destacar o ocorrido com os Tenharim, em Humaitá, no Amazonas, após o desaparecimento de três não indígenas que transitavam na rodovia Transamazônica, que corta a área indígena. Moradores desse município atribuíram ao povo indígena a responsabilidade pelo desaparecimento, como se este crime fosse uma forma de vingar a morte do cacique Ivan Tenharim, ocorrida no dia 2 de dezembro de 2013.

Através da mídia e das redes sociais, construíram uma manifestação que ultrapassou em muito a violência verbal e preconceituosa contra os indígenas. Prédios e bens da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foram depredados e indígenas que circulavam

Reprodução

APROVI
ASSOCIAÇÃO DOS RURAIS E INDÍGENAS DO VALE DO RIO ITACARAMBI E REGIÃO

- ESCLARECIMENTO À POPULAÇÃO DE ITACARAMBI
- OU ITACARAMBI PÁRA A FUNAI OU A FUNAI TOMA ITACARAMBI
- VOCÊ SABIA QUE A FUNAI QUER TRANSFORMAR ITACARAMBI EM RESERVA INDÍGENA?
- VOCÊ JÁ SABIA QUE A FUNAI JÁ INFORMOU ESSA DECISÃO AO NOSSO PREFEITO?
- VOCÊ SABIA QUE OS MORADORES DE ITACARAMBI PASSARÃO A VIVER SOB OS PÉS DE UM CACIQUE?
- VOCÊ SABIA QUE TUDO QUE CONQUISTARAM EM SUAS VIDAS PASSARÃO A PERTENCER A FUNAI?
- VOCÊ SABIA QUE A FUNAI PODERÁ EXPULSÁ-LO DE ITACARAMBI MESMO QUE SE DECLARE INDÍO?
- VOCÊ SABIA QUE AS SUAS VISITAS DEVERÃO SER AUTORIZADAS PELA FUNAI?
- VOCÊ SABIA QUE NÃO HAVERÁ MAIS INVESTIMENTOS PARA O MUNICÍPIO?
- VOCÊ SABIA QUE SÃO JOÃO DAS MISSÕES É O MUNICÍPIO COM O PIOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MINAS GERAIS, GRAÇAS À FUNAI?
- E VOCÊ??? CONCORDA COM ISSO???

ACORDA ITACARAMBI, FORA FUNAI

CONVITE:

A APROVI CONVIDA O POVO PARA DISCUTIR COM O PREFEITO, VEREADORES E DEMAIS AUTORIDADES AS DECISÕES A SEREM TOMADAS

SÁBADO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2013.
LOCAL: CAIS DO ÁGUA VIVA
HORÁRIO: 15:00 HORAS

Em panfleto, associação de Itacarambi (MG) publica inverdades e incita população contra o povo Xakriabá

pelas ruas da cidade foram ameaçados e tiveram que se refugiar no quartel da cidade. Um manifesto anti-indígena foi publicado contendo quatro reivindicações, dentre elas a de que não queriam que nenhum indígena estudasse nas escolas e o afastamento das aldeias da beira da estrada “para que não haja mais contato com a comunidade”. O Ministério Público Federal, no Amazonas, conseguiu na Justiça a retirada das publicações já postadas e a proibição de novas mensagens. No entanto, o caso se estendeu e tornou-se mais violento contra os indígenas no decorrer de 2014.

Também foi assustador o índice de mortalidade infantil em 2013. Segundo dados da Sesai, morreram 693 crianças de 0 a 5 anos entre os meses de janeiro e novembro. Os casos mais impressionantes são do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami, com 124 mortes; Alto Solimões, com 85; Xavante, 67; e Maranhão, com 44 mortes. Também são altos os números dos Dsei Médio Rio Solimões e Afluentes, com 33; Alto Rio Juruá, 32; e Tocantins, 22. As principais causas de óbito em ordem decrescente são: pneumonia, outras causas mal definidas, resultado do parto, diarreia e gastroenterite, morte fetal, morte sem assistência, insuficiência respiratória não classificada, agressão por meios não específicos, transtornos relacionados com gestação de curta duração e peso baixo ao nascer, e outras septicemias (infecções generalizadas causadas por bactérias).

Quaisquer que sejam as causas dos óbitos de crianças, chama atenção o elevado número de casos registrados. Os Xavante apresentam altos índices de mortalidade na infância há anos. Mesmo que o número de óbitos tenha baixado de 117, em 2012, para 67, em 2013, essa realidade ainda preocupa demais a população. No Maranhão, de cinco óbitos registrados em 2012 houve um salto para 44 casos em 2013. No Alto Solimões foram 93 mortes em 2012 e 85 em 2013.

Os Yanomami também vêm assistindo a um aumento significativo de óbitos infantis: de 79 casos, em 2012, passaram para 124, em 2013. A atual situação na Terra Indígena Yanomami tem preocupado as lideranças locais e também a Funai. O assassinato de quatro pessoas revela essa situação. A briga motivada por disputa por roça foi agravada pelo fato de que alguns indígenas estavam portando armas de fogo. Cabe destacar aqui que a terra dos Yanomami continua invadida por cerca de 1.600 garimpeiros e as negociações com os indígenas revertem para “licença” para garimpar em troca de bens, que incluem as armas de fogo. O contato mais estreito com garimpeiros ilegais já levou os Yanomami a enfrentar epidemias letais e a disseminação de bebidas alcoólicas e, agora, a portar armas de fogo.

Em 2013 registramos 53 vítimas de assassinato. O Mato Grosso do Sul continuou em evidência com o

registro de 33 casos. Este estado continua à frente no país no número de assassinatos, com 62% das vítimas nesta categoria. As mortes ocorreram entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 31 ocorrências, e do povo Terena, com dois casos.

Causou grande comoção o assassinato de Adenilson Barbosa, do povo Guarani-Kaiowá, ocorrido em 17 de fevereiro de 2013. Depois de morto com um tiro na cabeça, o adolescente de 15 anos teve seu corpo abandonado numa estrada vicinal. Segundo testemunhas, no dia anterior Adenilson e outros dois indígenas saíram para pescar num açude quando foram abordados por pistoleiros ligados a um fazendeiro. Os homens atiraram contra os indígenas, que saíram em fuga do local. Dois conseguiram se esconder, mas Adenilson ficou preso em uma cerca, foi agredido a coronhadas e alvejado. Depois de se livrar do corpo, o fazendeiro se apresentou à polícia, confessou o crime e foi liberado.

Em maio, também no Mato Grosso do Sul, uma ação desastrosa das forças policiais resultou na morte de Oziel Terena. O assassinato ocorreu durante o cumprimento de uma ação de reintegração de posse da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia. Segundo os indígenas, o tiro partiu de um grupo de policiais federais que atuavam na ação. O inquérito que apurou a morte concluiu apenas que não era possível determinar de onde partiu o tiro ou quem teria sido o autor do disparo, visto que a cápsula não teria sido encontrada.

Ao fazer a sistematização de todos estes dados e publicar anualmente este Relatório, o Cimi pretende denunciar as violências e violações de direitos cometidas contra os povos indígenas no Brasil e contribuir para a construção de uma política indigenista que contemple as reivindicações dos povos indígenas e o respeito aos direitos afirmados na Constituição Federal. ■

“No RS, deputados da bancada ruralista Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) proclamam frases como “Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade”



Em audiência pública, paga pela sociedade brasileira, o deputado federal Luis Carlos Heinze faz declarações racistas e incita agricultores contra os indígenas

Atenção à saúde indígena no Brasil: uma realidade devastadora

Roberto Antonio Liebgott

Representante do Cimi na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi)

A política de atenção à saúde indígena no Brasil no ano de 2013 continuou marcada pelo esbanjamento de recursos financeiros e por uma absoluta omissão na implementação de ações - algumas bastante básicas - que poderiam salvar milhares de vidas anualmente. Como resultado, o cenário é de absoluto caos. Dados do próprio governo mostram que de cada 100 indígenas que morrem no país 40 são crianças.

No tocante à mortalidade infantil, dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) indicam que em 2012 morreram 809 crianças com idade entre 0 e 5 anos. Em 2013, dados preliminares, relativos ao período de janeiro a novembro, relatam a morte de 693 crianças. No entanto, dados mais recentes do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) do Mato Grosso do Sul apresentam um total de 90 óbitos de crianças menores de 5 anos somente neste estado. Ainda de acordo com o Dsei/MS, o coeficiente de mortalidade infantil de menores de 5 anos é de 45,9 para cada 1.000 indígenas nascidos, enquanto a média nacional em 2013 é de 19,6, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variando de acordo com as regiões.

Apesar de todas as denúncias apresentadas pelo movimento indígena e por entidades indigenistas, além de ações judiciais impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF), o governo federal mantém-se insensível frente às mortes causadas por doenças facilmente tratáveis. A omissão se dá através da falta de saneamento básico; de medicamentos; de equipamentos; de profissionais qualificados; de assistência continuada e de caráter preventivo; da falta de controle e fiscalização das ações e da aplicação dos recursos; da ausência de planejamento, de controle social e de formação; da infraestrutura precária das Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casais); além da falta de hospitais capacitados e qualificados para receber os doentes indígenas.

Outros três fatores que estão diretamente associados ao caos na atenção à saúde indígena são a corrupção, o uso político da Sesai e a terceirização de grande parte das ações e serviços. As denúncias de corrupção se avolumam e muitos servidores públicos estão sendo investigados por conta do superfaturamento em contratos, a exemplo da locação de veículos nos Dsei, nos estados da Bahia e de Rondônia. Informações divulgadas pela imprensa revelam que há graves desvios de finalidade no uso dos recursos que deveriam ser investidos na assistência às comunidades.

De acordo com a Sesai, nos últimos quatro anos o orçamento para a assistência em saúde quadruplicou. No ano de 2013 foram destinados R\$ 1,136 bilhão, sendo que a metade deste valor foi para o custeio com pessoal – destinado, em grande medida, a organizações terceirizadas, especialmente à Missão Kaiowá –, e R\$ 250 milhões foram destinados a contratos de locação de veículos e aeronaves. Ainda de acordo com a Sesai, foram investidos R\$ 27 milhões em saneamento básico nas aldeias, especialmente para a construção de poços artesianos. No entanto, a mesma Sesai informou, em uma das reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), que 90% das obras não foram realizadas.

Conclui-se, a partir dos dados orçamentários, que há um montante considerável de recursos destinados

“Apesar de todas as denúncias apresentadas pelo movimento indígena e por entidades indigenistas, além de ações judiciais impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF), o governo federal mantém-se insensível frente às mortes causadas por doenças facilmente tratáveis”



Apesar do orçamento para a saúde indígena ter quadruplicado nos últimos quatro anos, a situação continua de total caos e abandono

para a atenção à saúde das populações indígenas, porém, eles têm uma finalidade fixa, como o pagamento de salários, ou estão atrelados a contratos com terceirizadas, fornecedores e prestadores de serviços e não para as ações e a infraestrutura que asseguram a prevenção, a formação e a atenção permanente. Além disso, percebe-se a inexistência de mecanismos de controle e fiscalização em relação à liberação dos recursos, sua destinação, aplicação e resultados eficazes. Falta efetivamente o controle social.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, foi criada através da Lei 12.314/2010 e do Decreto 7.336/2010. A secretaria vem funcionando de forma precária, num processo de transição que já se arrasta há quase quatro anos. Com tantos recursos financeiros, esperava-se que efetivamente ela se estruturasse para atender as necessidades dos povos indígenas.

Ao contrário disso, o caos instalado levou o Ministério Público Federal a ingressar com diversas ações judiciais contra a União. O chamado “Dia D da Saúde Indígena”, realizado em dezembro de 2012, resultou em decisões judiciais durante o ano de 2013 que determinaram a recuperação de casas de saúde indígena, oferecimento de medicamentos, água potável e transporte.

Além disso, foram apresentadas mais de 30 recomendações sobre temas relacionados com a necessidade de uma maior articulação entre os Dseis, os estados e os municípios; a proibição de tratamento discriminatório; a prestação de recursos repassados pela União aos municípios; e a criação de polos-base e postos de saúde. No entanto, ao invés de concentrar esforços para resolver estes problemas, a União recorreu de tais determinações judiciais, fazendo com que tenhamos chegado ao final de 2013 sem mudanças na situação calamitosa da saúde indígena.

Esta realidade é tão grave e inegável que a própria presidenta Dilma Rousseff disse, em reunião com lideranças indígenas, realizada no dia 10 de julho de 2013 no Palácio do Planalto, que “se envergonha da saúde prestada aos povos indígenas no país”. Esta avaliação foi feita por Dilma na presença do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e do Secretário de Saúde Indígena, Antônio Alves.

No âmbito do controle social e da participação indígena na formulação da política de atenção à saúde, foi realizada em 2013 a V Conferência Nacional de Saúde Indígena. As conferências locais e regionais aconteceram de forma precária e sem a devida participação das comunidades, em geral, em eventos realizados distantes das aldeias. Tudo isso redundou num processo de controle das temáticas a serem debatidas na conferência, visando atender a interesses específicos de quem tem emprego e trabalha na saúde, sem ouvir os reclames e as propostas dos usuários, os povos indígenas. A conferência, portanto, não levou em conta as demandas históricas e nem proporcionou a reflexão e o debate sobre graves problemas, como a falta de medicamentos e de saneamento e a ausência de um programa que possibilite ações preventivas e formativas nas aldeias.

Durante a etapa nacional da conferência de saúde foi desanimador constatar a ausência de indígenas em número suficiente para discutir o controle social das ações de saúde desenvolvidas pela Sesai. A realização de concursos públicos para a substituição de funcionários terceiros, outra antiga reivindicação do movimento indígena, acabou sendo rejeitada pelos participantes, não constando, portanto, no documento final da conferência. A não realização de tais concursos permite, em muitas regiões do país, a cooptação de lideranças indígenas através da “contratação” de grande número de conselheiros como “assistentes indígenas”. Temendo perder seus cargos, lideranças deixam de fazer o devido e necessário controle sobre as ações do Estado no tocante à saúde indígena.

“O atual caos na saúde indígena é consequência da política desenvolvimentista aplicada sem limites pelo governo federal. A mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida são a expressão de um processo genocida em curso, especialmente nas regiões onde as comunidades vivem em beira de estradas ou em confinamento dentro de reservas”

A busca da reciprocidade, eficácia simbólica, integralidade e autonomia, princípios basilares do modelo preconizado pelas Conferências Nacionais de Saúde Indígena desde 1993, não encontram eco no discurso dos atuais responsáveis pela saúde indígena em Brasília. Os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), principal alicerce do novo modelo e elo fundamental entre os conhecimentos tradicionais e o sistema oficial de saúde com vistas à comunicação intercultural, estão sendo desvalorizados e abandonados à própria sorte na maioria dos distritos.

O programa de formação continuada permaneceu paralisado, a promessa de estabilidade por meio da realização de um processo seletivo diferenciado foi esquecida e a própria exigência de escolha do agente pela comunidade está sendo substituída por provas escritas aplicadas por um profissional da área de saúde indicado pela Sesai. A autonomia administrativa e financeira dos distritos sanitários, base fundante de um subsistema de atenção à saúde, tem se limitado a procedimentos administrativos de compra e realização de despesas, enquanto decisões políticas estão cada vez mais centralizadas nas instâncias do órgão em Brasília. Com isso, a possibilidade de protagonismo e de poder de decisão dos povos indígenas em suas comunidades e regiões está cada vez mais esvaziada.

É triste perceber a estagnação do processo de construção de um modelo de assistência que poderia servir como referência e que certamente resultaria numa política com eficácia e participação. Como afirmou o médico Paulo Daniel Moraes, em artigo publicado no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2011, é lamentável que “mais uma vez se tenta derrotar a incansável capacidade de luta e mobilização dos povos indígenas, demonstrada na proposição de um modelo de saúde diferenciada absolutamente inovador, que se concretizou em muitas comunidades com a criação de estratégias próprias de controle social e gestão participativa, a implantação de programas efetivos de formação de agentes de saúde e profissionais indígenas, o fortalecimento das diversas formas da Medicina Tradicional Indígena, e o apoio à seleção e formação de equipes de saúde comprometidas e adaptadas para a atuação em contextos interculturais”.

O atual caos na saúde indígena é consequência da política desenvolvimentista aplicada sem limites pelo governo federal. A mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida são a expressão de um processo genocida em curso, especialmente nas regiões onde as comunidades vivem em beira de estradas ou em confinamento dentro de reservas. ■

Tenharim: um povo condenado ao *Apartheid*

Egydio Schwade
Ex-Secretário Executivo do Cimi

“Humaitá é hoje, em pleno século 21, uma cidade onde os índios não podem pisar, sob pena de serem espancados e mortos. Não apenas por comerciantes e pecuaristas, mas até por moradores que, como eles, vivem na pobreza”¹.

As agressões ao povo Tenharim, no seu habitat ao sul do Amazonas, são bastante antigas e a sua motivação sempre foi de ordem econômica espoliadora. Curt Nimuendaju escrevia em 1922: “Da margem do Madeira foram expulsos, pela invasão dos seringueiros, em todo o trecho entre o Lago do Antonio e Paraizo”. E em outro trecho: “Uma guerrilha cruel e traiçoeira começou e se arrastou durante longos decênios. Nas represálias dos civilizados, às mais das vezes, estes se comportavam

pior que os seus adversários selvagens. Bradou-se por medidas enérgicas, exigiu-se o extermínio da tribo, e os moradores do sertão contribuíram o mais que foi possível para este fim, fazendo fogo sobre qualquer índio, onde quer que ele se apresentasse. E foi desta forma, por uma guerra de 80 anos, que esses índios consolidaram a sua fama de ‘feras cruéis e indomáveis’, e se tornaram o alvo do ódio e o horror de todos seus vizinhos”².

A abertura da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, entre os anos de 1911 e 1914, trouxe os seringalistas de Cuiabá, que iniciaram a pressão “civilizada” a partir do sul pelo Rio Juruena e seus afluentes. No final dos anos de 1950, com o início da abertura na Amazônia da BR-364 (que em toda a sua extensão liga os



Veículos e prédio da Funai foram destruídos em Humaitá (AM) por manifestantes em protesto contra o povo Tenharim, explicitando um preconceito histórico

municípios de Limeira, em São Paulo, a Rodrigues Alves, no extremo oeste do Acre), os interesses pela exploração dos minérios pressionaram os povos indígenas a partir do alto dos rios Aripuanã, Roosevelt e Machado. O Massacre do Paralelo 11³, ocorrido em 1963, contra os “Cinta Larga”, além de explicitar que não havia limites para a violência praticada contra os indígenas, evidenciou a ligação dos autores da chacina, os seringalistas Antônio Junqueira e Sebastião de Arruda, com os governos locais e com a ditadura militar, então em gestação. O golpe militar aconteceu alguns meses depois deste massacre e promoveu Hélio Palma de Arruda, irmão de Sebastião de Arruda, ao cargo de presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em meados dos anos de 1970 a rodovia BR-230, a Transamazônica, foi aberta de Jacareacanga, no Pará, a Humaitá, violentando o território dos povos indígenas da região. “Foi quase uma extinção”, diz Aurélio Tenharim⁴.

Em 1977, o povo Tenharim recebeu a primeira visita dos missionários do Cimi, através de Doroti Alice Mueller, coordenadora do Cimi Regional Amazônia Ocidental.

Em 1981, Exequias Heringer, vulgo Xará, e Ana Lange, então agentes do Cimi que atuavam na região do Rio Madeira, relataram: “O grupo Paranapanema tem duas minerações de cassiterita na região: Igarapé Preto e São Francisco. Estivemos na primeira, onde obtivemos informações com a equipe de engenheiros local. Lá, a mineração se estabeleceu em cima da aldeia indígena (Tenharim), que teve de se transferir para uma área anexa. Não recebem qualquer tipo de assistência e se encontram num triste quadro de catapora. Outros Tenharim estão dentro da reserva a ser demarcada, mas estes declaram que não irão para dentro da reserva apesar dos insistentes convites da Funai. Em represália, os funcionários da Funai transferem a responsabilidade de assistência para a mineração, que declara que os assiste, mas nada faz neste sentido. Hoje, são apenas 22 índios. Daqui a dois anos acabará o minério e a Paranapanema implantará um projeto agropecuário, aproveitando a infraestrutura instalada. Enquanto isso, os índios são aproveitados para serviços de limpeza, de carregamento, de caça”⁵.

A partir da dura experiência vivida pela implantação da Transamazônica, os Tenharim começaram a crescer em consciência, retomando parte de seu território. Cresceram também em número. De um pouco mais de 100 a que a Transamazônica os reduziu, já passam hoje de 800. Antes da abertura da estrada, calcula-se que eram 10.000. Nas assembleias realizadas nos últimos dois anos aparece constantemente a preocupação com as novas ameaças, como a construção das hidrelétricas

“De um pouco mais de 100 a que a Transamazônica os reduziu, já passam hoje de 800. Antes da abertura da estrada, calcula-se que eram 10.000. Nas assembleias realizadas nos últimos dois anos aparece constantemente a preocupação com as novas ameaças, como a construção das hidrelétricas na região, em especial a de Tabajara no Rio Machado e outras no Rio Tapajós, e a contínua invasão da área por madeireiros”

na região, em especial a de Tabajara no Rio Machado e outras no Rio Tapajós, e a contínua invasão da área por madeireiros. Enfim, os interesses pelas suas riquezas naturais e a invasão da sua terra por alienígenas também vêm crescendo.

Como consequência direta ocorrem as ameaças, as perseguições e a crescente discriminação.

Uma das lideranças principais nesta resistência, nos últimos anos, foi o cacique Ivan Tenharim, morto em 3 de dezembro de 2013. Por isso, ele e seus familiares vinham sofrendo represálias e discriminações desde 2010, quando sua filha e seu sobrinho “foram proibidos de entrar no ônibus escolar que faz o transporte dos alunos até o distrito de Santo Antônio do Matupi, onde cursam o ensino médio. Um fazendeiro da região, pai de dois alunos do Colégio Estadual Santo Antônio do Matupi, não permitiu que indígenas utilizassem o mesmo ônibus que seus filhos faziam uso”⁶.

“Ivan era o principal informante dos vestígios de indígenas isolados/livres e mantinha uma postura política de defesa quanto à delimitação e demarcação do território dos povos isolados”⁷. Na região, existem mais de 40 serrarias. Já em 2011 os Tenharim participaram, com agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), das apreensões de madeira, máquinas, caminhões e motosserras dentro da Terra Indígena Tenharim. Desde então são perseguidos por “jagunços quando utilizam a Transamazônica e a Rodovia do Estanho”⁸. “O cacique colaborou, um mês antes de sua morte, com a Polícia Federal e o Ibama em uma operação na Gleba B da Terra Indígena Marmelos, onde fazendas estavam extraindo ilegalmente madeira. Ele foi visto pelos madeireiros”⁹.

Foi a partir destas ações do Ibama e da Polícia Federal, com a colaboração de lideranças indígenas, em 2011, que começaram as ameaças às lideranças Tenharim e Jiahui, outro povo indígena que vive bastante próximo aos Tenharim. Por isso, comenta-se que “a



Raulin, cedida pelo povo Tenharim

Manifestantes incendiaram os pedágios-compensação dos Tenharim na rodovia Transamazônica, evidenciando que as agressões foram motivadas por interesses econômicos

morte do cacique Ivan Tenharim não foi acidente. Não houve perícia”¹⁰. O coordenador da Funai na região, Ivã Bocchini, concordou e publicizou esta avaliação. Segundo a imprensa, por esse motivo, ele teria sido exonerado do cargo, colocando em suspeição os dirigentes do órgão.

Menos de duas semanas após a morte do cacique Ivan, no dia 16 de dezembro, desapareceram três cidadãos entre Humaitá e o Km 180 da Transamazônica. A suspeita, sem prova alguma, caiu logo sobre os “índios Tenharim, no plural, e se espalhou como um rastilho pela região”¹¹.

Principalmente desde 2006, os Tenharim e os Jiahui vêm pressionando o governo por reparação ou indenização pelos danos e prejuízos causados pela implementação da Transamazônica dentro das suas terras. Obra da ditadura militar, a rodovia corta as aldeias ao meio. Algumas consequências da BR-230 são: cemitérios dessacralizados e soterrados, fauna e flora destruídos, e a introdução de garimpeiros, fazendeiros e madeireiros nas terras indígenas. O governo, que ouviu e atendeu outros setores da sociedade sobre os prejuízos da ditadura militar, mostrou-se surdo e mudo diante das reivindicações indígenas. Por este motivo, os Tenharim tiveram a iniciativa de organizar um rodízio de pedágio-compensação que favorecesse equitativamente os 36 grupos em que foram divididos os Tenharim e Jiahui. Sabemos que o pedágio, onde quer que se pratique,

sempre é anti-popular. Assim, o pedágio-compensação tornou-se uma das principais justificativas que motivou a barbárie que se desencadeou contra os indígenas no final de dezembro.

E eis que em pleno século 21, nas barbas de um governo federal eleito graças a um projeto popular, e apesar de toda a região contar com ensino primário, secundário e universitário estruturados e cada rua da cidade de Humaitá sediar igrejas cristãs, estoura um ódio de morte e uma guerra de destruição contra os bens móveis e imóveis dos mais pobres entre os pobres da região. Um *apartheid* agressivo e inimaginável contra os índios se espalhou. Um autêntico fracasso de humanidade.

Entraram em cena todas as forças de segurança públicas: Exército e polícias. Instauraram-se inquéritos, mas todas as fartas linhas de investigação que poderiam levar a caminhos favoráveis aos indígenas foram desconsideradas. Nesse sentido, não se avista nenhuma justiça para os povos indígenas da região no curto prazo. Nenhum relatório conclusivo que vá ao encontro da justiça. Ao contrário, os inquéritos policiais acabam levando a um e mesmo beco sem saída justa, porque a “justiça” já foi previamente programada para a condenação de inocentes, dos índios “no plural”, como “bodes expiatórios”. Tudo para proteger os interesses em jogo dos madeireiros, mineradores, fazendeiros e agronegociantes.

“Um *apartheid* agressivo e inimaginável contra os índios se espalhou. Um autêntico fracasso de humanidade. A ‘justiça’ já foi previamente programada para a condenação de inocentes, dos índios ‘no plural’, como ‘bodes expiatórios’. Tudo para proteger os interesses dos madeireiros, mineradores, fazendeiros e agronegociantes. A questão Tenharim é uma questão de lesa humanidade que deve merecer providências não só do Ministério Público Federal”

É fundamental conhecer a fundo a história desse povo sofrido e iniciar uma investigação da ação nefasta desencadeada pela ditadura militar com a construção da rodovia Transamazônica e a instalação de seus projetos de interesse saqueador. Que escolas e igrejas se unam para dar um fim a esses instrumentos de morte, e que os nomes das empresas e dos causadores originários e mandantes da guerra contra os povos indígenas no sul do Amazonas tornem-se públicos.

É preciso escutar as vítimas, os atores e expectadores do empreendimento: índios, picadeiros, funcionários da Funai, militares, padres e pastores sobreviventes. Também é necessário fazer um levantamento de como foram concedidos os alvarás de mineração e os títulos definitivos dos latifúndios da região. As ilegalidades praticadas pelas empresas madeireiras precisam ser averiguadas.

Estas tarefas importantes podem ser incentivadas por professores das universidades atuantes na região, através de teses de conclusão dos estudos de seus alunos.

Importantes passos já foram dados pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) através do procurador Júlio José de Araújo Filho. Ele processou o administrador da página Portal Apuí na rede social Facebook, Ivani Valentim da Silva, pela veiculação de notícias com conteúdo discriminatório e incitação ao ódio contra o povo Tenharim¹². Outra medida importante do MPF/AM foi ingressar “com ação civil pública, com pedido de liminar, na Justiça Federal para declarar a responsabilidade da União e da Fundação Nacional do Índio (Funai) por violações de direitos humanos dos povos indígenas Tenharim e Jiahui, em decorrência de danos permanentes causados pela construção da rodovia Transamazônica (BR-230) em seus territórios. Na ação, o MPF/AM pede a condenação da União e da Funai à reparação dos danos com várias medidas, entre elas o pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20 milhões”¹³.

A questão Tenharim é uma questão de lesa humanidade que deve merecer providências não só do Ministério Público Federal. A Comissão Nacional da Verdade, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), as igrejas, as instituições educacionais e as organizações de direitos humanos devem dar uma atenção especial para o caso dos Tenharim. É uma questão de Justiça. E concordando com o bispo de Humaitá, Dom Francisco Merkel: “Um clima de injustiça não gera paz”¹⁴. ■

1 Castilho, Alceu. *A Batalha de Humaitá*. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública. 13 de janeiro de 2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/01/batalha-de-humaita-tenharim/>

2 Nimuendajú, Curt. *Textos Indigenistas*. São Paulo, 1982. pg. 56-57

3 De acordo com o Relatório Figueiredo, o Massacre do Paralelo 11 morreram cerca de 3.500 indígenas Cinta Larga envenenados por arsênico misturado na comida; contaminados por vírus da gripe, sarampo e varíola inoculados em brinquedos jogados por aviões; e atacados por bombas e por pistoleiros ostensivamente armados. “Esse assassinato em massa dos índios Cinta Larga foi cometido por pistoleiros a mando dos seringalistas Antônio Mascarenhas de Junqueira e Sebastião de Arruda, com a cobertura de funcionários do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre eles o major da Aeronáutica, Luiz Vinhas Neves”, lembra o indigenista Ulisses Capozzoli. Conhecido como um

dos mais horrendos episódios de que se tem notícia até hoje no Brasil, incluiu do roubo ao estupro, passando por grilagem, assassinato, suborno, tortura e muitas outras agressões. Por conta desse massacre o Estado brasileiro foi, pela primeira vez, denunciado internacionalmente por genocídio.

4 Castilho, Alceu. *Matar um índio para pegar uma Índia*. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública. 14 de janeiro de 2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/01/matar-um-indio-para-pegar-uma-india/>

5 Heringer, Exequias, Lange, Ana. *Relatório de Campo*. Agosto de 1981

6 Conselho Indigenista Missionário Regional Rondônia. *Conflito no sul do Amazonas e os Povos Indígenas na Transamazônica*. 25 de janeiro de 2014

7 Idem

8 Idem

9 Monteiro, Telma. *Um Depoimento Sincero sobre os Tenharim e Jiahui*. 12 de fevereiro de 2014. Disponível em [\[racismoambiental.net.br/2014/03/telma-monteiro-especial-para-combate-um-depoimento-sincero-sobre-os-tenharim-e-jiahui/\]\(http://racismoambiental.net.br/2014/03/telma-monteiro-especial-para-combate-um-depoimento-sincero-sobre-os-tenharim-e-jiahui/\)](http://</p></div><div data-bbox=)

10 Idem

11 Castilho, Alceu. *A Batalha de Humaitá*. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública. 13 de janeiro de 2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/01/batalha-de-humaita-tenharim/>

12 Siqueira, Chico. *MPF pede indenização de R\$ 20 mi para índios Tenharim*. 16 de janeiro de 2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/mpf-pede-indenizacao-de-r-20-mi-para-indios-tenharim>

13 Idem

14 Castilho, Alceu. *A Batalha de Humaitá*. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública. 13 de janeiro de 2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/01/batalha-de-humaita-tenharim/>



Dotação e execução orçamentária: a violência institucionalizada

Iara Tatiana Bonin

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil.*

A omissão tem sido a opção política do governo federal em relação aos povos indígenas, o que evidencia o lugar periférico que estes ocupam nas agendas políticas atuais. A despeito de todas as garantias constitucionais e das lutas que vêm sendo protagonizadas por estes povos em defesa de seus territórios e práticas culturais, o governo continua implementando uma política indigenista engessada, negligente e omissa. Ao privilegiar setores da economia que são considerados estratégicos para o ajuste do país ao modelo concorrencial, o governo deixa de investir em políticas públicas efetivas, voltadas para a promoção

da vida, que teriam impacto de longa duração. Ao contrário disso, o que se oferece (quando muito), aos povos e comunidades indígenas, é um conjunto de ações assistenciais, paliativas, de impacto momentâneo, e que não conduzem à conquista efetiva dos direitos – e, em especial, do direito à terra.

O exemplo mais contundente da falta de empenho do governo na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas é a execução orçamentária (ou, em outros termos, a falta de investimento dos recursos autorizados pelo Congresso Nacional para este fim). Analisando os dados do Orçamento Geral da União de



Elisa Cappari/Greenpeace

Os dados da execução orçamentária indicam que a questão indígena está muito longe de ser considerada relevante no Brasil

2013 observa-se que, de um total de R\$ 2.509.448.150,00 destinados às populações indígenas, o governo deixou de investir R\$ 498.445.040,00 – o que corresponde a 19,9%.

Esse valor total autorizado é distribuído em programas e, examinando-se, por exemplo, o programa *Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas*, constata-se que os recursos disponibilizados foram da ordem de R\$ 1.284.984.718,00, sendo liquidados apenas R\$ 954.340.886 (o equivalente a 74,27% do total). Isso significa que o governo deixou de executar R\$ 330.643.832,00.

Já para o programa *Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato*, o Congresso autorizou o uso de R\$ 87.863.432,00, mas ao longo do ano o governo utilizou somente R\$ 58.292.425,00, o que corresponde a 66,34%. Nos desdobramentos deste programa existe uma ação denominada “Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas” cuja dotação orçamentária em 2013 foi de R\$ 21.642.811,00, mas foram liquidados apenas R\$ 5.403.834,59 (ou 24,96% do montante). Mesmo contando com recursos disponíveis, que não foram plenamente utilizados, o governo demarcou, em 2013, apenas uma terra indígena. Observa-se, portanto, que muitos outros procedimentos administrativos poderiam ter sido conduzidos com os 76,04% dos recursos que deixaram de ser aplicados. O argumento de que as demarcações não ocorrem por indisponibilidade de recursos não procede, portanto. As razões para a não demarcação são vinculadas ao plano político e aos projetos de desenvolvimento e de crescimento do país, nos quais os povos indígenas têm sido considerados irrelevantes e desnecessários.



O governo brasileiro tem sido omissivo na execução de ações para a defesa dos recursos naturais

Tratando-se das demarcações de terras, uma questão utilizada inclusive para incitar a população contra a justa reivindicação indígena é o argumento de que o pagamento das benfeitorias que resultam de ocupação de boa fé, embora previsto em lei, demora uma eternidade para ser efetivado. Sobre esse aspecto, observa-se que existem processos de indenização transcorrendo há anos, mas em 2013 nenhum centavo foi gasto da rubrica “Indenização aos Atuais Possuidores de Títulos das Áreas sob Demarcação Indígena”, cuja dotação era de R\$ 20 milhões.

Para o programa *Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos* autorizou-se a execução de R\$ 27.720.000,00, mas o governo utilizou irrisórios 1,39%, deixando de aplicar, portanto, R\$ 27.333.942,00. Neste Relatório destacam-se 44 casos de violências relacionadas com a omissão ou falta de atendimento adequado em saúde, com a escassez de materiais e de profissionais ou com as precárias estruturas de saneamento básico em várias regiões brasileiras. As doenças e agravos vitimizam especialmente as crianças, como se verifica nos dados relativos à mortalidade infantil deste Relatório. E o quadro se agrava ainda mais quando o governo se mostra inoperante ou assume os riscos de não investir recursos para a proteção da vida destas populações, apesar dos recursos estarem disponíveis e autorizados para que estas ações sejam efetivadas.

No programa *Gestão Ambiental em Terras Indígenas*, a negligência por parte do governo também se faz sentir, considerando que, de um valor total de R\$ 200.000,00 (que nem é tão expressivo, se comparado a outras rubricas) foram executados somente 8,85%, mantendo-se, assim, contingenciados R\$ 182.295,00. Registra-se, no ano de 2013, 35 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. A utilização do orçamento previsto de gestão ambiental poderia servir para coibir tais danos.

Enfim, os dados oficiais de dotação e execução orçamentária indicam que a questão indígena está muito longe de ser considerada relevante no Brasil, e que a omissão do governo gera formas cada vez mais intensas de violência. Não é possível vislumbrar a conquista efetiva dos direitos indígenas enquanto as decisões governamentais forem balizadas por critérios econômicos e as políticas sociais forem consideradas secundárias. A demarcação e a garantia das terras indígenas – medida fundamental para assegurar a vida, a saúde, a educação, a pluralidade de culturas, de línguas e de cosmovisões dos povos originários – não pode ser protelada para se enquadrar às regras de quem governa valendo-se de uma lógica empresarial. ■

CAPÍTULO I

Violência Contra o Patrimônio



- 31 Omissão e morosidade na regularização de terras
- 38 Conflitos relativos a direitos territoriais
- 40 Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas à terra, violações premeditadas com o intuito de atender aos interesses políticos e econômicos de setores ligados ao latifúndio, ao agronegócio e às empresas de mineração e energia

Gilberto Vieira



Movido pela sanha do lucro, o agronegócio avança sobre terras tradicionais indígenas e as monoculturas destroem a diversidade de florestas, de modos de vida e a própria vida

Violência contra o patrimônio

O patrimônio indígena é composto pela terra em sua dimensão territorial e em seus usos de acordo com as normas e os costumes das sociedades indígenas. Os acidentes geográficos, os recursos naturais, os marcos míticos, os cemitérios, os sítios arqueológicos, além dos bens produzidos e manejos ambientais; as roças, as sementes, as técnicas de caça, coleta, pesca e de agricultura; as edificações tradicionais, assim como as atuais escolas, postos de saúde, radiofonia; as artes, os artesa-

natos e outras manufaturas, todos estes itens compõem o patrimônio indígena.

Além destes, os bens imateriais, tais como saberes tradicionais, línguas narrativas, rituais, expressões religiosas e conhecimentos específicos, somam-se aos direitos autorais, ao direito de imagem e ao direito intelectual.

As terras indígenas e todo o arsenal elencado são de usufruto exclusivo dos povos que as habitam, conforme a Constituição Federal, constituindo crime a sua violação.

Omissão e morosidade na regularização de terras

O governo da presidenta Dilma Rousseff tem cedido às pressões do agronegócio, especialmente da bancada ruralista no Congresso Nacional, e pouco tem feito no tocante à regularização de terras indígenas. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. Mas nem mesmo esta terra pôde ter seu registro efetivado, visto que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux concedeu liminar contra o seu registro em cartório. Portanto, terminamos 2013 sem nenhum procedimento demarcatório concluído.

A omissão do governo federal se reflete nos inúmeros acampamentos indígenas espalhados por várias regiões do país, onde crianças e adultos são atropelados e as comunidades estão sujeitas a constantes violências e expulsões.

O estado do Rio Grande do Sul concentra o maior número de casos de omissão e morosidade na regularização de terras, com o registro de 20 ocorrências.

No ano de 2013 o governo federal determinou que todos os procedimentos de demarcação de terras fossem suspensos. Registra-se, portanto, em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas à terra, violações premeditadas com o intuito de atender aos interesses políticos e econômicos de setores ligados ao latifúndio, ao agronegócio e às empresas de mineração e energia.

Os dados expostos neste Relatório referem-se a casos onde ocorreram conflitos envolvendo comunidades indígenas, em luta pela posse da terra, com fazendeiros, posseiros ou agricultores.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) registrou a ocorrência de 51 conflitos fundiários com a conivência, omissão e/ou a morosidade do governo nos seguintes estados: Amazonas (3), Bahia (1), Ceará (1), Mato Grosso (4), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (1), Pará (1), Paraná (1), Pernambuco (4), Piauí (1), Rio Grande do Sul

(20), Rondônia (1), Santa Catarina (10), São Paulo (1) e Tocantins (1).

A bancada ruralista no Congresso Nacional, em articulação com entidades representativas do agronegócio, promoveu uma série de eventos anti-indígenas. Merece destaque a realização do chamado “Leilão da Resistência”. O evento serviria, segundo noticiou a imprensa, para arrecadar e financiar a contratação de “empresas de segurança”. Felizmente, o poder Judiciário tomou providências no sentido de fiscalizar a aplicação dos recursos arrecadados.

A opção do governo federal em promover a violação aos direitos indígenas estimulou atos de violência, especialmente contra comunidades que vivem em acampamentos de beira de estrada, como os atropelamentos, as expulsões e as remoções de famílias.

Situação Geral das Terras Indígenas	Quantidade
Registradas	359
Homologadas	45
Declaradas	62
Identificadas	39
A identificar	154
Sem providência	337
Reservadas/Dominiais	40
Com Restrição	6
GT constituído no estado do MS como Terra Indígena	5
Total	1.047

Dados atualizados em dezembro de 2013

HOMOLOGAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS POR GESTÃO PRESIDENCIAL

GOVERNO	PERÍODO	Nº DE HOMOLOGAÇÕES	MÉDIA ANUAL
José Sarney	1985 – 1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 – set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 – dez. 1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 – 2010	79	10
Dilma Rousseff	2011 – 2013	11	3,6

OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

51 Casos

AM 3 Casos**TERRA INDÍGENA:** WAIMIRI-ATROARI**POVO:** WAIMIRI-ATROARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Terras tradicionais do povo indígena foram excluídas dos limites demarcados, incluindo a região atualmente alagada pela Usina Hidrelétrica de Balbina. O processo administrativo de revisão dos limites está paralisado há quatro anos. A juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, na decisão liminar, afirmou que “O povo Waimiri Atroari vem sofrendo um acelerado processo de desconstrução de sua identidade histórica, social e cultural a partir do final da década de 1960, pois foi aí que o governo federal iniciou o procedimento de construção do projeto que iniciou a UHE Balbina”. O MPF destaca também as frequentes invasões por parte de não indígenas para a exploração de madeira, conforme relatos de membros da própria etnia. O projeto de implantação da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista, coordenado pela Aneel, também é tido como uma ameaça, pois a trajetória da linha poderá cortar áreas localizadas dentro da terra indígena.

FONTE: MPF/AM, 19/04 e 16/05/2013**TERRA INDÍGENA:** MURUTINGA**POVO:** MURA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O processo demarcatório teve início em 2008, com a criação de um grupo técnico designado pela Funai para a identificação das áreas de Ponciano e Murutinga. Após idas e vindas, os estudos foram concluídos em 2012. Mais de oito meses após a publicação do relatório, o processo ainda não havia sido encaminhado ao Ministério da Justiça. Segundo a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, a demora no processo de regularização da terra indígena é injustificável.

FONTE: MPF/AM, 19/04/2013; Assessoria de Comunicação do MPF/AM, 22/05/2013**TERRA INDÍGENA:** SETEMA**POVO:** MURA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com ação civil pública com pedido de liminar para pedir à Justiça que obrigue a União, por meio da Presidência da República, a assinar e publicar o decreto de homologação da terra indígena. Para o processo de demarcação ser concluído depende apenas da publicação do decreto. Esta espera já se arrasta por quase quatro anos. A omissão da União em deixar de cumprir a última fase do processo de demarcação da terra indígena, levou o MPF/AM a pedir a condenação da União para o pagamento de indenização por danos morais coletivos.

FONTE: MPF/AM, 11/07/2013**BA** 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**POVOS:** ATIKUM, KAIMBÉ, PANKARARÉ, TRUKÁ, TUMBALALÁ, XUKURU-KARIRI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O MPF/BA ajuizou três ações em prol da aceleração na demarcação de terras indígenas e da remoção de não índios de

territórios já demarcados. Propostas pela Procuradoria da República em Paulo Afonso (BA), as ações demandam que a União e a Funai concluam o reconhecimento de terras dos Tumbalalá (Abaré/BA), Truká-Tupã (Paulo Afonso/BA), Xukuru-Kariri de Quixaba (Glória/BA), Kaimbé Massacará (Euclides da Cunha/BA) e Atikum (Rodelas/BA) e a desocupação das terras dos Pankararé do Brejo do Burgo (Glória/BA). As ações buscam agilizar a demarcação para garantir aos índios as terras que tradicionalmente ocupam, como previsto na Constituição (artigo 231) e no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973). No entanto, os problemas relacionados vão além pois, sem território demarcado, os índios têm enorme dificuldade de acesso a serviços públicos, principalmente à saúde e à educação.

FONTE: MPF/BA, 19/04/2013**CE** 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** TAPEBA**POVO:** TAPEBA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: De acordo com ação civil pública interposta pelo MPF/CE, a Funai e a União vêm ignorando os prazos legais e afrontando os princípios constitucionais ao não finalizar o processo demarcatório do território dos Tapeba. O processo tem se arrastado ao longo dos anos, sem previsão de conclusão. Conforme a procuradora Nice Cunha, os prejuízos sofridos pela não demarcação refletem-se no aumento da violência na região, devido à disputa de terras pelos não índios.

FONTE: Assessoria de Comunicação do MPF/CE, 09/05/2013**MG** 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ**POVO:** XAKRIABÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Cerca de 300 indígenas Xakriabá retomaram uma parte do seu território tradicional. A Funai iniciou os estudos de identificação em 2007 e os procedimentos não foram publicados. Desde 2008 e até o presente, a Funai, respondendo à requisição do MPF sobre a questão, vem protelando a publicação do documento, sem apontar justificativa ou fundamento para isso. Essa situação tem sido motivo de acirramento dos conflitos na região. Com o objetivo de garantir os seus direitos, os indígenas reivindicam a publicação imediata do relatório de identificação e a efetiva regularização do território tradicional do seu povo.

FONTE: Cimi Regional Leste, 04/09/2013; MPF/MG, 29/11/2013**MS** 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: Uma das alternativas que os indígenas tiveram para chamar atenção das autoridades estadual e federal foi bloquear uma rodovia e pedir mais agilidade no processo de demarcação das terras Guarani-Kaiowá e a indenização dos produtores rurais que hoje ocupam as áreas. A manifestação foi pacífica e os índios exigiram a presença de representantes da Funai.

FONTE: Campo Grande News, 27/08/2013

MT 4 Casos

TERRA INDÍGENA: APIAKÁ - PONTAL (SÃO TOMÉ)

POVOS: APIAKÁ, MUNDURUKU, ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os estudos de identificação e delimitação da terra indígena foram aprovados em abril/2011 e não foram encaminhados ao Ministério da Justiça para as devidas providências de regularização. Conforme a procuradora da República, Márcia Brandão Zollinger, “A importância da demarcação do território é ímpar. É o primeiro passo para a consolidação de diversos outros direitos dos povos indígenas, como educação, saúde, acesso a uma alimentação tradicional adequada e manutenção do seu modo de viver e da sua cultura”.

FONTE: Assessoria de Comunicação do MPF, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: PIRIPIKURA

POVO: KAYABI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Com a demora na demarcação, a terra indígena tem sofrido grandes impactos pela instalação de pastos e abertura de estradas, que facilitam a movimentação de ocupantes não indígenas. Essa ocupação acelerada no entorno da terra indígena, rodeada por pastagens, suscita problemas ambientais como queimadas, impedimento do livre fluxo da fauna e facilidade de invasão.

FONTE: Assessoria de Comunicação do MPF, 25/04/2013

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal propôs ação civil pública em que pede à Justiça Federal que obrigue a Funai a concluir o relatório para a revisão dos limites da terra indígena Enawenê-Nawê. O processo teve início no ano 2000 e, quase 14 anos

depois, ainda não foi concluído. Essa demora causa um sério desgaste e é prejudicial à população indígena já que acirra os conflitos agrários na região e a degradação ambiental.

FONTE: MPF/MT, 16/10/2013

TERRA INDÍGENA: MANOKI (IRANTXE I)

POVO: IRANTXE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão e exploração madeireira

DESCRIÇÃO: A terra indígena está demarcada desde 2008. Os indígenas cobram celeridade no processo de homologação diante do agravamento dos conflitos provocados pela demora na finalização do processo legal, que compromete a própria integridade do território. Madeireiros invadem e desmatam ilegalmente. Os indígenas flagraram uma pousada-pesqueiro em operação às margens do Rio Sangue, dentro da sua terra. Localizaram também cerca de cinco áreas de extração de cascalho no norte da terra Manoki, além de muito fogo. Segundo o cacique Manoel Kanunxi, a Funai está recorrendo de uma decisão do juiz federal da 21ª Vara do Distrito Federal, Hamilton de Sá Dantas, que deferiu pedido de duas associações rurais de Brasnorte para a suspensão do processo administrativo que versa sobre a regularização da terra indígena. Mas, segundo o cacique, “tudo está sendo destruído e enquanto isso não recebemos resposta nenhuma depois de tantas denúncias”.

FONTE: Opan, 11/11/2013

PA 1 Caso

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A terra ainda não foi demarcada. O MPF/PA entrou com ação para que seja regularizada a situação fundiária e que seja efetivada a desintrusão de possíveis posseiros que se encontram na área. O procurador da República, Felício Pontes

Egon Heck



Há cinco séculos os povos indígenas resistem às violências e violações cometidas contra eles; reconquista da terra tradicional é fundamental para romper este histórico

Jr., solicitou, ainda, que União e Funai sejam condenadas a pagar indenização aos indígenas por danos morais coletivos.

FONTE: MPF/PA, 19/04/2013

PE 4 Casos

TERRA INDÍGENA: PIPIPÁ

POVO: PIPIPÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os indígenas aguardam a conclusão do processo demarcatório da terra indígena, sendo que alguns dos problemas decorrentes da demora são, por exemplo, a falta de acesso a serviços públicos, bem como a violência e o preconceito sofridos pelos índios que vivem em áreas ainda não regularizadas. O MPF está ajuizando ação civil pública no intuito de apressar a regularização da terra.

FONTE: MPF/PE, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: SERRA DO ARAPUÁ

POVO: PANARÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O MPF/PE busca decisão judicial que determine a conclusão do processo demarcatório da terra indígena, com estabelecimento de prazo pela Justiça Federal. Alguns dos problemas decorrentes da demora na demarcação das terras são, por exemplo, a falta de acesso a serviços públicos, bem como a violência e o preconceito sofridos pelos índios que vivem em áreas ainda não regularizadas.

FONTE: MPF/PE, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: ATIKUM

POVO: ATIKUM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Há demora no processo de desintrusão da área indígena que faz limite com a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas. A presença de pessoas não integrantes da comunidade indígena no local vem prejudicando o pleno usufruto da terra pelos índios.

FONTE: MPF/PE, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: TRUKÁ

POVO: TRUKÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Foi suspensa a portaria declaratória da demarcação da área denominada Continente. Com as obras da transposição do Rio São Francisco, o eixo norte corta a área indígena e não há interesse do governo em demarcá-la.

FONTE: Cimi Regional Nordeste, 12/2013

PI 1 Caso

TERRA INDÍGENA: KARIRI

POVO: KARIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal/PI ajuizou ação civil pública para que, por meio de liminar, a Justiça obrigue a Funai a fazer a demarcação da terra indígena nos prazos estabelecidos pelo Decreto 1775/96 e no artigo 11, da Lei 7347/1985. Embora o órgão indigenista tenha oferecido várias informações sobre a demora na regularização da terra indígena, o procurador da República observou que a Funai não vem cumprindo os prazos estabelecidos na legislação que rege o tema.

FONTE: MPF/PI, 09/12/2013

PR 1 Caso

TERRA INDÍGENA: TEKOKA ARAGUAJU

POVO: AVÁ-GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O governo federal suspendeu a demarcação de terras indígenas no Paraná. As áreas nos municípios de Terra Roxa e Guaíra já estavam passando pela demarcação porém, com a ordem da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o processo foi paralisado.

FONTE: Sítio CATVE, 17/05/2013

RO 1 Caso

TERRA INDÍGENA: RIO NEGRO OCAIA

POVO: ORO WARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os estudos técnicos relativos à regularização da terra indígena foram aprovados em fevereiro de 2011, porém a terra não foi demarcada.

FONTE: MPF/PA, 19/04/2013

RS 20 Casos

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os indígenas estão aguardando pela regularização da terra há mais de 15 anos e protestam contra a morosidade na demarcação. Ocupam há 20 anos um espaço mínimo de terra totalmente insuficiente à sobrevivência, de dois hectares, sendo que têm direito a 715 hectares. Pedem mais agilidade no pagamento das indenizações aos ocupantes não índios no balneário. Na ocupação do balneário sofreram ameaças, vigias atiraram e um indígena foi ferido.

FONTE: Zero Hora do RS, 22/11/2013

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: Após 19 meses da conclusão do levantamento fundiário, o processo não avançou. Há omissão por parte do Estado no reassentamento dos agricultores e na indenização das benfeitorias. A relação entre agricultores e indígenas é cada vez mais tensa, causando insegurança para ambas as partes.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Iraí, 16/12/2013

TERRA INDÍGENA: MATO PRETO

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Passados 15 meses da publicação de Portaria Declaratória no 2222/2012, a regularização da terra indígena não avançou, e não foram colocados os marcos demarcatórios. A comunidade sofre preconceitos e ameaças, além de não ter as mínimas condições de sobrevivência.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Passados 18 meses da publicação da portaria declaratória da terra indígena, embora os indígenas tenham pressionado

as autoridades, não foi concluída a demarcação física da terra. Sem solução para os agricultores e para os indígenas, há um aumento da tensão na área. A comunidade se sente insegura e sofre com dificuldades de sobrevivência.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: MATO CASTELHANO

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Cerca de quatro anos após o início dos trabalhos, não foi concluído o Relatório Circunstanciado da terra indígena. A comunidade vive na beira da estrada, com o risco de atropelamentos de crianças e dificuldade de sobrevivência.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: LAJEADO DO BUGRE

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Após três anos da publicação do GT para a identificação e delimitação da terra tradicional, os trabalhos não foram concluídos. A comunidade está confinada em um espaço insuficiente para sua sobrevivência e sujeita às intempéries.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Iraí – 12/2013

TERRA INDÍGENA: CARAZINHO

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Após três anos da publicação do GT para a identificação e delimitação da terra tradicional, os trabalhos não foram concluídos. A comunidade vive na beira da BR-386, com o risco de atropelamento e com permanentes liminares de reintegração de posse, sobrevivendo de cesta básica e sem espaço para plantar.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: XINGU

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Cerca de quatro anos após a publicação do GT para a identificação e delimitação da terra tradicional, faltam documentos a serem fornecidos pela Funai para a conclusão do Relatório Circunstanciado. O órgão indigenista questiona o tamanho da área identificada, alegando problemas antropológicos, e propõe sua redução. A comunidade está confinada e insegura, sofrendo ações judiciais com ameaça de despejo.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: KANDÓIA

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Passados três anos da publicação do Relatório Circunstanciado da terra indígena, a comunidade aguarda a Portaria Declaratória. Os indígenas estão confinados, vivendo embaixo de lona e sem condições de sobrevivência.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Iraí, 12/2013

TERRA INDÍGENA: ITAPUÃ

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A conclusão do procedimento demarcatório é esperada desde 2008 pelos Guarani, pois suas famílias estão em áreas



As demandas dos povos indígenas são, insistentemente, ignoradas pelo governo brasileiro

muito pequenas, onde lhes faltam terra para plantar, água para beber e até mesmo espaço para transitar.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: PONTA DA FORMIGA

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os Guarani aguardam a conclusão dos estudos de demarcação de suas terras desde 2008. Os estudos encontram-se paralisados na Funai.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: MORRO DO COCO

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Os estudos do GT encontram-se prontos desde 2008. Mas a Funai não deu andamento ao processo de identificação da terra indígena.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: ARROIO DO KONDE

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Funai pediu complementação dos estudos, que tiveram início em 2009, ao grupo técnico.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: PETIM

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Funai pediu complementação dos estudos, que tiveram início em 2009, ao grupo técnico.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Funai pediu complementação dos estudos, que tiveram início em 2009, ao grupo técnico.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: IRAPUÃ

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A publicação de identificação e delimitação concretizou-se em 2010, porém os Guarani continuam sem ocupar a sua

terra tradicional. A Funai precisa agilizar os procedimentos, pois a comunidade está vivendo na beira da estrada e aguarda a solução o mais rápido possível.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: CANTAGALO

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Cantagalo é uma das aldeias mais antigas do estado. Os estudos já foram concluídos, mas a desintrusão não foi feita e as famílias de não-índios ainda estão na área indígena. Já se passam anos da decisão do ministro e mais de quatro anos desde que a terra foi homologada pelo presidente da República. As cercas estão abertas e os animais dos vizinhos entram na terra e comem as plantações da comunidade indígena.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: TEKOA PORÃ

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A comunidade aguarda a solução para a completa regularização da Tekoá Porã, desapropriada pelo governo estadual desde o ano 2000. Até hoje aguarda também a finalização das indenizações. O governo estadual não cumpriu com o protocolo de intenções para terminar o pagamento. Atualmente, a comunidade ocupa apenas a metade da área desapropriada.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: As terras indígenas Acampamento Lami, Capivari, Estiva e Lomba do Pinheiro estão em estudos de identificação e delimitação desde dezembro de 2012. Os Guarani aguardam a conclusão dos trabalhos. Querem que a Funai agilize os procedimentos, pois as comunidades vivem em áreas de beira de estrada, onde lhes faltam terra para plantar, água para beber, e até mesmo espaço para transitar. Vivem em

pequenas áreas com muitas famílias, e aguardam há bastante tempo o reconhecimento de suas terras.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: MORRO DO OSSO

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O grupo de trabalho foi criado em 2010, mas os estudos ainda não foram concluídos. A Funai solicitou a complementação do estudo antropológico.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

SC 10 Casos

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇÁ'I

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Procuradoria da República em Chapecó iniciou um ciclo de visitas às comunidades indígenas atendidas pela unidade. Para a comunidade Guarani do Araçá'i a prioridade relatada é o início das medições da área demarcada e maior celeridade da ação judicial relativa à questão, favorável aos indígenas em primeira instância.

FONTE: MPF/SC, 22/11/2013

TERRA INDÍGENA: CAMBIRELA

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Funai criou em 2011 um GT para a regularização das terras Cambirela e Massiambu. Até o presente as comunidades esperam o término dos estudos. Enquanto aguardam, não conseguem acessar recursos como lenha e matéria prima para fazer seu artesanato.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: YAKÁ PORÃ

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

Walter Campanato



A demarcação das terras indígenas é fundamental para garantir a continuidade do modo tradicional de viver e cultivar, baseado no respeito à vida

DESCRIÇÃO: Há mais de nove anos que os indígenas reivindicam da Funai o início do procedimento demarcatório e a regularização fundiária da terra indígena. O órgão indigenista propôs a regularização como medida no EIA da Linha de Transmissão Itapoá-Tecon (SC), que foi aprovada mas, mesmo assim, o GT não foi criado. Em abril de 2013 o Ministério Público recomendou à Funai o início do processo de regularização e alertou que os indígenas sofrem com a falta de acesso adequado aos serviços de educação e saúde, especialmente pela não inclusão da aldeia no orçamento e nos sistemas de registros da Sesai; pela ausência de instalações de água e saneamento básico; pelos conflitos fundiários; e pelos entraves para a exigência de realização do componente indígena de licenciamentos ambientais.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12o/2013; MPF/SC

TERRA INDÍGENA: YVY DJU/RETA

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A comunidade reivindica há mais de sete anos o início do procedimento de regularização fundiária da terra indígena. Os indígenas vivem inseguros e pressionados pela construção de grandes obras como o Contorno Ferroviário de São Francisco, muito próximo à aldeia. Em abril de 2013 o Ministério Público Federal de Santa Catarina recomendou à Funai o início do procedimento de regularização e alertou que os indígenas sofrem com a falta de acesso adequado aos serviços de educação e saúde, especialmente pela não inclusão da aldeia no orçamento e nos sistemas de registros da Sesai; pela ausência de instalações de água e saneamento básico; pelos conflitos fundiários; e pelos entraves para a exigência de realização do componente indígena de licenciamento ambiental.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013; MPF/SC, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O procedimento de demarcação foi iniciado em 2003 e há dois anos a comunidade aguarda a demarcação física da área. A Funai já contratou uma empresa para a colocação dos marcos demarcatórios, porém os trabalhos não avançam.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: TARUMÃ

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Depois de décadas reivindicando o início do procedimento de demarcação, a comunidade ainda aguarda a demarcação física da área. O órgão indigenista contratou uma empresa para dar início à colocação dos marcos demarcatórios mas, até o presente, isso não ocorreu.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: PINDOTY

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O processo de regularização da terra indígena iniciou em 2003 e há dois anos o povo indígena espera pela demarcação. Segundo a Funai, foi contratada uma empresa para a colocação dos marcos demarcatórios mas isso ainda não aconteceu.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe de Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: O procedimento de demarcação da terra indígena foi iniciado pela Funai em 2003. Em 2009 foi assinada a Portaria Declaratória nº 2.813. Paulo Cesar Ávila de Souza e outros entraram com Ação Ordinária na 2ª Vara da Justiça Federal pedindo a suspensão da portaria e foram atendidos. Enquanto não se dá uma solução, a comunidade sofre invasões e todo tipo de pressão.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: FRAIBURGO

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Desde 2010 os indígenas reivindicam as suas terras tradicionais. Em março de 2011 sofreram um primeiro despejo. Retornaram ao seu território em 2013, mas sofreram novo despejo e foram transferidos para o município de Clevelândia, no Paraná.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVOS: GUARANI, KAINGANG, XOKLENG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Em 6 de novembro de 2013, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo recebeu, em audiência, deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e membros da Fetraf-Sul/Cut e, imediatamente, atendeu os seus pedidos de paralisar as demarcações das terras indígenas nesses estados.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe de Florianópolis, 12/2013

SP 1 Caso

TERRA INDÍGENA: GUARANI DA BARRAGEM

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: Os índios retomaram uma área abandonada que abrigara várias famílias indígenas até os anos de 1970. A região foi recentemente reconhecida pela Funai como terra tradicional Guarani. Está incluída no estudo antropológico, geográfico e ambiental elaborado pelos técnicos da instituição e enviado ao Ministério da Justiça. No dia 13 de outubro a terra foi invadida por homens armados que não têm qualquer relação com o local e ameaçaram os indígenas. Estes reivindicam a regularização da área para voltarem a plantar, pois o local onde vivem já não comporta a população: são cerca de 25 hectares para abrigar duas mil pessoas.

FONTE: Rede Brasil Atual, 18/10/2013

TO 1 Caso

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAJÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Ao se deslocarem da aldeia para participarem de uma audiência sobre a monocultura do eucalipto na região, lideranças indígenas encontraram um desmatamento feito por tratores de esteira localizado a 200m da terra indígena, em uma área reivindicada que ficou fora da demarcação.

FONTE: Lideranças Apinajé, 25/04/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014

Conflitos relativos a direitos territoriais

Em 2013 registramos 10 casos de conflitos relativos a direitos territoriais, nos estados do Ceará (1), Mato Grosso do Sul (4), Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (1).

No Rio Grande do Sul, indígenas tiveram barracos queimados e foram expulsos de uma área retomada. Um indígena Guarani Mbya levou um tiro. No Mato Grosso do Sul, um delegado da Polícia Federal ameaçou fazer uso da Força Nacional para realizar uma reintegração de posse. Nesta mesma área,

um grupo armado cercou e atacou a comunidade.

No Ceará, o povo Tapeba da comunidade de Matões enfrenta problemas com a invasão das obras do complexo industrial do Porto do Pecém. O governo do estado, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Petrobras dão andamento a acordos para a compra de terras em outra localidade, sem a devida consulta às comunidades como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ruy Sposatti/Cimi



Soldado da Força Nacional intimida liderança Munduruku, explicitando que o governo federal não aceita o contraditório e lança forças policiais contra os povos que lutam por seus direitos

CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

10 Casos

CE 1 Caso

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Construção do Porto de Pecém

DESCRIÇÃO: A comunidade de Matões sofre com a invasão pelas obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. O governo do estado firmou um contrato com a Petrobras e a Funai para a implantação da Refinaria Premium II dentro da terra Anacé, reconhecida como área tradicional. Idosos estão adoecendo e já há casos de morte devido às mudanças no ambiente causadas pela degradação e invasão dos empreendimentos. O governo do estado, a Funai e a Petrobras estão comprando terra para alocar os indígenas que, é importante esclarecer, nunca foram consultados, como manda a legislação e a Convenção 169 da OIT, sobre alternativas à instalação do empreendimento, sobre

o local onde irão viver e outros aspectos fundamentais para a preservação do modo de vida da comunidade.

FONTE: Cimi Regional Nordeste, 12/2013

MS 4 Casos

TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE

POVO: TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Cinquenta famílias indígenas retomaram duas fazendas que incidiam sobre a terra indígena reivindicada. A área está com o processo demarcatório concluído, porém não houve a completa desinvasão das propriedades rurais. Os fazendeiros entraram na justiça exigindo a garantia da posse da área, argumentando não se tratar de território tradicional. Os indígenas reivindicam a garantia de seus direitos sobre o território.

FONTE: Site do Cimi e Regional MS, 17/09/2013

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUÁ

POVO: TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Cerca de 20 famílias ocuparam uma fazenda que incide sobre a área reivindicada como tradicional. Segundo os indígenas, eles não queriam confronto e tentaram dialogar com o fazendeiro que estava na propriedade, explicando que o local era terra indígena. Mas não foram ouvidos e, ao contrário, foram agredidos. Outros fazendeiros foram chamados e puseram fogo no trator dos indígenas, além de dispararem armas de fogo contra eles. Segundo laudos da Funai, a terra indígena tem 10.400 hectares. Hoje, vivem cerca de 2.200 indígenas em 94 hectares divididos em duas aldeias. O território recebeu seu primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não foi concluído.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

POVO: GUARANI NHANDAVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Um delegado da Polícia Federal tentou realizar a reintegração de posse da fazenda retomada pelos indígenas. Com a recusa dos índios, ele ameaçou despejo com a Força Nacional. Nos dois dias anteriores um grupo armado cercou e atacou a comunidade. Na fuga, um dos pistoleiros deixou uma motocicleta para trás, que foi confiscada pelos indígenas e entregue à Polícia Federal.

FONTE: Assessoria de comunicação do Cimi, 14/11/2013

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: De acordo com a comunidade, aproximadamente 45 indígenas estavam na região, desde o dia 23 de outubro, quando oito pessoas, em uma caminhonete Hilux preta, fortemente armados, foram ao local e deram tiros em direção aos índios. Conforme ainda depoimento das vítimas, os acusados “chegaram dando tiros. Eles tinham revólver, espingarda calibre 12. Levaram cerca, barracas, tudo nosso”. Na ocasião, ao fugirem do ataque, deram falta do indígena Martoins Galto, de 66 anos, que desapareceu ao se separar dos outros.

FONTE: Midiamaxnews

RS 4 Casos

TERRA INDÍGENA: IRAPUÁ

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Um grupo de homens armados ateou fogo nos barracos de lona erguidos pela comunidade indígena em área retomada. Além disso, os indígenas foram ameaçados por fazendeiros da região de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Para pressionar o governo federal, os Kaingang decidiram retornar parte de seu território tradicional já declarado oficialmente, mas ainda ocupado ilegalmente por agricultores. Na retomada houve confronto entre indígenas e agricultores.

Dois indígenas e três agricultores ficaram feridos. Pessoas foram presas por porte ilegal de armas.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Depois de terem retomado parte das terras reivindicadas como de ocupação tradicional, homens armados dispararam contra um acampamento indígena. O clima ficou tenso na região.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Em função da morosidade do governo federal em demarcar suas terras, a comunidade decidiu reocupar parte da área, sob controle de um empresário que instalou um balneário em parte do território indígena. Durante a ocupação, um segurança do empreendimento sacou o revólver e fez disparos, ferindo um Kaingang. Na imprensa local foi desencadeada uma intensa campanha contra o povo, motivando o confronto entre índios e agricultores. Com a campanha, os comerciantes de Vicente Dutra realizaram um boicote e não vendiam produtos ou gêneros alimentícios aos Kaingang.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

SC 1 Caso

TERRA INDÍGENA: ARAÇÁ'I

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Tentativa de remoção da comunidade

DESCRIÇÃO: O governo de Santa Catarina vem a algum tempo tentando permutar a terra tradicional dos Guarani por área comprada, onde pretendem reassentar as famílias. Em novembro, diante do protesto dos agricultores que ocupam a terra indígena, o governo do estado decidiu oficializar a compra de 800 hectares na cidade de Bandeirantes. Os indígenas não concordam com essa proposta que fere seu direito constitucional.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe Florianópolis, 12/2013



A retomada da terra é a legítima forma dos povos indígenas de retornarem para os seus espaços sagrados

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Em 2013 registramos 36 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena.

Tivemos registros nos estados do Amazonas (4), Bahia (1), Maranhão (6), Mato Grosso (6), Mato Grosso do Sul (3), Pará (5), Paraná (1), Paraíba (1), Rondônia (4), Roraima (1), Santa Catarina (2) e Tocantins (2).

O estado do Maranhão continua em evidência, com o registro de 6 casos nas terras indígenas Governador, Caru, Krikati, Alto Turiaçu e Awá. As agressões ocorrem principalmente através da extração ilegal de madeira, inclusive na área dos Awá-Guajá, povo de recente contato.

Também foram registrados 6 casos no estado do Mato Grosso, com ocorrências ligadas à extração ilegal de madeira,

garimpagem, danos ao patrimônio e invasão. Na terra Manoki, os próprios indígenas interceptaram duas carretas abarrotadas de toras de madeira. A ação ocorreu durante o monitoramento regular que fazem na área. No acampamento, os madeireiros portavam armas de fogo e consumiam droga. Em outro local do território, os indígenas encontraram uma área totalmente degradada pelos invasores.

Ainda no Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) flagrou sul-coreanos praticando biopirataria. Os infratores coletavam material de origem vegetal e faziam filmagens da coleta e utilização das ervas medicinais pelos indígenas. Foi constatado que não era a primeira vez que o grupo visitava o Brasil.



O garimpo é uma das agressões mais recorrentes de exploração ilegal realizada dentro das terras indígenas, além de causar inúmeros outros impactos

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

36 Casos

AM 4 Casos

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

POVOS: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) ao Ministério Público Federal, foi constatada a exploração comercial do turismo de pesca dentro das terras indígenas sem autorização da Funai e sem o conhecimento das comunidades indígenas da área, onde a pesca é fonte de sustento de 13 comunidades.

FONTE: MPF/AM, 21/05/2013

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVOS: BARÉ, DESANO, PIRATAPÚYA, TARIANO, TUKANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: Moradores das comunidades indígenas estão sofrendo impactos da pesca predatória e da retirada ilegal de madeiras. A denúncia foi feita pela coordenadora da Associação Indígena de Barcelos, Dilsa Tomás de Melo. A fiscalização só vem depois de muitos meses. O tráfego de balsas com carregamento de madeira é intenso na região do Médio Rio Negro, tanto quanto o de barcos pesqueiros de todos os portes.

FONTE: Cimi Regional Norte I, 04/07/2013

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

POVOS: BARASANA, BARÉ, KARAPANÃ, SURIANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio histórico e arqueológico

DESCRIÇÃO: Pesquisadores e índios denunciam a retirada de camada de rochas, com pinturas de mais de três mil anos, segundo estimativas de cientistas. O sítio arqueológico localizado na terra indígena vem sendo alvo de depredações e, possivelmente, de furtos para atender demandas de colecionadores ou de comercialização de gravuras rupestres. As depredações foram denunciadas em documento enviado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pela Foirn, mas até o momento o órgão não se manifestou.

FONTE: Agência de Jornalismo A Pública, 06/08/2013

TERRA INDÍGENA: PAUMARI DO CUNIUÁ

POVO: PAUMARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Sob pressão de embarcações provenientes de cidades do Amazonas para explorar os rios Tapauá e Cuniuá, os povos indígenas do Médio Purus estão sendo impactados pela pesca predatória e exploração ilegal de recursos naturais. Uma ação conjunta planejada pela Funai com a participação do Ibama e do Batalhão de Polícia Ambiental do Amazonas apreendeu mais de 600 kg de pirarucu, três mil ovos de quelônios, além de quelônios vivos, carne de caça, outros pescados, madeira serrada, embarcações irregulares e diversos materiais de pesca ilegal.

FONTE: Funai, 06/09/2013

BA 1 Caso

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio

DESCRIÇÃO: Foram depredadas cinco casas de moradores indígenas na cidade de Buerarema. Os manifestantes retiraram os móveis e atearam fogo. O clima era de forte tensão entre moradores da cidade, produtores e indígenas por conta da demora na regularização das terras indígenas sobrepostas por fazendas. Além do ataque às casas, agricultores acampados na praça principal da cidade arrebatarem dez sacos de farinha de mandioca dos índios quando estes traziam o produto para vender no depósito de farinha. Após os saques, distribuíram o produto para pessoas do município.

FONTE: Cimi Regional Leste, 24/08/2013

MA 6 Casos

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

POVO: GAVIÃO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Mais de 70% da floresta original do Maranhão já foi devastada. Foram postos abaixo 106.195 km² de árvores. As terras indígenas que concentram boa parte da mata restante vêm sendo alvo da exploração madeireira. A cidade de Amarante é uma espécie de símbolo dessa destruição. Sede de dezenas de serrarias e de fábricas de móveis, o município e sua população observam a floresta acabar fora da área indígena e as madeiras avançarem sobre esta. No início de 2013, líderes dos índios Gavião apreenderam quatro veículos carregados. A mata de maior valor já foi abaixo em Amarante, na região mais ao norte do estado, próxima à Terra Indígena Alto Turiaçu, onde fica a maior área contígua de floresta do estado.

FONTE: Comissão Pastoral da Terra, 08/04/2013

TERRA INDÍGENA: CARU

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Caminhões carregados de tora de madeiras nobres como maçaranduba, ipê e jatobá, com diâmetros que só podem ser encontrados no que resta das florestas no Maranhão, são retirados da terra indígena dos Awá-Gujá. Quando interpe-lados, os carregadores e motoristas dos caminhões declaram que extraíram a madeira das terras indígenas onde não há madeira fraca. As madeiras da região funcionam durante a noite e durante o dia se camuflam atrás de altos tapumes de madeira e árvores plantadas na frente. A atividade ilegal recomeçou intensamente 2013. A madeira é extraída por posseiros da região que invadem a terra indígena. Há fazendas instaladas dentro da terra dos Awá, sendo que uma delas ocupa 800 hectares, tem a criação de 450 bois e a madeira é retirada da própria fazenda. Outro fazendeiro tem 800 cabeças de gado e ocupa 1.100 hectares da terra indígena. Segundo o próprio fazendeiro, há uma ordem judicial para que desocupem a terra mas eles alegam que não vão sair, "vamos dar trabalho para o governo".

FONTE: O Globo, 05/08/2013

TERRA INDÍGENA: KRİKATI

POVO: KRİKATI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Descumprimento de acordos de compensação

DESCRIÇÃO: Em visita à terra indígena, os procuradores do MPF/MA expediram recomendação para que seja finalizado o processo de desintrusão da terra. No referente à agressão ambiental, propuseram ação civil pública contra a Eletro-norte para que seja levado em conta o componente indígena na renovação do licenciamento ambiental de linhas de transmissão que passam em território indígena. Outro grave problema é o tráfego na estrada MA-280 que corta 32 km de terra indígena, colocando em risco a segurança da comunidade. Neste caso, o MPF pede a execução de liminar concedida pela Justiça Federal que determina a inclusão do componente indígena nas medidas de segurança referente ao uso da rodovia.

FONTE: MPF/MA, 19/04/2013

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIANÇA

POVO: KA'APOR

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição do patrimônio

DESCRIÇÃO: Cerca de 50 madeireiros invadiram a comunidade indígena em represália à fiscalização e apreensão de caminhões madeireiros feita pelos indígenas dentro de sua terra. No ato da invasão, eles amarraram e bateram em indígenas, saquearam plantações, levaram animais e queimaram duas casas. O clima era bastante tenso na região. Os índios temiam novas invasões. As famílias buscaram refúgio no mato como esconderijo.

FONTE: Cimi Regional Maranhão, 27/08/2013

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVOS: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: A operação Hiléia Pátria, desencadeada para coibir o desmatamento ilegal em áreas indígenas na Amazônia, desativou 27 serrarias e apreendeu 4.693 m3 de madeira beneficiada e em toras. A operação ocorreu simultaneamente em Rondônia, Pará, Amazonas e no Mato Grosso. Em Buriticupu, polo madeireiro do estado, foi apreendida mais uma serraria no dia 9 de setembro. O equipamento foi encontrado desmontado em um matagal próximo ao povoado Varig. A prática de desmontar e esconder serrarias é recorrente pelos infratores em períodos de fiscalização ostensiva. Agentes do Ibama encontraram quatro serrarias no final do mês de agosto.

FONTE: O Estado do Maranhão, 11/09/2013

TERRA INDÍGENA: AWÁ

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Cerca de 500 mil m3 de madeira estavam sendo extraídos ilegalmente das terras indígenas, sendo que a Reserva Biológica do Gurupi já tem 1/3 de sua reserva desmatada. As madeiras eram extraídas ilegalmente após a criação de créditos ilegais do produto no Sistema de Controle Florestal do Ibama.

FONTE: notícias.uol.com.br/meio-ambiente, 09/12/2013

MS 3 Casos

TERRA INDÍGENA: PACURITY

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição do patrimônio

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul instaurou Inquérito Civil Público para apurar a destruição

de um cemitério indígena. O cemitério fica dentro de uma fazenda reivindicada pela comunidade de Pacurity como sendo território tradicional. Os indígenas estão acampados às margens da BR-469 há 22 anos à espera da demarcação de seu território. Segundo a Funai, 17 famílias vivem nos barracos montados à margem da rodovia e da área de reserva legal da fazenda Cruz de Malta.

FONTE: MPF/MS, 25/10/2013

TERRA INDÍGENA: APYKA' Y

POVO: GUARANI KAIOWÁ, TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio

DESCRIÇÃO: Um incêndio de grandes proporções atingiu as margens da BR-463, em Dourados. O fogo durou 12 horas e deixou interdita também a rodovia MS 370. O fogo começou em uma lavoura de cana e se alastrou por vários hectares, matando vários animais. As chamas atravessaram vários sítios da região. A comunidade Apika'y foi atingida e seus barracos consumidos pelo fogo. Com a destruição do acampamento, os índios foram forçados a fugir, enquanto suas barracas, comida e pertences foram destruídos pelas chamas.

FONTE: Dourados News, 22/08/2013; G1, 22/08/2013

TERRA INDÍGENA: TAQUARA

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: O MPF/MS denunciou o agricultor pela destruição da vegetação que estava em estágio de regeneração e por armazenar madeira sem autorização, além de dificultar a regeneração de florestas e demais formas de vegetação. A derrubada de árvores não respeitou a mata ciliar do córrego. Ao todo foram mais de 7 mil m2 de mata em área de preservação permanente que foram derrubados irregularmente.

FONTE: MPF/MS, 2014

MT 6 Casos

TERRA INDÍGENA: MANOKI (IRANTXE I)

POVOS: AVÁ-CANOEIRO, ERIKBATSA, IRANTXE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Construção de hidrelétricas

DESCRIÇÃO: A usina hidrelétrica Paiaguá, projetada no Rio Sangue, que passa dentro de quatro terras indígenas, provocará o alagamento de 2.200 hectares numa extensão de 19 km. O EIA-Rima foi concluído e apresentado sem consulta aos povos indígenas e sem o Estudo de Componente Indígena, que deveria ser parte integrante do EIA. A licença prévia foi concedida irregularmente pela Secretaria de Meio Ambiente, uma vez que a competência para analisar o pedido de licenciamento é do Ibama.

FONTE: Assessoria de Comunicação MPF, 19/07/2013

TERRA INDÍGENA: SARARÉ

POVO: NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpagem; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal ofereceu denúncia à Justiça contra 14 pessoas por suposta exploração ilegal de ouro. Segundo a denúncia, os garimpos não têm qualquer tipo de autorização para funcionamento, permissão ou licença emitida por órgãos competentes. Além da irregularidade na operação do garimpo, acabam provocando degradação ambiental na terra indígena.

FONTE: G1.com.br, 15/09/2013

TERRA INDÍGENA: MANOKI (IRANTXE I)

POVO: MANOKI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A terra indígena continua a ser alvo de desmatamento. Duas carretas abarrotadas de toras foram interceptadas por 20 indígenas durante o monitoramento regular que realizam no interior da sua terra. Havia pelo menos 15 pessoas no acampamento dos madeireiros, que portavam armas de fogo e consumiam drogas dentro da terra indígena. Os desmatamentos, os incêndios e a retirada ilegal de madeira têm sido crimes fartamente denunciados, inclusive com apoio de registro fotográfico e filmagens, porém poucas providências foram tomadas até agora. Em setembro de 2013, foi filmado um desmatamento com cerca de três quilômetros de extensão por 450 metros de largura. No local onde os Manoki pretendiam fundar uma nova aldeia e onde até julho havia bastante mata, os indígenas encontraram a área totalmente degradada.

FONTE: Opan, 11/11/2013

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

POVOS: IKPENG, KAMAYURÁ, WAURÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: Após denúncia que pessoas estavam coletando material genético na terra indígena, o Ibama flagrou pesquisadores coreanos praticando biopirataria. Eles coletavam amostras de material vegetal e filmavam as formas de coleta e uso de ervas medicinais pelos indígenas. Os infratores possuem uma empresa nos Estados Unidos, a qual revende amostras biológicas para indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Também foi constatado que não era a primeira vez que o grupo sul-coreano visitava o Brasil, com o conhecimento de que estavam desrespeitando as normas nacionais.

FONTE: Repórter MT.com.br, 13/11/2013

TERRA INDÍGENA: ARARA DO RIO BRANCO

POVO: ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: A fiscalização do Ibama apreendeu quatro caminhões que transportavam 41 toras, cerca de 133 m³ de madeira nativa retirada ilegalmente da terra indígena. O analista ambiental informou que foi constatado que muitas madeireiras usavam créditos fictícios de madeira para acobertar produto extraído de áreas ilegais. Algumas delas possuíam madeira sem ter o crédito correspondente, outras tinham crédito, mas, não a relativa quantidade de madeira em seus átios.

FONTE: Topnews Notícias, 08/11/2013

TERRA INDÍGENA: CHIQUITANO

POVO: CHIQUITANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão

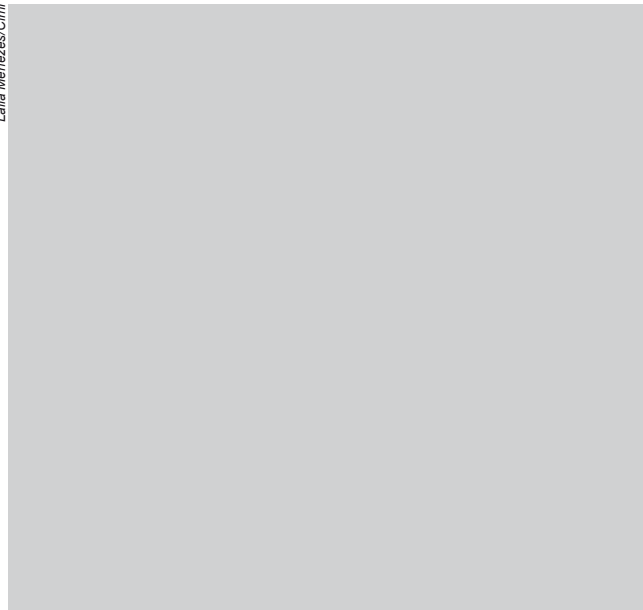
DESCRIÇÃO: Alegando amparo em decisão judicial, um fazendeiro está colocando pessoas, sem a autorização da comunidade, nos 25 hectares reivindicados pelos indígenas. A Funai ainda não concluiu os estudos de identificação e delimitação da área. Há, além disso, a invasão de pessoas ligadas ao fazendeiro na área de 300 hectares destinada para uso comum da comunidade. No local, a comunidade retira toda a matéria prima para a sua subsistência. Ultimamente, os Chiquitanos vêm sofrendo retaliações e pressões do fazendeiro, que pretende expulsá-los da região. O fazendeiro colocou o gado na área de uso comum da comunidade, acarretando destruição da vegetação e, principalmente, da palha usada nas moradias. O gado também pisoteia a nascente do rio, fazendo que a água desça imprópria para o consumo.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso, 02/2014

Arquivo Cimi



A extração ilegal de madeira dentro dos territórios indígenas é o motivo de muitos conflitos vivenciados pelos povos e uma das principais ameaças aos indígenas em situação de isolamento



A monocultura significa a morte da terra para os povos indígenas e, portanto, de toda possibilidade de vida

PA 5 Casos

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

POVO: KAYAPÓ, TEMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A área da Terra Indígena Tembé, um dos últimos redutos de floresta que restam no nordeste do estado, tem sido invadida e explorada ilegalmente por madeireiros. Conforme operação conjunta do Ibama, Polícia Federal e MPF, foram cumpridos 27 mandados de busca e apreensão relacionados a empresas madeireiras que exploram o território indígena. A terra já foi palco, em 2012, de conflito entre índios e fiscais ambientais com madeireiros, que reagiram violentamente à presença da fiscalização.

FONTE: MPF/PA, 21/05/2013

TERRA INDÍGENA: ATIKUM

POVO: ATIKUM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão e exploração madeireira

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam a ocorrência de invasão e ilícito ambiental na área ocupada por 18 famílias indígenas dentro de um Projeto de Assentamento para Reforma Agrária, do Incra, na região. Além do clima tenso, como consequência da invasão, a única área de floresta na região está sendo devastada pelos invasores.

FONTE: Cimi Regional Nortell - Equipe de Marabá, 10/07/2013

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

POVO: KAYAPÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Segundo informações, os indígenas solicitaram à Polícia Federal e ao Ibama ajuda para retirar garimpeiros que extraem ouro dentro da terra indígena. O garimpo existia há algum tempo dentro da área indígena.

FONTE: MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, 02/08/2013

TERRA INDÍGENA: BAÚ

POVO: KAYAPÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Foi detectado o progressivo avanço da degradação florestal sobre áreas protegidas. O desmatamento de grandes áreas por atividades ilegais é contínuo, demonstrando que as pressões da exploração predatória na região cresceram de forma extremamente agressiva e desordenada. As consequências são graves: destruição de floresta nativa pela exploração predatória de espécies de alto valor comercial, perda irreparável de biodiversidade, criação de mais áreas de pasto e novos focos de monocultura para plantio de soja.

FONTE: Greenpeace Brasil, 07/08/2013

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

POVO: XIKRIM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Construção de hidrelétrica

DESCRIÇÃO: Os índios tiveram seus direitos violados pela Norte Energia, pelo Ibama e pelo BNDES que iniciaram a obra da hidrelétrica Belo Monte sem medir os impactos que esta terá sobre eles. O Rio Bacajá deságua no Rio Xingu exatamente no trecho que vai perder 80% da vazão, a Volta Grande do Xingu. A Funai fez vários questionamentos determinando a realização de estudos complementares para examinar os impactos que podem comprometer as atividades de subsistência (pesca) e comerciais (castanha) e a locomoção das comunidades Xikrim, mas nos estudos da Norte Energia não constava a resposta a nenhuma das questões. Segundo análise do MPF, as exigências foram desprezadas e houve comprometimento das atividades pesqueiras dos indígenas.

FONTE: MPF/PA, 10/09/1013

PB 1 Caso

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA-MONTE MOR

POVO: POTIGUARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Poluição da água

DESCRIÇÃO: As comunidades vivem da pesca no Rio Mamanguape, de onde tiram seu alimento e o sustento da família. Com a poluição, a morte de peixes e crustáceos aumenta as dificuldades de sobrevivência dos indígenas. Além das comunidades indígenas, todos que vivem à beira do rio estão sendo atingidos, com a perda da maioria das espécies do manguezal.

FONTE: Apoinme, 09/2013

PR 1 Caso

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: Conforme relato de visita técnica realizada pelo Ministério Público Federal, foram constatadas várias irregularidades no local. Eles não têm caixa d'água e utilizam o antigo sistema Eletrosul, que não atinge toda a aldeia. As casas não possuem energia elétrica por falta de documentação e têm dificuldade no acesso ao INSS para conseguirem acessar o direito à aposentadoria e a outros benefícios. Há uma escola na aldeia, porém as crianças não possuem material para estudar e as aulas dependem das condições climáticas, tal a precariedade da construção. Não há acesso à coleta de lixo. Não conseguem emprego nem como diaristas. Aproximadamente 30 indígenas foram demitidos por conta da disputa por terra. Uma das grandes preocupações da cacique Paulina é com a regularização da terra para que possam exercer sua cultura e seus rituais, e para que o povo não perca o vínculo com suas tradições ancestrais. Nas suas palavras, "a cultura é uma única coisa

que sobrou para nós, o resto já foi tirado de nós”. A área está em litígio e embora tenha sido determinada a reintegração, a decisão foi recorrida.

FONTE: Relatório do MPF/PR, 07/06/2013

RO 4 Casos

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

POVO: PAKAA NOVA (ORO WARI)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Uma madeireira foi fechada por não apresentar licença ambiental para a extração de madeira. No local foram encontrados mais de 60 m3 de toras extraídas ilegalmente, isso representa mais de 25 árvores. O dono do maquinário foi autuado em flagrante. Outras máquinas, encontradas escondidas, também foram apreendidas.

FONTE: Site da UOL.com.br, 30/07/2013

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

POVOS: JIAHUI, JUMA, MURA, PARINTINTIN, TENHARIM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio; destruição de patrimônio

DESCRIÇÃO: Cerca de 300 pessoas, moradoras da cidade de Humaitá, revoltadas pelo desaparecimento de três homens no percurso da Transamazônica, iniciaram uma sequência de atos de violência contra a população indígena. Dividiram-se em carros e caminhonetes e, passando pelas aldeias, atearam fogo nas casas e destruíram um pedágio criado pelos índios no quilômetro 145 da rodovia 230. Cortaram a energia elétrica das aldeias, incendiaram prédios da Funai, da Sesai, barcos utilizados pelos índios e a casa de apoio do povo Parintitin. Interditaram a balsa que faz a travessia pelo Rio Madeira, impedindo os funcionários da Funai de cruzar o rio com caminhões de alimentos para as aldeias. Os índios buscaram proteção e refúgio no 54o Batalhão de Infantaria de Selva. A situação criada acirrou ainda mais o preconceito contra os povos indígenas. Veículos da imprensa local também publicaram conteúdo discriminatório.

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

TERRA INDÍGENA: MAKURAP

POVOS: MAKURAP, MEQUÉM, WAYORÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição do patrimônio

DESCRIÇÃO: Para a construção de um parque, máquinas e tratores arrancaram e destruíram urnas funerárias e sítios arqueológicos pertencentes aos povos indígenas, em especial do povo Wayoro. Familiares conseguiram recolher duas urnas e as levaram para casa para protegê-las. Com a denúncia ao MPF, a obra foi paralisada.

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

POVOS: ARIKAPÚ, JABUTI, KUJUBIM, MAKURAP, WAYORÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Dragas bolivianas extraem minério do leito do Rio Guaporé, na altura da terra indígena. A cada ano aumenta o número de dragas. Há um grande estrago ambiental, com o desbarracamento, o desvio do canal do rio, a diminuição de peixe, além do barulho dos motores, dia e noite. Em setembro de 2013 foram apreendidos dois barcos com cocaína. Os índios receberam ameaças do dono desses barcos e receberam represálias. Segundo a comunidade, a invasão é do conhecimento das autoridades federais, desde 2006.

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

RR 1 Caso

TERRA INDÍGENA: OURO

POVO: MAKUXI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal recomendou à prefeitura de Pacaraima (RR) que encontre alternativas para o lixo do município. Os resíduos estão sendo despejados, de forma irregular, na terra indígena, comprometendo a saúde dos moradores e o meio ambiente.

FONTE: Repórter Nacional, 27/08/2013

SC 2 Casos

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: Foram cortados em 38 pedaços os 200 metros da mangueira que conduzia água para abastecer a comunidade, deixando os indígenas sem acesso à água. O MPF foi avisado e encaminhou a denúncia para a Polícia Federal para a investigação do crime.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe de Florianópolis, 12/2013

TERRA INDÍGENA: BIRAMA-LA KLÃO

POVO: XOKLENG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao patrimônio

DESCRIÇÃO: Colonos vizinhos à terra indígena desmataram e mudaram de lugar o marco demarcatório de área repassada aos indígenas pelo governo de Santa Catarina. A comunidade chamou a Polícia Federal que atendeu a ocorrência e levou um dos marcos para perícia.

FONTE: Cimi Regional Sul, Equipe de Florianópolis, 12/2013

TO 2 Casos

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAJÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos diversos

DESCRIÇÃO: Um morador de Tocantinópolis, conhecido como Mandi, está envolvido na venda ilegal de madeira, tráfico e disseminação de bebidas alcoólicas e caça predatória no território Apinajé.

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxá, 17/01/2014

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAJÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Os indígenas que trabalham na fiscalização da área encontraram, próximo à divisa do seu território, na estrada que dá acesso à cidade de Nazaré do Tocantins, um grande desmatamento na fazenda Dona Maria, onde funcionam duas carvoarias da empresa Vitória Ltda, usando madeiras do Cerrado. São 70 fornos de carvão usado para siderúrgicas implantadas na região. Quando os indígenas solicitaram do gerente a documentação para o funcionamento das carvoarias, foi apresentada uma Autorização Ambiental, de nº 3752-2012, emitida no dia 09/07/2012, pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) de Palmas, de apenas uma das carvoarias.

FONTE: Blog da Associação Apinayé, 11/01/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014

CAPÍTULO II

Violência Contra a Pessoa



- 49 Assassinato
- 56 Tentativa de assassinato
- 61 Homicídio culposo
- 63 Ameaça de morte
- 65 Ameaças várias
- 67 Lesões corporais dolosas
- 69 Abuso de poder
- 70 Racismo e discriminação étnico cultural
- 75 Violência sexual

O total de 349 casos de assassinatos no Mato Grosso do Sul, no período de 2003 a 2013, está inserido num universo populacional de 72 mil pessoas

Brasil de Fato



Resultado de uma desastrosa ação policial de reintegração de posse no Mato Grosso do Sul, a morte de Oziel Terena foi um dos casos mais emblemáticos da violência contra os povos indígenas em 2013

Assassinatos

Em 2013 registramos 53 vítimas de assassinato. O Mato Grosso do Sul continuou em evidência com o registro de 33 casos. O estado continua à frente no número de casos, no país com 62%. As mortes ocorreram entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 31 ocorrências, e do povo Terena, com 2 casos.

Causou grande comoção o assassinato de Adenilson Barbosa, do povo Guarani-Kaiowá, ocorrido em 17 de fevereiro de 2013. Depois de morto com um tiro na cabeça, o adolescente de 15 anos teve seu corpo abandonado numa estrada vicinal. Segundo testemunhas, no dia anterior, Adenilson e outros dois indígenas saíram para pescar num açude quando foram abordados por pistoleiros ligados a um fazendeiro. Os homens atiraram contra os indígenas, que saíram em fuga do local. Dois conseguiram se esconder, mas Adenilson ficou preso em uma cerca, foi agredido a coronhadas e alvejado. Depois de se livrar do corpo, o fazendeiro se apresentou à polícia, confessou o crime e foi liberado.

Em maio, também no Mato Grosso do Sul, uma ação desastrosa das forças policiais resultou na morte de Oziel Terena. O assassinato ocorreu durante o cumprimento de uma ação de reintegração de posse da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia. Segundo os indígenas, o tiro partiu de um grupo de policiais federais que atuavam na ação. O inquérito que apurou a morte concluiu apenas que não era possível determinar de onde partiu o tiro ou quem teria sido o autor do disparo, visto que a cápsula não teria sido encontrada.

O número maior de vítimas é do sexo masculino, com 43 pessoas, enquanto as do sexo feminino somaram 6. Em quatro casos, envolvendo um adolescente, duas crianças e um bebê, o sexo não foi determinado. Do total de vítimas, 6 eram menores, e 3 tinham mais de 55 anos. Pelo menos 15 mortes ocorreram em virtude de brigas e/ou consumo de álcool. Já 6 mortes ocorreram em virtude de conflitos

Assassinatos em 2013

UF	Povo Indígena	Nº de vítimas
MS	Guarani-Kaiowá e Terena	33
RO	Wapixana e Yanomami	6
BA	Pataxó e Tupinambá	4
TO	Apinajé, Javaé e Krahô	3
PA	Atikum e Munduruku	2
PR	Kaingang e Avá-Guarani	2
AM	Tenharim	1
PE	Xukuru	1
RS	Kaingang	1
Total de vítimas		53

fundiários. Predomina o uso de armas brancas, com 20 casos; as armas de fogo foram usadas em 7 ocorrências.

Os casos envolvendo conflitos fundiários foram registrados no Mato Grosso do Sul, Pará e na Bahia.

Como nos anos anteriores, o Mato Grosso do Sul se destaca, desta vez com 62% das ocorrências, e com 55% das ocorrências nos últimos onze anos, totalizando, pelos levantamentos do Cimi, 349 vítimas naquele estado.

Este total de 349 casos de assassinatos no Mato Grosso do Sul, no período de 2003 a 2013, está inserido num universo populacional de 72 mil pessoas. No entanto, se levarmos em conta que a maioria destes homicídios ocorreu entre os Guarani-Kaiowá, com população aproximada de 40 mil pessoas, temos uma proporcionalidade assustadora.

No Mato Grosso do Sul, a média dos últimos onze anos é de 31 assassinatos anualmente, para uma população de 72 mil pessoas. Já no Brasil, a média registrada pelo IBGE é de 25 para cada 100 mil habitantes. Se somarmos aos assassinatos outras mortes, como os suicídios e a mortalidade infantil, temos um quadro ainda mais assustador e chocante.

Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	Média
Total Brasil	42	37	43	58	92	60	60	60	51	60	53	616	56
Nº absoluto MS	13	16	28	28	53	42	33	34	32	37	33	349	31
Nº abs restante	29	21	15	30	39	18	27	26	19	23	20	267	24
MS (%)	33%	43%	65%	48%	58%	70%	54%	57%	62%	61%	62%	56%	55%

ASSASSINATO

46 Casos – 53 Vítimas

AM 1 Caso – Vítima: 1 Indígena**02/12/2013**

VÍTIMA: Ivan Tenharim

POVO: TENHARIM

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-230, rodovia Transamazônia, km 180

DESCRIÇÃO: O cacique Ivan Tenharim foi encontrado ainda com vida às margens da BR-230, da rodovia Transamazônica, pelo seu sobrinho Marcos, entre o Distrito de Matupi (km 180) e a aldeia. O cacique estava desacordado, com inúmeros hematomas e ferimentos na cabeça. Já a moto, o capacete e a bagagem do indígena estavam intactos. Ivan Tenharim não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Há suspeitas de que o cacique tenha sido assassinado. A comunidade indígena denuncia que algumas de suas lideranças já vêm há algum tempo sofrendo ameaças de morte por parte de madeireiros e grupos econômicos da região. A polícia investigou o fato apenas como acidente automobilístico.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: Cimi Regional Rondônia

BA 2 Casos – Vítimas: 4 Indígenas**08/11/2013**

VÍTIMA: Aurino Santo Calazans, Agenor de Souza Jr., Ademilson Vieira dos Santos

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Conhecida como “Mamão”

DESCRIÇÃO: Três indígenas regressavam da comunidade Cajueiro, lado sul do território tradicional, quando foram emboscados por quatro homens em duas motos. Foram feitos disparos contra os indígenas e, na sequência, os assassinos praticaram violências contra os corpos. Segundo o cacique Valdevino dos Santos, os acusados já andavam armados pelo local, ameaçando os indígenas. “Trata-se de uma tragédia anunciada”, diz a liderança. O processo de identificação da terra indígena teve início em 2004. Em 2009, a Funai aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a terra em 47.200 hectares. Aguardava-se a assinatura pelo ministro da Justiça, da Portaria Declaratória, para que o processo se encaminhasse para as etapas finais. Porém, no segundo semestre de 2013, o ministro decidiu não assinar portarias declaratórias com o argumento de evitar conflitos e iniciar um diálogo para negociar as demarcações. Em setembro último o MPF/BA ajuizou ação civil pública com pedido liminar contra a União, requerendo que o Judiciário determine prazo para o ministro da Justiça decidir sobre o processo demarcatório Tupinambá.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Assessoria de Comunicação Cimi, 10/11/2013; MPF/BA, 12/11/2013

03/09/2013

VÍTIMA: Dilson Cipó

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: A vítima era conhecida das lideranças da região. É mais uma vítima do conflito fundiário que gera confrontos entre índios e produtores rurais na região. O indígena estava numa fazenda ocupada alguns dias antes. Em uma das noites, logo após a retomada, houve rajadas de tiros. Não conseguiram ver de onde partiam os tiros e no confronto o indígena não conseguiu escapar.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Agência Brasil, 04/09/2013

MS 31 Casos – Vítimas: 33 Indígenas**8/1/2013**

VÍTIMA: Carlos Araújo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kue

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada morta em uma plantação de soja na fazenda Coroado. De acordo com a perícia, o óbito ocorreu entre 24 a 48 horas antes de ter sido encontrado sem vida.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

FONTE: Caarapnews.com.br, 9/1/2013

29/01/2013

VÍTIMA: Valdivino

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O indígena morreu depois de levar quatro facadas. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu. As causas do assassinato são desconhecidas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Correio do Estado, 29/1/2013

02/02/2013

VÍTIMA: Jorge

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiré

DESCRIÇÃO: O corpo do indígena foi encontrado a 250 metros de sua residência com uma facada no peito. A bicicleta da vítima foi roubada.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Correio do Estado, 04/02/2013

15/02/2013

VÍTIMA: Rita Batista

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O corpo da indígena foi encontrado na frente de sua

casa. Foi ferida na cabeça e não resistiu. O suspeito é o companheiro dela, que encontrava-se foragido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1, 15/02/2013

16/02/2013

VÍTIMA: Nair Araújo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo a um córrego

DESCRIÇÃO: Segundo informações, a vítima foi atingida com golpes de faca dentro de casa e arrastada até o riacho. O suspeito é seu vizinho, que foi detido pelas lideranças Guarani.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Caaraponews.com.br, 01/03/2013

17/02/2013

VÍTIMA: Adenilson Barbosa

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Local chamado pé de galinha, próximo à Aldeia Te'y Kue

DESCRIÇÃO: No dia 17 de fevereiro, o adolescente de 15 anos foi encontrado morto em uma estrada vicinal a 7 km do perímetro urbano da cidade, com um tiro na cabeça. Segundo relatos de testemunhas, no dia anterior, Adenilson e outros dois indígenas saíram para pescar no córrego Mbope'i, que cruza fazendas do entorno, quando foram abordados por pistoleiros ligados a Orlandino C. Gonçalves, proprietário da fazenda Sardinha, vizinha à Terra Indígena Caarapó, onde ele cria gado. Os homens atiraram contra os indígenas, que fugiram, mas Adenilson ficou preso a uma cerca. Ele foi, então, agredido a coronhadas e depois foi alvejado com um tiro. O fazendeiro confessou o crime e responde ao crime em liberdade.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Campo Grande News, 18/02/2013; Porantim, jan/fev/2013, p.8

MARÇO/2013

VÍTIMA: Jobe Pereira Fernandes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O adolescente foi morto porque, conforme denúncia do acusado pelo assassinato, a vítima havia furtado seus documentos. Detido pelas lideranças da aldeia, ele confessou o crime.

MEIO EMPREGADO: Asfixia

FONTE: Caaraponews.com.br, 11/03/2013

10/05/2013

VÍTIMA: Clauzineia de Souza

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu ferimentos profundos e houve decapitação.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Sesai, 2013

11/05/2013

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia MS-386

DESCRIÇÃO: O corpo da indígena foi encontrado na MS-386 com perfurações de faca. Uma agente de saúde reconheceu a vítima e informou que ela morava há pouco tempo na aldeia. Não há informações sobre a autoria do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Jornaldodia.com.br, 13/05/2013

19/05/2013

VÍTIMA: Devanildo Cláudio Arce, Ioracildo Cláudio Porto

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Uma briga entre dois grupos de pessoas que estavam bebendo num bar resultou no assassinato de dois indígenas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: O Estado do MS, 20/05/2013

24/05/2013

VÍTIMA: Walter Vera

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Segundo testemunhas, a vítima estava bebendo com dois outros indígenas quando começaram uma discussão. Os suspeitos pegaram o facão e atingiram a vítima, que não resistiu aos ferimentos. O crime aconteceu na aldeia Tey Kuê. Dois suspeitos foram presos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: O Progresso online, 27/05/2013

30/05/2013

VÍTIMA: Oziel Gabriel

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITI

MUNICÍPIO: BURITI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Buriti

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto no dia 30 de maio, durante o cumprimento de uma ação de reintegração de posse na terra indígena. O tiro que matou a vítima partiu de um grupo de policiais federais que tentavam retirar os Terena da fazenda sobreposta ao território tradicional. Segundo informações, o atirador estava entre 10 e 20 metros da vítima, mas não foi identificado. O inquérito realizado pela Polícia Federal é inconcluso quanto à autoria do disparo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Site Cimi, 30/05/2013

02/06/2013

VÍTIMA: Reinaldo de Oliveira

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia 156-MS

DESCRIÇÃO: Segundo a família, a vítima estava em casa quando um amigo o chamou para sair. Depois disso, o indígena foi encontrado esfaqueado às margens da rodovia MS-156.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 02/07/2013

12/06/2013

VÍTIMA: Celso Figueredo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAKARITY/VYKWARUSU (PARAGUASSÚ)

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Interior da fazenda Califórnia

DESCRIÇÃO: A vítima foi alvo de uma tocaia no momento em que, juntamente com seu pai, caminhava da aldeia para o interior da fazenda onde trabalhavam. Ele foi atingido por um tiro no peito, disparado por um motoqueiro. O inquérito foi concluído e aponta que o crime foi praticado pelo antigo capataz da fazenda, que fugiu em direção ao Paraguai.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi*, 12/06/2013; *MPF 6ª Câmara*, 03/12/2013

12/06/2013

VÍTIMA: Celino Moraes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: QUINTINO KUE

MUNICÍPIO: LAGUNA CARAPA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guaepê

DESCRIÇÃO: Após ter ingerido bebida alcoólica durante a noite, o adolescente começou uma discussão com o acusado que se apoderou de uma faca, desferindo-lhe vários golpes.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado MS*, 12/06/2013

JUNHO/2013

VÍTIMA: Valdenilsom Moreira

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima teve hemorragia externa aguda por ação perfurocortante.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Sesai*, 2013

01/07/2013

VÍTIMA: Joilson Martins

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia MS-156, no trecho que corta a Aldeia Limão Verde, entre Amambai e Tacuru

DESCRIÇÃO: O corpo do jovem indígena foi encontrado às margens da rodovia MS-156. Segundo familiares, a vítima teria saído de casa na manhã do dia 30 de junho e não teria sido mais vista.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Midiamaxnews*, 03/07/2013

06/07/2013

VÍTIMA: Márcio Aquino

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: De acordo com declarações do acusado, a vítima teria



Causou grande comoção o assassinato do adolescente Adenilson Barbosa, do povo Guanani-Kaiowá, que foi abordado por pistoleiros quando ia pescar; réu confesso, o fazendeiro não foi preso

Irmã Joana Aparecida Ortiz

furtado um aparelho de DVD e se recusou a devolvê-lo, o que motivou uma briga que resultou na sua morte.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Douradosnews, 08/07/2013

06/07/2013

VÍTIMA: Vanderson Quevedo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Segundo declaração de um dos acusados, a vítima tentou estuprar a namorada de um deles e durante uma briga foi esfaqueado e, não resistindo aos ferimentos, foi a óbito.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: MS Notícias, 08/07/2013

11/07/2013

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú, Vila Olímpica

DESCRIÇÃO: Um jovem ainda não identificado foi assassinado com golpe de facão no pescoço. Conforme o registro policial, o corpo estava próximo à estrada que liga as aldeias Jaguapirú e Bororó.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: O Estado de MS, 12/07/2013

31/07/2013

VÍTIMA: Mário Ramirez

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Cuê

DESCRIÇÃO: O indígena faleceu após sofrer agressões com pedaços de madeira. A polícia ainda não tem informações sobre os suspeitos. Segundo informações, ele foi encontrado no local já inconsciente. Foi encaminhado para o hospital, mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Douradosnews, 31/07/2013

11/08/2013

VÍTIMA: Fabiano de Souza Ortega

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada que liga as aldeias Jaguapirú e Bororó

DESCRIÇÃO: Um indígena foi encontrado morto com corte no pescoço. O corpo estava próximo à estrada que liga as aldeias Jaguapirú e Bororó. A vítima não foi identificada e aparentava ter entre 17 a 25 anos de idade. A perícia foi até o local do ocorrido e constatou que além do ferimento no pescoço, que possivelmente matou o indígena, ele também apresentava arranhões no rosto.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1, 11/08/2013

21/08/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada vicinal que liga a cidade à aldeia de Amambaí

DESCRIÇÃO: Um menino aparentando ter entre 12 e 15 anos foi assassinado de forma brutal: cabeça retalhada e retalhamento de outras partes do corpo. O menino foi encontrado por uma equipe da Secretaria Especial da Saúde Indígena. Junto com ele também foi encontrado seu irmão que não tinha ferimentos e estava escondido em uma vala.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Jornal Umuarama Ilustrado, 24/08/2013

05/10/2013

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquaperi

DESCRIÇÃO: Segundo testemunhas, a vítima e o acusado estavam discutindo numa festa quando o indígena levou uma facada. O agressor fugiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1/MS, 05/10/2013

OUTUBRO/2013

VÍTIMA: Leandro Melo

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu ação perfurocortante, tendo hemorragia interna e externa e choque hipovolêmico.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Sesai, 2013

OUTUBRO/2013

VÍTIMA: Beatriz Ramires

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu hemorragia externa aguda como consequência de ferimento com arma branca (faca).

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Sesai, 2013

27/11/2013

VÍTIMA: Ventura Britez

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu agressões físicas e teve politraumatismo com ferimentos na face e cabeça.

MEIO EMPREGADO: Foice

FONTE: Sesai, 2013

02/12/2013

VÍTIMA: Ambrósio Vilhalba

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: Além de ter sido protagonista no filme Terra Vermelha, o indígena era conhecido por ser defensor do seu povo e liderar ações como ocupações e bloqueio de rodovias. As informações levantadas pela polícia apontam que ele estava com um grupo de pessoas em uma confraternização dentro da aldeia. Ele recebeu vários golpes de faca. O cacique foi líder na sua comunidade na retomada de uma pequena parte do seu território tradicional, onde enormes áreas estão ocupadas por fazendeiros que plantam extensas áreas de cana de açúcar, deixando os Guarani sem meio de sobrevivência.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Jornal Dourados Agora* - 02/12/2013

05/12/2013

VÍTIMA: Natimorto de Juciela Isnard

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Óbito fetal com hemotórax/abdome agudo hemorrágico (ação contundente).

MEIO EMPREGADO: Sem definição

FONTE: *Sesai*, 2013

07/12/2013

VÍTIMA: Josiel Figueiredo, Alberto Medina

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: ITAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada que divide o limite da aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas se mataram em um suposto duelo. Segundo informações, cada um deles se armou com uma faca e entrou em combate, um acabou falecendo no local e o outro chegou a ser socorrido, mas não resistiu. O motivo do duelo foi uma briga antiga por uma mulher.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados Agora*, 09/12/2013

31/12/2013

VÍTIMA: Alexandre Aquino Vales

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu trauma craneencefálico por ação contundente.

MEIO EMPREGADO: Enxada

FONTE: *Sesai*, 2013

PA 2 Casos – Vítimas: 2 Indígenas

09/07/2013

VÍTIMA: Wilson Ambrósio da Silva

POVO: ATIKUM

TERRA INDÍGENA: ATIKUM

MUNICÍPIO: ITUPIRANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ororubá

DESCRIÇÃO: A vítima havia saído em direção à serra, área disputada pelos invasores e indígenas, para olhar o gado da comunidade e não regressou. Seu corpo foi encontrado com duas perfurações de bala. A área reivindicada pelos índios está sobreposta por um Projeto de Assentamento para Reforma Agrária, do Inbra. Os indígenas suspeitam que o crime tenha sido praticado pelos invasores da área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi - Regional Norte 2 - Equipe Marabá*, 10/07/2013

12/08/2013

VÍTIMA: Roberto Crixí

POVO: MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: O adolescente assassinado era filho do vice-prefeito. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil. Foram identificadas escoriações, fraturas e queimaduras no corpo da vítima.

MEIO EMPREGADO: Sem definição

FONTE: *Agência Brasil*, 15/08/2013; *Amazonia.org.br*, 15/08/2013

PE 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

13/11/2013

VÍTIMA: Manoel Messias

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro do Prado, Pesqueira

DESCRIÇÃO: Depois de ingerir bebida em um bar, a vítima e o acusado se dirigiram à casa do acusado para uma relação homossexual. Após uma briga e sentindo-se ameaçado, o acusado matou a vítima com uma pedra, ateando fogo em seu corpo em seguida.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Pesqueira em foco*, 21/11/2013

PR 2 Casos – Vítimas: 2 Indígenas

14/04/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: MANGUEIRINHA

MUNICÍPIO: CHOPINZINHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Palmeirinha

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil e o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas encontraram, próximo à reserva indígena, o corpo da criança que estava desaparecida há 15 dias. Segundo o pai da criança, um dos irmãos viu quando um carro estacionou e o motorista ofereceu doces às crianças que brincavam nas margens da BR-373. Em seguida, abriu a porta, colocou o menino no veículo e seguiu viagem.

MEIO EMPREGADO: Sequestro

FONTE: *G1/PR*, 29/04/2013

24/11/2013

VÍTIMA: Bernardino Coládio Ortega

POVO: AVÁ-GUARANI

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bar localizado na Avenida Tomaz Luiz Zaballos

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto a tiros em frente a um bar. A vítima estava sem documentos pessoais. Conforme o boletim de ocorrência da PM de Guaíra, houve uma discussão no bar, seguida de confusão, quando ocorreram os disparos. A autoria e motivação do crime ainda são desconhecidas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Portal Guaira.com, 26/11/2013

RR 3 Casos – Vítimas: 6 Indígenas

30/03/2013

VÍTIMA: Benjamim Cipriano

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MALACACHETA

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Raiar do Sol, zona oeste da cidade

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta com 8 facadas e foi atingida enquanto dormia. O acusado é sobrinho da vítima e, conforme informação dos familiares, tomava remédio controlado e era usuário de entorpecentes.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1/RR, 30/03/2013

14/04/2013

VÍTIMA: Mulher, Homens, Criança

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fronteira com a Venezuela

DESCRIÇÃO: Segundo Davi Kopenawa, da associação HAY, o conflito que causou a morte de quatro pessoas foi motivado pela disputa por uma roça. Embora, anteriormente, já tenha ocorrido conflitos entre os índios, as armas habituais eram bordunas e flechas. Conforme informação da Funai, os índios estão sendo armados por garimpeiros em troca de permissões para a exploração ilegal de ouro na terra indígena, que estaria invadida por ao menos 1.600 homens. No ano passado, a PF chegou a retirar cerca de 600 garimpeiros da região, mas muitos voltaram. Para João Catalano, chefe do setor de proteção Yanomami da Funai, o conflito foi gravíssimo por envolver um grupo recém-contatado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Folha de S. Paulo, 24/04/2013

24/06/2013

VÍTIMA: Genival Mateus da Silva

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: TRUARU

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Truaru da Cabeceira

DESCRIÇÃO: O acusado, filho da vítima, alegou que matou o pai porque não aguentava mais ser espancado por ele. O indígena se entregou ao tuxaua da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1/RR, 25/06/2013

RS 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

20/09/2013

VÍTIMA: Jonata Sale Pompeo

POVO: KAINANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bar

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida por mais de 15 facadas. Ela chegou a ser socorrida no hospital da cidade, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. A indígena estava em um bar, na companhia de amigas, quando foi surpreendida pelo criminoso, que era seu ex-companheiro. Ele fugiu do local.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Correio do Povo, Porto Alegre, 23/09/2013

TO 3 Casos – Vítimas: 3 Indígenas

27/11/2013

VÍTIMA: Hilário Nhupytin Krahô

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHÔ

MUNICÍPIO: ITACAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Margem do Rio Manoel Alves

DESCRIÇÃO: O cacique da aldeia Macaúba foi encontrado morto na margem do Rio Manoel Alves, em Itacajá. Segundo relatos de indígenas e não indígenas, a vítima estava acompanhada de mais dois indígenas na beira do rio e estariam alcoolizados. Após uma briga entre eles, o cacique teria sido espancado até a morte. O corpo foi encaminhado ao IML da cidade de Araguaína.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Cimi Regional GO/TO, 27/11/2013

13.05.2013

VÍTIMA: Luiz Valci Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Girassol

DESCRIÇÃO: O indígena Luiz Valci Apinajé, de 26 anos, morador da aldeia Girassol, morreu após cair em uma emboscada. O acusado é seu primo. O motivo que provocou o assassinato foi uma briga entre eles em 2012. Ambos estavam embriagados quando ocorreram os desentendimentos.

MEIO EMPREGADO: Emboscada

FONTE: Cimi Regional GO/TO, 16/05/2013

28/08/2014

VÍTIMA: José Idjahina Javaé

POVO: JAVAÉ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Às margens do Rio Javaé

DESCRIÇÃO: O agressor se apresentou à delegacia e confessou ter assassinado a vítima. Informou que ambos estavam sob o efeito de álcool e que, depois de uma discussão, a vítima feriu o agressor com uma garrafa e este revidou a agressão com facadas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1/TO, 29/08/2013

Tentativa de assassinato

Em 2013 registramos 29 casos de tentativas de assassinato, das quais 1 no estado do Acre, 1 no Amazonas, 4 na Bahia, 1 no Maranhão, 1 em Mato Grosso, 16 no Mato Grosso do Sul, 1 em Minas Gerais, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Roraima, 1 em São Paulo e 1 no Tocantins.

O maior número de casos ocorreu no Mato Grosso do Sul, com 16 ocorrências. Neste estado, o indígena Paulino Terena teve seu carro incendiado por quatro homens encapuzados. O atentado foi atribuído à disputa fundiária na região. O ataque ocorreu quando a vítima se deslocava até a sua aldeia, em uma área retomada. Seu carro foi interceptado, os homens jogaram combustível

nele e atearam fogo. A vítima conseguiu sair do veículo.

Também no Mato Grosso do Sul, apenas cinco dias após a morte de seu parente, Oziel Terena, o indígena Josiel Alves, do povo Terena, ficou tetraplégico depois de levar um tiro nas costas. Segundo os indígenas, o atentado ocorreu durante a tentativa de uma retomada da fazenda São Sebastião, em Sidrolândia. Um grupo de 60 indígenas foi comunicado por um capataz que eles poderiam entrar na fazenda porque o fazendeiro já iria sair com o gado. No entanto, quando eles entraram, os indígenas foram surpreendidos pela descida de uma caminhonete em que os seguranças chegaram atirando.



Estado campeão de violência contra os povos indígenas, o Mato Grosso do Sul foi o local do atentado contra Paulino Terena; a liderança teve seu carro incendiado, mas conseguiu sair do veículo

TENTATIVA DE ASSASSINATO

29 Casos – Vítimas: 328 Indígenas, Estudantes e 4 Comunidades

AC 1 Caso – Vítimas: 3 Indígenas

23/05/2013

VÍTIMA: Ventura Samora Kaxinawá, Sebastião Kaxinawá, Carlos Torres Peres

POVO: KAXINAWÁ

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ ASHANINKA DO RIO BREU

MUNICÍPIO: SANTA ROSA

DESCRIÇÃO: Três indígenas estavam a caminho de suas casas, após participarem como torcedores de uma partida de futebol no ginásio de esportes da cidade. Eles foram alvejados por um desconhecido quando caminhavam numa rua escura.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Terra Magazine, 24/05/2013

AM – 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena**09/05/2013****VÍTIMA:** Marlene Bibiano Osório**POVO:** TIKUNA**MUNICÍPIO:** MANAUS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Travessa E, do Bairro Lagoa Azul, zona norte**DESCRIÇÃO:** A indígena levou três facadas enquanto dormia. Segundo informações, o suspeito, seu marido, é bastante violento e ciumento. Ele batia na esposa até mesmo na frente dos filhos.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** D24AM - Notícias do Amazonas, 09/05/2013**BA** 4 Casos – **Vítimas:** 3 Indígenas, Estudantes e 1 Comunidade**14/08/2013****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** TUPINAMBÁ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ**MUNICÍPIO:** BUERAREMA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estrada do município de Buerarema**DESCRIÇÃO:** Estudantes da escola indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, que estavam num caminhão a caminho da escola, sofreram uma emboscada na estrada que leva ao município. A cabine do veículo foi atingida por tiros disparados por um homem não identificado, posicionado sobre um barranco. Para os Tupinambá está nítido que a motivação do atentado é a questão fundiária, ou seja, o conflito entre indígenas e fazendeiros ocupantes de terras tradicionais. Semanas antes o povo havia retomado 40 fazendas sobrepostas a terras indígenas, com estudos finalizados, mas sem portaria declaratória publicada.**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo**FONTE:** Boletim "O Mundo que Nos Rodeia", no 1078, Cimi, 15/08/2013**05/09/2013****VÍTIMA:** Edson Kayapó**POVO:** KAYAPÓ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**MUNICÍPIO:** BUERAREMA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Buerarema**DESCRIÇÃO:** O atentado sofrido pelo indígena, professor do Instituto Federal da Bahia, se inscreve no contexto da demarcação da terra Indígena Tupinambá de Olivença. Os conflitos que ocorrem na região são creditados à demora do governo em assinar a portaria declaratória da terra indígena, já demarcada pela Funai. Quando um grupo de professores, inclusive a vítima, estava a caminho de uma área indígena, o carro foi interceptado por capangas que expulsaram os professores e queimaram o veículo. A vítima tomou um táxi para voltar a Itabuna, porém este foi interceptado, o professor foi espancado e ameaçado de morte. Um dos agressores apontou a arma para ele dizendo que se preparasse para morrer. Puxou o gatilho mas a arma não disparou. "Vá embora e não olhe para trás", disseram os agressores.**MEIO EMPREGADO:** Emboscada; espancamento; ameaça**FONTE:** UOL, 09/09/2013**25/10/2013****VÍTIMA:** José Marcos Rodrigues da Silva e a Comunidade**POVO:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** COROA VERMELHA**MUNICÍPIO:** SANTA CRUZ CABRÁLIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Proximidades da estação da Ceplac**DESCRIÇÃO:** Homens armados invadiram uma fazenda ocupada por cerca de 200 Pataxó e dispararam vários tiros, deixando um indígena ferido, que foi internado. Segundo informações dos indígenas, eram em torno de cinco homens em uma caminhonete que, após perguntarem pelo cacique, começaram a atirar.**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo**FONTE:** Boletim de notícias - nº 195/2013 - Sítio Radar 64, 25/10/2013**03/09/2013****VÍTIMA:** Régis**POVO:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**MUNICÍPIO:** ILHÉUS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Serra do Padeiro**DESCRIÇÃO:** O indígena estava em uma fazenda ocupada quando começaram os tiros. Sem conseguir ver de onde os tiros partiam, a vítima correu e foi atingida com um tiro no braço. Outro indígena que estava com a vítima não conseguiu correr, foi atingido e morreu.**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo**FONTE:** EBC-Empresa Brasileira de Comunicação, 04/09/2013**MA** 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena**15/01/2013****VÍTIMA:** Frederico Pereira**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** AMARANTE**DESCRIÇÃO:** O indígena foi agredido por madeireiros revoltados com a apreensão de caminhões e um trator feita pelos Pukobjê-Gavião. Os veículos eram usados para a retirada ilegal de madeira de dentro da terra indígena. Segundo a vítima, a agressão só ocorreu porque os madeireiros o confundiram com os Pukobjê-Gavião.**MEIO EMPREGADO:** Agressões físicas**FONTE:** Cimi Regional Maranhão**MG** 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena**21/10/2013****VÍTIMA:** Mulher**POVO:** MAXAKALI**TERRA INDÍGENA:** MUNDO VERDE/CACHOEIRINHA**MUNICÍPIO:** LADAINHA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia de Cachoeira**DESCRIÇÃO:** A indígena, depois de uma discussão com o marido que havia ingerido bebida alcoólica, foi agredida a facadas. Ela estava grávida e entrou em trabalho de parto.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** G1, 22/10/2013**MS** 16 Casos – **Vítimas:** 314 Indígenas e 2 Comunidades**07/01/2013****VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** SETE CERROS**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Sete Cerros

DESCRIÇÃO: A vítima recebeu golpes de facão na cabeça, após um desentendimento com o filho. O autor foi preso, confessou o crime e tentou justificar que estava embriagado. Ele foi autuado em flagrante e está à disposição da Justiça na cadeia pública de Sete Quedas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 07/01/2013

11/1/2013

VÍTIMA: Salvador Gonçalves

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Garagem do prédio da Agência Fazendária, no centro da cidade

DESCRIÇÃO: O indígena foi ferido com vários golpes de facão enquanto dormia em uma garagem situada no prédio da Agência Fazendária, que serve de abrigo para andarilhos e indígenas passarem a noite.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews*, 12/1/2013

15/01/2013

VÍTIMA: E.R.S

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Chácara dos Caiuás

DESCRIÇÃO: O indígena levou 11 facadas. Segundo informações, ele invadiu o quintal de uma casa pedindo socorro e logo em seguida caiu ao chão. As informações da polícia e da vizinhança são de que dois homens teriam golpeado a vítima, ainda não se sabe quem são eles e nem os motivos do ocorrido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Douradosagora.com.br*, 15/01/2013

10/03/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de Dourados

DESCRIÇÃO: O adolescente foi esfaqueado no abdômen e foi internado em estado grave no hospital da cidade. Segundo informações, ele tinha acabado de jantar e disse ao padrasto que ia dar uma volta. Ele foi atacado por um homem na região da Escola Augustinho.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News*, 11/03/2013

30/05/2013

VÍTIMA: Cleisson

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITI

MUNICÍPIO: BURITI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Buriti

DESCRIÇÃO: Durante o confronto com a polícia na Fazenda Buriti, o indígena foi atropelado por uma viatura e teve duas costelas quebradas. Junto a um grupo de indígenas, a vítima estava às margens de uma estrada quando homens da Cigcoe se aproximaram disparando balas de borracha e bombas de efeito moral. Na confusão, a viatura passou por cima do indígena.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Midiamaxnews*, 31/05/2013

05/06/2013

VÍTIMA: Josiel Gabriel

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITIZINHO

MUNICÍPIO: SIDROLÂNDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda São Sebastião

DESCRIÇÃO: A agressão ocorreu durante a tentativa da retomada da Fazenda São Sebastião. O grupo de indígenas foi comunicado por um capataz de que eles poderiam entrar porque o fazendeiro iria sair com o gado. No entanto, quando eles entraram, foram surpreendidos pela descida de uma caminhonete em que os seguranças chegaram atirando. Durante essa ação uma bala atingiu a vítima, cortando o nervo cervical. Como consequência, ele ficou tetraplégico.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Site do Cimi*, 05/06/2013



Em nome do seu compromisso com as elites ruralistas, historicamente privilegiadas, o governo federal se omite de cumprir suas obrigações constitucionais

02/06/2013

VÍTIMA: D.A.C

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TE'Y KUE

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Pindoroky - Aldeia Te'y Kue

DESCRIÇÃO: O indígena contou à polícia que estava almoçando, acompanhado de sua mãe, quando o irmão se aproximou acusando-o de ter assassinado um outro irmão dos dois. Durante a acusação o autor sacou uma faca e desferiu dois golpes contra a vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 03/06/2013**01/07/2013**

VÍTIMA: P.G.

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: O autor da agressão desferiu golpes de faca na genitália da esposa. Ele foi detido por lideranças da comunidade e a polícia foi acionada.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 02/07/2013**21/08/2013**

VÍTIMA: Menino

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁI

MUNICÍPIO: AMAMBÁI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada vicinal que liga a cidade à aldeia de Amambai

DESCRIÇÃO: Há informações de que dois garotos foram tomar banho no rio por volta das 11 horas. Um foi assassinado e o outro foi encontrado desacordado. Este teria conseguido se esconder na valeta. A tentativa ocorreu por volta das 20h. A Polícia Civil foi acionada e atua na investigação dos casos.

MEIO EMPREGADO: Ameaça à vida

FONTE: *Jornal Umuarama Ilustrado – Policial*, 24/08/2013**01/09/2013**

VÍTIMA: Adenir Ricarde

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Te'yikûê

DESCRIÇÃO: O indígena teve três dedos da mão esquerda decepados após ser ferido com golpes de faca. Ele foi internado com vários ferimentos e um corte profundo no braço direito.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 03/09/2013**13/07/2013**

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O indígena ficou ferido após ser atingido por um golpe de facão no pescoço. Ele estava em uma festa na aldeia quando discutiu com o dono da residência. O indígena não sabe quem desferiu o golpe. O dono da residência informou à polícia que o suspeito é o seu genro.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *G1/MS*, 14/07/2013**30/06/2013**

VÍTIMA: Jovem

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo a uma igreja

DESCRIÇÃO: O suspeito disse à polícia que estava próximo a uma igreja com dois amigos quando foi surpreendido por um rapaz, que tentou golpeá-lo com uma faca. Ele desviou do golpe, mas foi atingido por um soco. Nesse momento, ele pegou um canivete que carregava no bolso e esfaqueou a vítima. Ainda segundo o suspeito, há uma semana, a vítima teria agredido sua namorada com um tapa no rosto e o ameaçado de morte.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *G1/MS*, 30/06/2013**19/09/2013**

VÍTIMA: João Pereira

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia BR 262

DESCRIÇÃO: O indígena participava de um protesto em defesa da saúde indígena, realizado na rodovia BR-262. Cerca de mil indígenas da região bloquearam a rodovia, quando um fazendeiro, furioso com o bloqueio da rodovia, atacou a vítima, que estava sozinho, atirando três vezes contra o indígena, aos gritos: "Vocês tão me atrapalhando". Um dos tiros acertou o pé da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi - Secretariado Nacional e Cimi Regional MS*, 19/09/2013**09/10/2013**

VÍTIMA: Comunidade do MS

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUÁ

MUNICÍPIO: MIRANDA

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram atacados por homens armados em caminhonetes, tendo sofrido três ataques a tiros durante o ano, em fazendas ocupadas pela comunidade que ficam dentro da terra indígena em processo de demarcação. Os indígenas fotografaram as marcas de bala e recolheram nove cápsulas de calibre 9mm, munição de pistola de uso restrito das forças armadas. Até essas retomadas, eram 2.200 indígenas em 94 hectares, divididos em duas aldeias, Moreira e Passarinho. A terra indígena teve o primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não foi finalizado. Em declaração para a imprensa, os ruralistas dizem que se as autoridades não resolverem a questão eles mesmos vão resolver.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Regional MS*, 10/10/2013

02/11/2013

VÍTIMA: Comunidade do MS
POVO: GUARANI NHANDÉVA
TERRA INDÍGENA: YVY KATU
MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda São Jorge

DESCRIÇÃO: Um grupo de homens armados invadiu e atirou contra a comunidade indígena acampada na fazenda São Jorge, que incide sobre a terra indígena, e pistoleiros estavam espalhados pela área da fazenda. Iniciada há 29 anos, a demarcação da terra indígena foi interrompida diversas vezes por recursos judiciais. Em 2005 o Ministério da Justiça editou uma portaria declarando a terra como de posse permanente do grupo, com área de 9,4 mil hectares. A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação. Em março deste ano, a Justiça considerou nulos os títulos de propriedade incidentes sobre a terra indígena Yvy Katu, atestando a validade do processo demarcatório da área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso do Sul, 04/11/2013

06/12/2013

VÍTIMA: Paulino Terena
POVO: TERENA
TERRA INDÍGENA: PILAD REBUÁ
MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Moreira

DESCRIÇÃO: Quatro homens encapuzados atearam fogo no carro do indígena. O atentado foi atribuído a produtores rurais da região, em disputa pela posse de terras reivindicadas como tradicionais pelos indígenas. A vítima se deslocava dentro da aldeia em seu veículo quando avistou uma caminhonete desconhecida dentro da área retomada; ele seguiu em direção ao veículo e, ao se aproximar, dois homens encapuzados desceram da caminhonete, jogaram combustível no carro da vítima e riscaram o fósforo. A vítima conseguiu sair do veículo.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: Assessoria de Comunicação Cimi, 06/12/2013

MT – 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena

12/05/2013

VÍTIMA: Levi Xavante
POVO: XAVANTE
TERRA INDÍGENA: ISOU'PÁ
MUNICÍPIO: NOVA XAVANTINA

DESCRIÇÃO: O indígena foi alvejado por seis disparos durante uma briga. O suspeito estava em fuga na região e os policiais conseguiram prendê-lo na BR-070.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: O Documento, 14/05/2013

RR – 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena

22/09/2013

VÍTIMA: Joacy
POVO: MAKUXI
MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR 174, Ponte do Cauamé

DESCRIÇÃO: O indígena se envolveu em uma briga e levou seis facadas. De acordo com o agressor, que afirmou ser paciente psiquiátrico, a vítima e dois amigos o insultaram com palavras ofensivas. Segundo o acusado, ele estava andando pela rodovia quan-

do três rapazes alcoolizados mandaram que ele parasse e o agrediram. Para se defender, atingiu um deles com uma faca.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1/RR, 22/09/2013

RS – 1 Caso – **Vítimas:** 2 Indígenas

15/7/2013

VÍTIMA: Homens
POVO: KAINGANG
TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA
MUNICÍPIO: SANANDUVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área dentro da Terra Indígena (Intrusada)

DESCRIÇÃO: Um indígena foi baleado e o outro ficou ferido em um confronto entre agricultores e indígenas em função do descumprimento, por parte dos agricultores, de um acordo firmado para a desocupação pacífica de uma área localizada dentro da terra indígena, onde cerca de 200 índios haviam retomado parte de sua terra tradicional. Segundo os indígenas, o processo demarcatório está paralisado desde 2011. Os agricultores impedem a entrada dos agentes governamentais na colocação de marcos físicos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Cimi Regional Sul e Comin, 18/07/2013

SP – 1 Caso – **Vítima:** 1 Comunidade

08/11/2013

VÍTIMA: Comunidade de SP
POVO: GUARANI MBYA
TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ
MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekoa Eucalipto

DESCRIÇÃO: O condutor de uma moto, com uma mulher na garupa, atirou em direção aos indígenas da aldeia Tenondé Porã, que está em processo de retomada de terra, na construção da aldeia Tekoa Eucalipto. A terra foi reconhecida pela Funai em 2012. Pela avaliação dos indígenas, a terra foi abandonada há pelo menos 10 anos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Carta Capital

TO – 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena

24/12/2013

VÍTIMA: Kelcimar Xerente
POVO: XERENTE
TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia TO-010

DESCRIÇÃO: Indígenas que cobravam pedágio de motoristas que trafegavam pela rodovia TO-010 foram denunciados por um condutor na delegacia de Miracema. Foram deslocadas duas viaturas, com oito policiais, para ir até a área indígena. Segundo o relato dos indígenas, os policiais chegaram pela mata, escondidos, atirando contra os jovens. Eles se assustaram e reagiram. Houve confronto. Três indígenas fugiram e dois permaneceram no confronto, no qual um foi baleado e precisou passar por cirurgia. Um indígena menor foi levado para a delegacia de Miracema e liberado depois que prestou esclarecimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Lideranças Xerente, 26/12/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/1/2014

Homicídio culposo

Registramos 10 casos de homicídio culposo em 2013, resultando em 13 vítimas. Destes, 9 casos envolveram atropelamentos, sendo que em 7 casos os condutores fugiram sem prestar socorro. O maior número de atropelamentos ocorreu no Mato Grosso do Sul, com 6 vítimas. Num dos poucos casos em que o motorista foi identificado,

a polícia informou que o mesmo apresentava sinais de embriaguês. Em Tocantins, um motorista de caminhão, que transportava 82 indígenas, perdeu o controle do veículo e capotou. Na ocasião, duas crianças morreram. Segundo o cacique, o motorista trafegava em alta velocidade e fugiu do local após o acidente.



A omissão do governo federal se reflete nos inúmeros acampamentos indígenas, onde crianças e adultos são atropelados e sujeitos às constantes violências

HOMICÍDIO CULPOSO

10 Casos - 13 Vítimas

MS 6 Casos – Vítimas: 6 Indígenas

22/03/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-463/MS

DESCRIÇÃO: A criança, de 6 anos, foi atropelada no km 5,2 da rodovia BR-463, próximo à área Apikay, onde morava. O motorista fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: G1/MS, 23/03/2013

11/07/2013

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: MUNDO NOVO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-163/MS

DESCRIÇÃO: A vítima trabalhava em uma lavoura de mandioca e estava no ponto de ônibus quando foi atingido por um veículo. O veículo do agressor não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: G1/MS, 12/07/2013

11/10/2013

VÍTIMA: Carlos Ricarde

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia MS-289

DESCRIÇÃO: O indígena foi atropelado por um veículo não identificado na fronteira com o Paraguai. Após a realização dos levantamentos, o corpo foi encaminhado para realização de exame necroscópico no IML.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: A Gazeta News, 11/10/2013



Na beira da estrada, povo Guarani Mbya aguarda o reconhecimento do seu direito à terra tradicional

09/12/2013

VÍTIMA: Jekinson Ramires Duarte

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Perimetral Norte, em Dourados

DESCRIÇÃO: O indígena trafegava de bicicleta e foi atropelado por uma carreta. Socorrido por pessoas que passavam pelo local, foi levado ao hospital, mas não resistiu. O motorista fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: fatimanews.com.br, 10/12/2013; midiamaxnews, 09/12/2013

12/12/2013

VÍTIMA: Homem idoso

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo ao anel viário de Dourados

DESCRIÇÃO: O idoso foi atropelado por um veículo próximo ao anel viário de Dourados quando voltava para casa de bicicleta. Ele foi socorrido e levado para o Pronto Socorro do Hospital, mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Boletim de notícias 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – MPF, 3/12/2013

DEZEMBRO/2013

VÍTIMA: Rita

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Anel Viário no MS

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada quando seguia a pé pelo anel viário. O motorista fugiu. Segundo depoimento dos indígenas, eles estão revoltados com essa morte pois seria o terceiro atropelamento com morte em 40 dias no anel viário da cidade.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Midiamaxnews, 26/12/2013

PR – 2 Casos – Vítimas: 3 Indígenas

30/01/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277

DESCRIÇÃO: Uma menina indígena morreu vítima de atropelamento. O veículo não foi identificado e o motorista fugiu sem prestar atendimento à vítima.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Cgn.uol.com.br, 05/02/2013

07/02/2013

VÍTIMA: Iracema Renha Gomes, Valdevino Vaguakag Fortunato Bernardo

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas morreram atropelados na BR-277. A primeira morte ocorreu às 21h30 e o motorista fugiu sem prestar socorro. A segunda ocorreu às 23h20 e o condutor da Saveiro disse que o indígena atravessou a pista e não houve tempo para desviar. Segundo a polícia, o motorista apresentava sinais de embriaguez.

MEIO EMPREGADO: Atropelamentos

FONTE: O Paraná -11/02/2013

RS – 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

06/05/2013

VÍTIMA: Jorge Policeno da Silva

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: NONOAI

MUNICÍPIO: PLANALTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia Planalto, Gramado dos Loureiros (ERS-324)

DESCRIÇÃO: Segundo informações do comando rodoviário da brigada militar, por volta das 2h30, o indígena caminhava no acostamento quando foi atingido por um veículo não identificado. O motorista fugiu sem prestar socorro. A vítima morreu no local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Zero Hora, 06/05/2013

TO – 1 Caso – Vítimas: 3 Indígenas

14/10/2013

VÍTIMA: Crianças, Valdir Krahô

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHÔ

MUNICÍPIO: ITACAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-010, entre os municípios de Barra do Ouro e Itacajá

DESCRIÇÃO: O motorista do caminhão, que transportava 82 indígenas, perdeu o controle e tombou na BR-010. A maior parte das pessoas foi arremessada para fora da pista. Morreram duas crianças, um adulto e 60 ficaram feridos. Segundo o cacique Aroldo Krahô, o motorista dirigia em alta velocidade e, após o acidente, fugiu do local. A suspeita é de que estivesse alcoolizado.

MEIO EMPREGADO: Capotamento

FONTE: G1/TO, 14/10/2013; Cimi Regional GO/TO, 12/2013

Ameaça de morte

Foram registrados em 2013, 10 casos relacionados a ameaças de morte contra indígenas. As ocorrências ocorreram nos estados do Amazonas (1), Mato Grosso do Sul (4), Pernambuco (1) e Tocantins (4).

Continuou liderando as ocorrências o estado de Mato Grosso do Sul, com 4 casos. Num dos registros, o ameaçado foi o cacique Getúlio de Oliveira. Alguns de seus parentes foram abordados com oferecimento de dinheiro para que informassem onde ele se encontrava. Segundo

as denúncias, um dos homens teria declarado que queria a “cabeça de Getúlio”.

Ainda no Mato Grosso do Sul, o indígena Paulino Terena denunciou ao Conselho Terena as ameaças de morte que têm recebido. Jovens de sua comunidade teriam repassado um recado dos fazendeiros: “Eles querem tirar a sua cabeça”. A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) reconheceu os riscos à vida de Paulino e o retirou da aldeia.



O Conselho da Aty Guasu Guarani Kaiowá denunciou ameaça de morte coletiva e prática de racismo e discriminação contra um grupo de indígenas que fazia protesto pacífico em Dourados (MS)

AMEAÇA DE MORTE

10 Casos – Vítimas: 14 Indígenas e Várias Comunidades

AM 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

17/07/2013

VÍTIMA: José Claudio Pereira Mura

POVO: MURA

MUNICÍPIO: AUTAZES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Conselho Indígena Mura

DESCRIÇÃO: A vítima é coordenador secretário do Conselho Indígena Mura e tem recebido ameaças de morte por telefone de número não identificado. Desde o início de junho de 2013 alguém liga e diz a ele para se despedir da família porque vai morrer. Foi registrada queixa na delegacia da cidade de Autazes.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Cimi Regional Norte I, 18/07/2013

MS 4 Casos – Vítimas: 3 Indígenas e Várias Comunidades

20/06/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: O Conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowá denunciou ameaça de morte coletiva, prática de racismo e discriminação contra um grupo de indígenas que estava fazendo um protesto pacífico pelas ruas de Dourados. O Conselho informa que durante o manifesto sofreram violência por um grupo de fazendeiros.

MEIO EMPREGADO: Agressão e discriminação verbal

FONTE: Dourados Agora, 27/06/2013

AGOSTO/2013

VÍTIMA: Getúlio de Oliveira

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O cacique denunciou ter sido vítima de ameaça de morte por desconhecidos. Parentes têm sido abordados por homens à procura da liderança. Em uma das ocasiões foram oferecidos R\$ 500 para que um dos parentes indicasse o local onde o indígena estaria. Um dos homens disse que “queria a cabeça” de Getúlio e que em breve eles não teriam mais cacique.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Cimi, 12/08/2013

11/2013

VÍTIMA: Paulino Terena

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUÁ

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Moreira e Passarinho

DESCRIÇÃO: A vítima vem denunciando ao Conselho Terena as ameaças de morte que tem recebido. Relata ainda que um ex-empregado de uma fazenda, que está sobreposta às terras reivindicadas, pagou dois jovens indígenas para passarem todas as informações do que estava sendo articulado naquele lugar. Os jovens levaram um recado dos fazendeiros para a VÍTIMA: “Eles querem tirar a sua cabeça”. Em outro episódio, Paulino teve sua casa cercada por pistoleiros. A liderança chegou a ficar sob proteção da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Assessoria de Comunicação Cimi, 06/12/2013; Conselho Terena

12/2013

VÍTIMA: Esposa de Ambrósio Vilhalva

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKÁ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Indígena

DESCRIÇÃO: Após a morte do marido (líder na luta pela demarcação física da sua terra e pela sobrevivência do povo Guiraroká), a vítima relata que está recebendo ameaças de morte, “Há rumores por aqui que eu serei a próxima vítima da violência”. Contaram para ela que logo será assassinada de forma similar ao do seu marido.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Survival International, 13/12/2013

PE 1 Caso – Vítimas: 3 Indígenas

SETEMBRO/2013

VÍTIMA: Lucélia Leal, Geraldo Leal Lopes, Jorge

POVO: PANKARÁ

TERRA INDÍGENA: PANKARÁ

MUNICÍPIO: ITACURUBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ruas da cidade

DESCRIÇÃO: As vítimas recebem telefonemas anônimos e sofrem ameaças e constrangimento quando saem às ruas. Os agressores são contra a demarcação e as ameaças ocorrem por conta de um projeto de construção de uma estrada que servirá de infraestrutura a uma usina nuclear na localidade. A área está em processo de identificação.

MEIO EMPREGADO: Ameaças verbais

FONTE: Cimi Regional Nordeste, dezembro/2013

TO 4 Casos – Vítimas: 7 Indígenas

NOVEMBRO/2013

VÍTIMA: Pedro Laranja Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Patizal

DESCRIÇÃO: O indígena é morador da aldeia Patizal e foi agredido e ameaçado pelo não indígena conhecido como Macário, casado com uma indígena e morador da aldeia Prata. As agressões tiveram como motivo denúncias da vítima para os órgãos competentes a sobre venda ilegal de madeira na área Apinajé.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé, 17/01/2014

2013

VÍTIMA: Evangelista Alves Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bonito

DESCRIÇÃO: O indígena cacique da aldeia Bonito foi ameaçado de morte por um não-índio, morador da cidade de Tocantinópolis, acusado de estar envolvido diretamente em atividades de corte, exploração e venda ilegal de madeiras e caças na terra indígena, venda de bebidas alcoólicas nas aldeias e exploração sexual de menores indígenas.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé, 17/01/2014

29/12/2013

VÍTIMA: Carmelita Carvalho Montel, Valter Regis de Oliveira

POVO: KANELA

TERRA INDÍGENA: KANELA

MUNICÍPIO: ARAGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia da Serra

DESCRIÇÃO: A indígena sofreu ameaças por vários dias do agressor que, a mando de um fazendeiro da região, cercou-a na rua e disse que “um fazendeiro pagaria muito bem para poder matá-la”. Em outro momento, o agressor disparou tiros na casa da indígena, mas como não conseguiu atingi-la, resolveu então queimar o carro do marido da indígena. Também ameaçou tocar fogo na aldeia. Depois que o povo Kanela do Tocantins começou a reivindicar o direito pelo seu território, muitas ameaças foram dirigidas a lideranças da aldeia Serra.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Lideranças Kanela do Tocantins, 08/01/2014; Cimi Regional GO/TO, 02/2014

DEZEMBRO/2013

VÍTIMA: Oscar de Sousa Fernandes, Edmar Xavito Apinajé, Evangelista Alves Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

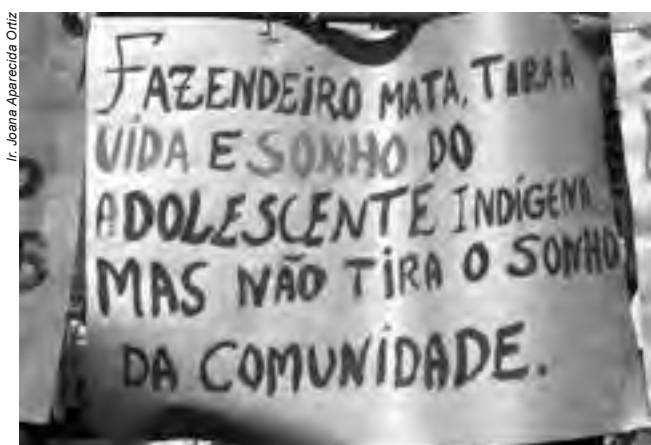
MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Restaurante na cidade

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram ameaçados de morte pelo cacique da aldeia Riachinho devido às denúncias aos órgãos competentes de exploração e venda ilegal de madeira retirada da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: Lideranças indígenas do povo Apinajé; Cimi Regional Cimi GO/TO, 17/01/2014



Ir. Joana Aparecida Ortiz

Mesmo diante das maiores atrocidades, os povos indígenas reafirmam a luta pela terra sagrada

Ameaças várias

Foram registrados 10 casos de variadas ameaças nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

No Paraná, uma equipe técnica do Ministério Público Federal recebeu denúncias da comunidade Guarani, do Tekoha Porã, de que homens armados rondavam o local. Os indígenas ainda reclamaram de que bebida alcoólica estaria sendo levada para dentro da comunidade por terceiros.

No Mato Grosso do Sul, uma ação do Ministério Público Federal resultou na apreensão de alimentos inadequados para o consumo, especialmente carne estragada, que estaria sendo vendida aos indígenas.

Ainda no Mato Grosso do Sul, foi feito um registro da retenção de cartões de contas bancárias dos indígenas que compram a prazo no comércio local. Segundo a denúncia, os próprios comerciantes e/ou seus funcionários é que fazem o saque com os cartões bancários dos indígenas.



Conflito fundiário foi a motivação para o atentado em Buerarema (BA) contra professores que se dirigiam para área indígena; o carro foi incendiado e um professor indígena foi espancado e ameaçado de morte

AMEAÇAS VÁRIAS

10 Casos - Vítimas: 35 Indígenas e Várias Comunidades

MS 3 Casos – Vítimas: Várias Comunidades

02/2013

VÍTIMA: Comunidade Bororó, Comunidade Jaguapiré

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Segundo as lideranças, os comerciantes vendem a prazo para os indígenas, mas retêm seus cartões e no dia do pagamento do benefício os próprios comerciantes ou funcionários do estabelecimento vão até o caixa eletrônico e fazem o saque da conta dos indígenas. Há também denúncias de que no dia de receber o pagamento os comerciantes levam grupos de indígenas para sacarem os benefícios. O dinheiro recebido serve para quitar a dívida junto ao comércio, que abre novo crédito para as compras do mês seguinte.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão

FONTE: *douradosagora.com.br*, 14/02/2013

21/11/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado

DESCRIÇÃO: Ao falar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no Senado Federal, sobre as demandas indígenas por terras e sobre as ações da Funai, o governador do Mato Grosso do Sul afirmou: “Chega de invasão. Vou começar a dar o direito de se defender com armas, como provavelmente os produtores rurais terão na defesa de sua propriedade”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças verbais

FONTE: *estadao.com.br*, 22/11/2013

06/11/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororó, Jaguapirú e Panambizinho

DESCRIÇÃO: A ação do MPF/MS juntamente com outros órgãos do governo, na fiscalização dos estabelecimentos comerciais de Dourados localizados nos arredores das aldeias, resultou na apreensão de alimentos inadequados para o consumo e na análise de preços e quantidade dos produtos ofertados aos índios. Segundo as denúncias, estão vendendo carne estraga-

da. O objetivo da ação é coibir práticas comuns abusivas aos consumidores indígenas, especialmente após denúncias de retenção de cartões pessoais como garantia de pagamento.

MEIO EMPREGADO: Crimes ao consumidor

FONTE: MPF/MS, 06/11/2013; DouradosNews, 06/11/2013

MT 1 Caso – Vítima: 1 Comunidade

21/04/2013

VÍTIMA: Comunidade do MT

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: MARÁIWATSEDE

MUNICÍPIO: ALTO BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Interior da Terra Indígena

DESCRIÇÃO: Os antigos posseiros que estavam dentro da terra indígena estão retornando a área dos indígenas. Eles já vêm se deslocando por toda a terra indígena para mapear os locais onde plantar e caçar. A presença dos invasores é uma limitação ao direito de ir e vir dos índios dentro do seu território, além de fazer com que os índios se sintam ameaçados pelos fazendeiros à sua volta.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Agência Brasil, 23/04/2013

PR 2 Casos – Vítimas: 2 Comunidades

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHA PORÃ

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo à Vila Guarani

DESCRIÇÃO: A equipe técnica do Ministério Público Federal/PR, em visita à terra indígena, constatou que a comunidade é constantemente ameaçada por pessoas armadas que frequentemente rondam o local. Sofrem ainda problemas com bebida alcoólica trazida por terceiros e roubos.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Relatório do Ministério Público/PR, 07/06/2013

20/12/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHA PORÃ

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do vice-cacique à Polícia Militar, um carro entrou na aldeia, à noite, e efetuou disparos fugindo em seguida.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: www.portalguaira.com, 12/2013

RO 1 Caso – Vítimas: 4 Indígenas

2013

VÍTIMA: Irineu Tenharim, Rosinho Tenharim, André Tenharim, Sebastião Jiahui

POVO: TENHARIM

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

MUNICÍPIO: HUMAITÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Terras Indígenas Tenharim e Jiahui

DESCRIÇÃO: Irineu Tenharim vem recebendo ameaças de algumas pessoas do Distrito de Santo Antônio do Matupi (AM) depois que ele conseguiu reaver sua moto que fora roubada. A comu-

nidade se sente ameaçada e já fez boletim de ocorrência. Há casos de assaltos nas rodovias Transamazônica e do Estanho, sendo que até os motoristas da Sesai se sentem inseguros. Rosinho e André Tenharim foram perseguidos por homens que estavam em três motos. Sebastião Jiahui contou que havia gente estranha de tocaia, próximo à aldeia Kwaiari, com a presença de pistoleiros e traficantes na região do Bodocó, limites da terra Indígena Igarapé Preto.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

SC 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

20/03/2013

VÍTIMA: Adílio

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

MUNICÍPIO: PALHOÇA

DESCRIÇÃO: A casa da vítima foi invadida por um não indígena que pediu informações sobre o processo de demarcação da terra. O indígena pediu que ele saísse de sua casa mas o acusado não atendeu. Chamada a polícia, ao invés de retirar o não indígena do local, esta fez perguntas ao dono da casa sobre a suposta vinda de 5 mil indígenas do Paraguaí e, em seguida, ficou conversando com o invasor. Somente após muita pressão dos indígenas o invasor se retirou.

MEIO EMPREGADO: Invasão

FONTE: Cimi Regional Sul, equipe de Florianópolis, 12/2013

SP 1 Caso – Vítima: 1 Comunidade

13/10/2013

VÍTIMA: Comunidade de SP

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: GUARANI DA BARRAGEM

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Terra indígena não demarcada, situada a 3 quilômetros da aldeia

DESCRIÇÃO: Homens armados invadiram o local retomado pacificamente pelos indígenas, ameaçaram um índio, deram tiros para o alto, rasgaram barracas do acampamento e roubaram ferramentas. Os invasores não tinham relação com os supostos donos da terra e estavam utilizando o local ilegalmente. Os índios aguardam a regularização e já começaram a plantar na área retomada pois a terra onde vivem não comporta mais o aumento da população.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Rede Brasil Atual, 18/10/2013

TO 1 Caso – Vítimas: 30 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidade de TO

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: O autor das ameaças era ex-chefe de posto da Funai e já responde a processo criminal na Justiça Federal por estupro. Foi proibido pela Justiça de andar na comunidade, por ameaçar algumas lideranças indígenas. No entanto, frequenta as aldeias regularmente, causando conflito entre as lideranças.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé, 17/01/2014

Lesões Corporais Dolosas

Registramos 7 casos de lesões corporais dolosas, com 8 vítimas. As lesões corporais foram em consequência de agressões físicas, espancamentos, tiros de balas de borracha e até um atropelamento. No Mato Grosso do Sul, durante uma ação violenta de forças policiais que faziam

a reintegração de posse de uma fazenda, um indígena foi atropelado por uma caminhonete da Polícia Federal. O indígena quebrou a clavícula. Esta mesma operação truculenta feriu com balas de borracha o indígena Laucir Terena, além de ter causado o assassinato de Oziel Terena.



Povo Tenharim

As crianças não foram poupadas no violento protesto realizado contra o povo Tenharim em Humaitá (AM); traumatizadas, elas se assustam com a chegada de qualquer carro nas comunidades

LESÕES CORPORAIS DOLOSAS

7 Casos - Vítimas: 8 Indígenas e 1 Comunidade

MA 2 Casos – Vítimas: 1 Indígena e 1 Comunidade

03/08/2013

VÍTIMA: Carlinhos Gavião

POVO: GAVIÃO

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo à aldeia Rubiácea

DESCRIÇÃO: O jovem indígena foi agredido quando voltava da cidade de Amarante. Ele foi atacado por dois desconhecidos, que o levaram para dentro do mato, o espancaram e levaram sua moto. O indígena permaneceu desacordado no local do espancamento.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

FONTE: Cimi Regional Maranhão, 05/08/2013

AGOSTO/2013

VÍTIMA: Comunidade do MA

POVO: KA'APOR

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO NOVO DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Antiga aldeia Gurupiúna

DESCRIÇÃO: Cerca de 50 pessoas incitadas por grandes madeireiros e donos de serrarias dos municípios Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme e Maranhãozinho se armaram e invadiram a terra indígena. A ação violenta foi marcada por agressão, espancamento de idosos e crianças, roubo de criações, roupas e documentos dos indígenas. As agressões geraram um clima de insegurança e medo nas aldeias vizinhas. Houve também perseguições e ameaças de morte às lideranças.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: Associação Indígena Kaaportarupi, 01/2014



Assustadas com a invasão de suas aldeias pelos manifestantes, muitas crianças Tenharim fugiram para o mato

MS 3 Casos – Vítimas: 3 Indígenas

03/04/20134

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A indígena foi espancada pelo marido e pelo filho. As agressões começaram após uma discussão em que estavam consumindo bebida alcoólica. Os agressores foram autuados em flagrante e enquadrados na Lei Maria da Penha.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Jornal Agora MS, 04/04/2013*

30/05/2013

VÍTIMA: Laucir Marques Pereira

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITI

MUNICÍPIO: BURITI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Buriti

DESCRIÇÃO: O indígena foi ferido com balas de borracha, em confronto com as polícias Federal e Militar durante o cumprimento de reintegração de posse da fazenda Buriti. Ele foi internado e precisou ser avaliado por um médico ortopedista. Esta mesma ação policial culminou com a morte de Oziel Terena.

MEIO EMPREGADO: Balas de borracha

FONTE: *Midiamaxnews, 30/05/2013*

30/05/2013

VÍTIMA: Cleiton França

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITI

MUNICÍPIO: BURITI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Buriti

DESCRIÇÃO: Segundo informações a vítima foi atropelada por uma caminhonete da Polícia Federal. O indígena teve a clavícula quebrada durante a ação. O atropelamento ocorreu durante o cumprimento da ação de reintegração de posse da terra indígena. Os policiais federais tentavam retirar os Terena da fazenda Buriti, sobreposta ao território tradicional dos índios. Esta mesma ação policial culminou com a morte de Oziel Terena.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: *Site do Cimi, 30/05/2013*

PR 2 Casos – Vítimas: 4 Indígenas

24/11/2013

VÍTIMA: Três Crianças

POVO: AVÁ-GUARANI

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bar localizado na Avenida Tomaz Luiz Zaballos

DESCRIÇÃO: Conforme boletim de ocorrência da Polícia Militar de Guaiá, houve uma discussão num bar, seguida de confusão e disparos de arma de fogo, que resultaram na morte de um indígena e em 3 crianças feridas. A autoria e motivação dos crimes eram desconhecidas. Segundo informações, uma das crianças está hospitalizada e as demais estão fora de perigo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Portalguaira.com, 26/11/2013*

15/12/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: O cacique chamou a Polícia Militar para atender um caso de agressão ocorrido dentro da aldeia. O acusado fugiu e a vítima foi encaminhada à Unidade Central de Saúde.

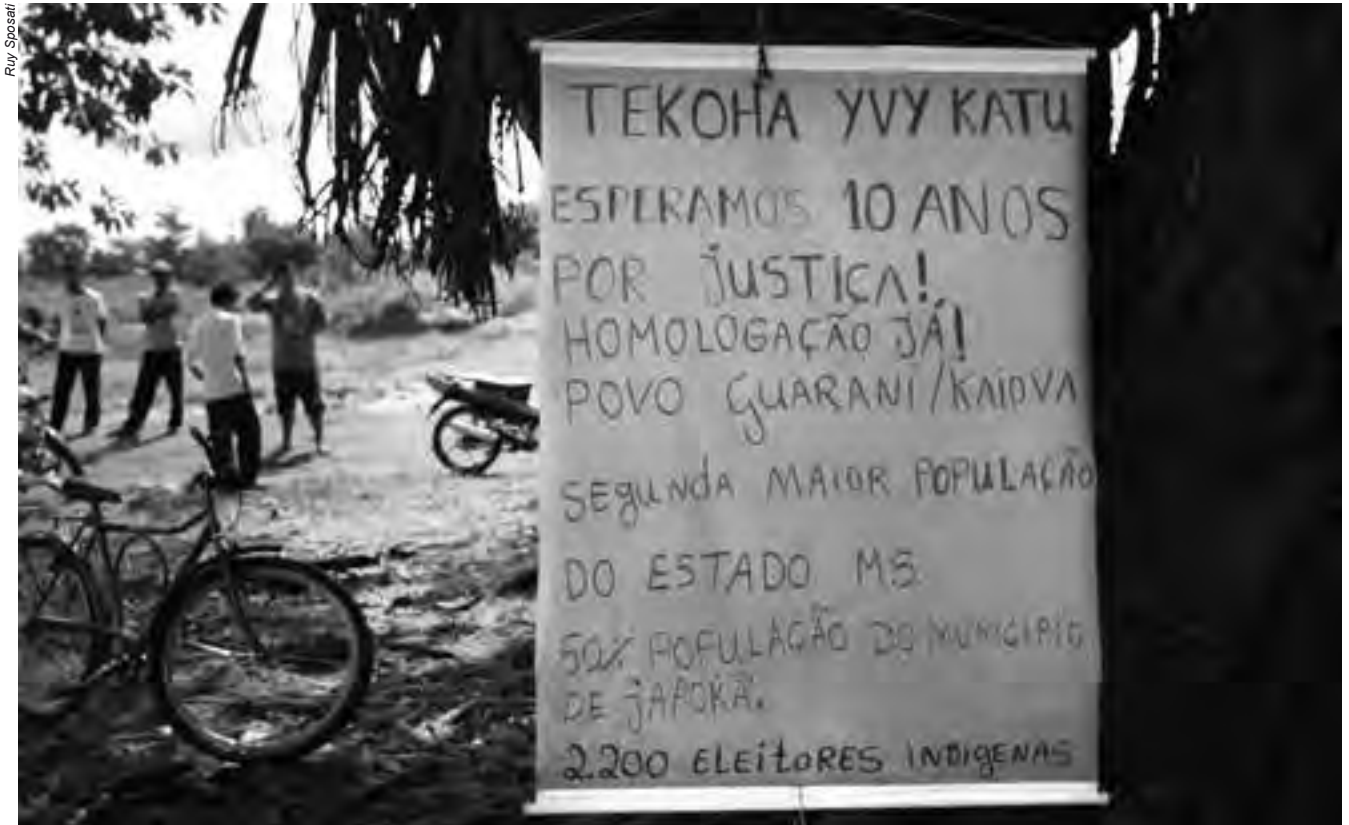
MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *Portalguaira.com, 12/2013*

Abuso de poder

Registramos 2 casos de abuso de poder em 2013. Um dos casos foi registrado em Rondônia. Na ocasião, indígenas foram surpreendidos por policiais que, apontando armas, os acusaram do roubo de um veículo. Sem portar nenhum

mandado judicial, os policiais invadiram e reviraram toda a casa dos indígenas. Eles só foram embora depois que testemunhas do roubo informaram que os indígenas não estavam envolvidos no crime.



Pela legítima defesa de seu direito constitucional, povo Guarani Nhandeva foi ameaçado por um delegado da Polícia Federal em Yvy Katu: “índios mortos não lutam mais; o sonho acabou”

ABUSO DE PODER

2 Casos – Vítimas: 6 Indígenas e 1 Comunidade

MS 1 Caso – Vítima: 1 Comunidade

06/11/2013

VÍTIMA: Comunidade do MS
POVO: GUARANI NHANDAVA
TERRA INDÍGENA: YVY KATU
MUNICÍPIO: IGUATEMI

DESCRIÇÃO: O delegado da PF, Alcídio de Souza Araújo, esteve na terra indígena Yvy Katu, declarada terra indígena desde 2005, para uma tentativa, sem a presença de um oficial de Justiça, de reintegração de posse. Conforme relato de lideranças da Aty Guassu, na ocasião, o delegado teria declarado: “Se vocês estiverem em quatro mil aqui, eu posso juntar 10 mil policiais, Força Nacional, militares do Exército para cumprir a ordem judicial”. Ainda segundo as lideranças, o delegado teria dito que “índios mortos não lutam mais, o sonho acabou”, além de dizer que “Vocês índios vivos podem até cobrar um milhão de reais pela morte de índio do governo, mas quem morreu já morreu”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Assessoria de Comunicação Cimi

RO 1 Caso – Vítimas: 6 Indígenas

13/09/2013

VÍTIMA: Gilberto Oro, W. Oro, E. ORO, G. ORO, J. ORO, E. ORO
POVO: ORO NAO´
MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajará-Mirim

DESCRIÇÃO: Quando os indígenas chegaram em casa, à noite, foram surpreendidos por policiais que apontaram armas e os revistaram. Sem apresentar mandado judicial, invadiram e reviraram toda a casa. Perguntaram sobre um carro roubado e queimado após a invasão de uma loja. Quando as testemunhas do roubo viram os indígenas, afirmaram que eles não eram os autores do crime.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Cimi Regional Rondônia; Jornal online Guajará notícias

Racismo e discriminação étnico culturais

Mais que dobraram os casos de racismo e discriminação étnico culturais no ano de 2013. Foram 23 ocorrências registradas, enquanto em 2012 nossos levantamentos indicaram 11 casos. Tivemos registros em Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Ganhou repercussão nacional e internacional, os ataques de dois deputados ruralistas feitos durante uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, realizada em Vicente Dutra (RS). Gravados em vídeo, os discursos estimulam agricultores a fazer uso de segurança armada para expulsar indígenas das terras que consideram suas. “Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário”, afirmou Alceu Moreira (PMDB-RS), um dos deputados agressores, que

também disse que “A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça”. Ele afirmou ainda que o movimento pela demarcação de terras indígenas seria uma “vigarice orquestrada” pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República e que tal movimento seria patrocinado pelo Ministério Público Federal, o qual, segundo ele, defenderia a “injustiça”.

Por sua vez, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), declarou que índios, quilombolas, gays e lésbicas são “tudo que não presta”. Ele também sugere uma ação armada dos agricultores: “O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a brigada militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades”, e acrescentou: “Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá”.



O racismo e a discriminação contra os povos indígenas é motivado pela ignorância e pelo interesse de exploração das suas terras tradicionais

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO CULTURAIS

23 Casos – Vítimas: 3.618 Indígenas e Várias Comunidades e Povos do Brasil

AL 1 Caso – Vítimas: 3.500 Indígenas**20/08/2013****VÍTIMA:** Povo Xukuru Kariri**POVO:** XUKURU-KARIRI**TERRA INDÍGENA:** XUKURU-KARIRI**MUNICÍPIO:** PALMEIRA DOS ÍNDIOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Palmeira dos Índios

DESCRIÇÃO: A comunidade vem sofrendo discriminação racial e difamação por meio de programas de rádio, blogs na internet e faixas espalhadas pelo município. Há um movimento na cidade chamado “Palmeira de Todos” que faz campanhas contra a demarcação da terra indígena e coloca a sociedade contra os indígenas. Depois que a terra indígena recebeu portaria declaratória e foram iniciaram as atividades de levantamento fundiário, em 2013, os conflitos se acirraram com o apoio de lideranças políticas federais e regionais.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa**FONTE:** *Cimi Regional Nordeste, Equipe Alagoas, 12/2013***AM** 1 Caso – Vítima: 1 Povo**25/12/2013****VÍTIMA:** Povo Tenharim**POVO:** TENHARIM**TERRA INDÍGENA:** TENHARIM MARMELOS**MUNICÍPIO:** HUMAITÁ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Humaitá

DESCRIÇÃO: A população da cidade relacionou o desaparecimento de três pessoas na rodovia Transamazônica com uma possível vingança do povo pela morte do cacique Ivan Tenharim, ocorrida em 3 de dezembro. Instalou-se um clima de graves confrontos na cidade, fortemente incentivados pela mídia e pelas redes sociais, com manifestações violentas e preconceituosas contra a comunidade indígena. Houve depredação de prédios e bens públicos de órgãos e autarquias federais relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças às dezenas de indígenas que estavam na cidade. No texto de um manifesto de moradores do município de Manicoré há quatro reivindicações, dentre elas: não querem mais nenhum indígena estudando nas escolas da comunidade e querem o afastamento das aldeias da margem da rodovia Transamazônica “para que não haja mais contato com a comunidade”. O MPF/AM recomendou a retirada de publicações já feitas e a proibição de novas mensagens ofensivas nas redes sociais, portais de notícia e outros veículos da imprensa da região, que contivessem conteúdo discriminatório, preconceituoso ou que incitem a violência, o ódio e o racismo contra os povos indígenas da região, em especial o povo Tenharim. De acordo com o documento, os autores devem retirar todo o conteúdo já publicado.

MEIO EMPREGADO: Ameaças e xingamentos**FONTE:** *Ministério Público Federal/AM, 27/12/2013***AP** 1 Caso – Vítima: 1 Povo**2013****VÍTIMA:** Povo Guarani-Kaiowá**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** MACAPÁ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rede social (internet)

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal condenou o jornalista amapaense Igor Reale Alves por publicações de conteúdo racista em site de rede social. De acordo com a decisão, ele vai prestar serviços comunitários na Casa de Apoio à Saúde Indígena do Amapá (Casai) e pagar seis salários mínimos, metade para o Conselho de Caciques de Oiapoque e a outra metade para a Associação dos Indígenas de Wajãpi. A sentença é resultado de ação ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em julho de 2013. O jornalista postou cinco mensagens racistas contra os índios Guarani-Kaiowá. Igor Reale se referiu à etnia com expressões de desprezo e incentivou o suicídio coletivo. “O acusado proferiu várias mensagens (e não apenas uma) em rede social, praticando, induzindo e incitando a discriminação ou o preconceito de raça e etnia”, destaca trecho da decisão.

MEIO EMPREGADO: Racismo**FONTE:** *MPF/AP, 08/04/2014***BA** 1 Caso – Vítima: 1 Povo**SETEMBRO****VÍTIMA:** Povo Tupinambá**POVO:** TUPINAMBÁ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ**MUNICÍPIO:** ILHÉUS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estradas no sul da Bahia

DESCRIÇÃO: Outdoor instalado em uma estrada no sul da Bahia incita a violência contra os indígenas, através de imagem de armas e dizeres ofensivos, culpando os indígenas por eventuais casos de fome, miséria e outras desgraças, e conclamando a população a dizer um “não” à demarcação de terras.

MEIO EMPREGADO: Incitação à violência**FONTE:** *Blog racismoambiental.net.br, 12/09/2013***DF** 1 Caso – Vítima: 1 Povo**06/05/2013****VÍTIMA:** Povo Munduruku**POVO:** MUNDURUKU**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Munduruku protocolaram no Superior Tribunal de Justiça uma interpelação criminal contra o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Em nota publicada no dia 6 de maio, a Secretaria-Geral chama de “autodenominadas” e “pretensas” as lideranças do povo, além de questionar a honestidade dos indígenas quando os acusa de envolvimento com o garimpo ilegal. Segundo a nota, “alguns Munduruku não

querem nenhum empreendimento em sua região porque estão envolvidos com o garimpo ilegal de ouro no Tapajós e afluentes”. Ainda segundo a nota, “um dos principais portavozes dos invasores em Belo Monte é proprietário de seis balsas de garimpo ilegal”.

MEIO EMPREGADO: Injúria; difamação; calúnia

FONTE: Assessoria de Comunicação Cimi, 05/2013

MG 2 Casos – **Vítimas:** Indígenas na cidade e 1 Comunidade

SETEMBRO/2013

VÍTIMA: Comunidade de MG

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ

MUNICÍPIO: ITACARAMBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Município de Itacarambi

DESCRIÇÃO: A Associação dos Produtores e Moradores do Vale dos Rios Itacarambi e Peruaçu (Aprovi) distribuiu panfletos pela cidade convidando a população para discutir com o prefeito, vereadores e demais autoridades, decisões a serem tomadas em relação à população indígena. No panfleto, a população é instigada a revoltar-se contra a comunidade indígena que, segundo a Associação, iria invadir o município, expulsar seus habitantes e submeter a população à autoridade de um cacique.

MEIO EMPREGADO: Manifestação e expressão escrita

FONTE: Panfleto da Aprovi, 09/13

NOVEMBRO/2013

VÍTIMA: Indígenas na cidade

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Belo Horizonte

DESCRIÇÃO: Indígenas relataram ao MPF/MG que vêm sendo vítimas de discriminação e humilhação por parte de motoristas e cobradores de ônibus. Segundo eles, os funcionários das empresas têm dificultado e até impedido seu ingresso nos coletivos municipais usando o argumento do modo de vestir indígena como empecilho para a utilização do serviço. As vítimas ainda são alvo de comentários depreciativos e jocosos. Os episódios vêm se repetindo com frequência, especialmente na linha de ônibus 5502, que atende o bairro Jardim Vitória, na região nordeste de Belo Horizonte.

MEIO EMPREGADO: Impedimento ao uso de transporte público

FONTE: MPF/MG, 03/12/2013

MS 4 Casos – **Vítimas:** 33 Indígenas e Várias Comunidades

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Paranhos e Coronel Sapucaia

DESCRIÇÃO: Reclamando de discriminação nas escolas da cidade, indígenas de Paranhos e Coronel Sapucaia foram ter aulas nos acampamentos Y'poy e Kurusu Ambá. O MPF recebeu denúncias de que a merenda aos índios era em menor quantidade e que as crianças, algumas vezes, foram obrigadas a

lavar os banheiros da escola. Para o Ministério Público, esta situação se refletiu em um grande número de reprovações “e revela grave desrespeito ao direito inerente à educação das crianças indígenas e a irregularidade na prestação do serviço público de educação obrigatória”.

MEIO EMPREGADO: Humilhação, obrigações forçadas, recusa em oferecer alimentos

FONTE: Campo Grande News, 11/03/2013

27/02/2013

VÍTIMA: 28 Estudantes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA CAMPESTRE

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Escola em Antônio João

DESCRIÇÃO: Os estudantes indígenas foram retirados da sala de aula de uma escola estadual sob a alegação de que eram “sujos” e “fedidos”. Para cursar o ensino médio os estudantes precisam sair da aldeia. Segundo a liderança Joel Aquino, “disseram pros nossos estudantes que eles não deveriam estudar ali”. O diretor colocou o grupo do lado de fora da sala de aula, enquanto o professor continuou dando aula para os não indígenas. Depois disso os estudantes não querem mais frequentar a escola, tendo em vista a situação humilhante pela qual passaram. O MPF exigiu que o caso fosse apurado.

MEIO EMPREGADO: Atos humilhantes; proibição de frequentar a escola

FONTE: Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowá, 12/03/2013; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

14/10/2013

VÍTIMA: Família

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Restaurante Zero Hora - BR 262

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas, dos quais alguns trajavam roupas e adornos, entrou no restaurante para almoçar. Alguns funcionários do estabelecimento não queriam atendê-los. Eles pediram para falar com o gerente e este confirmou que a ordem era da chefia e que realmente eles iriam parar de atender os indígenas. Os indígenas acreditam que tais atitudes ocorrem em função da luta indígena pela retomada e demarcações de suas terras.

MEIO EMPREGADO: Humilhações; recusa de atendimento

FONTE: Campo Grande News, 15/10/2013

19/11/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: OFAIÉ-XAVANTE

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Prédio da Funai, no centro de Campo Grande

DESCRIÇÃO: Foi gravado um vídeo durante um protesto dos fazendeiros, no prédio da Funai, que mostra uma ex-produtora rural rogando praga contra os índios de Mato Grosso do Sul. Ela dizia: “Morrá! Morrá todos”, sendo ovacionada pelos presentes. Ela dizia também “olha, dia 30 está chegando”, se referindo ao prazo dado pelos fazendeiros ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, para as ações de retomadas feitas pelos indígenas. Em uma clara ameaça ao governo e aos indígenas, os fazendeiros afirmaram que, após este prazo, eles mesmos resolveriam a situação de conflito pelas terras na região.

No vídeo também se observa que outros produtores rurais demonstram seu preconceito ao chamarem os índios de cachaceiros e afirmar que eles não trabalham.

MEIO EMPREGADO: Manifestação explícita de racismo

FONTE: Midiamaxnews, 20/11/2013

MT 1 Caso – **Vítimas:** 80 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidade do MT

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: CHIQUITANO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Chiquitano, Vila Nova Barbecho

DESCRIÇÃO: Agressões verbais proferidas por um fazendeiro atingiram a honra dos indígenas, difamando-os por sua condição étnica.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso, 02/2014

PE 1 Caso – **Vítimas:** 1 Comunidade

2013

VÍTIMA: Comunidade de PE

POVO: PANKARARU

TERRA INDÍGENA: ENTRE SERRAS

MUNICÍPIO: TACARATU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Folha Branca

DESCRIÇÃO: Os moradores Pankararu da localidade Folha Branca, localizada na área Entre Serras, área em processo de demarcação, denunciam sofrer discriminação através de uma campanha de setores da população local, com palavras depreciativas, que alegam que a área não é indígena. Há forte oposição aos índios em função da luta pela demarcação de suas terras.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias

FONTE: Cimi Regional Nordeste, 12/2013

PR 2 Casos – **Vítimas:** 2 Comunidades

22/04/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: MARRECAS

MUNICÍPIO: GUARAPUAVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Município de Prudentópolis

DESCRIÇÃO: O presidente da Câmara de Vereadores de Prudentópolis, Julio Cesar Makuch, defendeu em pronunciamento que a população do município trate mal os indígenas que passam periodicamente pela cidade para vender artesanato, uma vez que eles ficam acampados e podem causar problemas para o município.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas

FONTE: Rede Sul de Notícias, 23/04/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKHOA PORÃ

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo à Vila Guarani

DESCRIÇÃO: Segundo relato da equipe técnica do Ministério Público Federal/PR, em visita à terra indígena, o cacique declarou que os adolescentes e jovens da aldeia querem trabalhar mas

não conseguem emprego nem como boia-fria. As empresas Cevale e Riedi Transportadora não dão trabalho aos índios.

MEIO EMPREGADO: Impedimento ao trabalho

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 07/06/2013

RJ 1 Caso – **Vítima:** 1 Indígena

23/11/2013

VÍTIMA: Ash Ashaninka da Silva

POVO: ASHANINKA

MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maracanã

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do indígena, policiais efetuaram disparos com balas de borracha contra torcedores que tumultuavam o estádio. O indígena caminhava com um grupo de amigos perto da aldeia Maracanã e quase foi atingido. Ponderou que havia idosos e crianças na Aldeia que poderiam ser feridos, pedindo que parassem de atirar. O policial ofendeu o índio e seu grupo e disse que lugar de índio não era no Rio de Janeiro, mas na Amazônia e que ele é quem mandava.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas

FONTE: Boletim de Notícias 216, 6a Câmara de Coord. e Revisão (MPF), 28/11/2013

RO 3 Casos – **Vítimas:** 3 Indígenas, Indígenas fora das aldeias e 1 Povo

03/06/2013

VÍTIMA: Povo Guarasugwe

POVO: GUARASUGWE

MUNICÍPIO: PIMENTEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pimenteiras

DESCRIÇÃO: O povo Guarasugwe vem solicitando da Funai o reconhecimento étnico, mas o órgão indigenista alega dúvidas sobre a presença dessa etnia no Brasil. A antropóloga enviada pela Funai não entrevistou todos os membros de uma família e, ao mesmo tempo, pressionava o povo “dizendo que os mesmos não eram indígenas, pois falar uma língua indígena qualquer um fala”. Existe um levantamento linguístico atestando a existência deste povo. Mas o órgão oficial até o presente momento não atendeu à solicitação.

MEIO EMPREGADO: Negação de reconhecimento étnico

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 03/06/2013

2013

VÍTIMA: Indígenas que não moram nas aldeias

POVO: DIVERSOS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Velho

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal em Rondônia ingressou com uma ação civil pública contra a Funai por tratamento preconceituoso e discriminatório a indígenas que não moram nas aldeias. Nas investigações apuraram-se reclamações de negligência no atendimento a indígenas que pleiteavam auxílio-maternidade e aposentadoria por idade. Verificou-se que a Funai recusava-se a emitir a certidão de exercício de atividade especial para fins de prova da condição de assegurado especial junto ao INSS. O motivo da recusa era o entendimento de que a certidão não poderia ser expedida para indígenas residentes na cidade ou em áreas rurais não demarcadas como terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Negação de reconhecimento

FONTE: Procuradoria da República no Estado de Rondônia, MPF/RO, 26/11/2013

26/10/2013**VÍTIMA:** J.S.L, Leonardo Moraes Lopes, Tiago Moraes Lopes**POVO:** CUJUBIM**TERRA INDÍGENA:** KUJUBIM**MUNICÍPIO:** COSTA MARQUES**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** EEEFM Campos Sales, São Francisco do Guaporé

DESCRIÇÃO: Os jovens compareceram à Instituição Educativa para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E. Leonardo Moraes Lopes e J.S.L., depois de duas horas de exame, foram retirados da sala com a alegação de que não poderiam continuar fazendo a prova, por terem apresentado somente a identidade indígena. Tiago Moraes Lopes, ao se apresentar no portão da escola, foi barrado e impedido de prestar o exame sob a mesma alegação. Conforme o Estatuto do Índio, a Funai emite o Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas (Rani), que "... constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ano correspondente, admitido na falta deste, como meio subsidiário de prova".

MEIO EMPREGADO: Não reconhecimento aos documentos e a educação**FONTE:** *Cimi Regional Rondônia, 12/2013***RR** 1 Caso – **Vítima:** Várias Comunidades**03/06/2013****VÍTIMA:** Comunidades de RR**POVO:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Boa Vista

DESCRIÇÃO: O CIR e a Sodiur, organizações indígenas, foram acusadas de possuir grandes latifúndios no estado. Segundo o procurador que fez a acusação, lideranças indígenas vinculadas a essas duas organizações estariam expulsando famílias da terra indígena o que, segundo ele, só aumenta a pobreza nas cidades. Em nota, o CIR afirmou que nunca permitiu e não aceita latifúndio e, pelo contrário, sempre atuou na defesa dos direitos das comunidades à terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Difamação**FONTE:** *Cimi Regional Roraima, 11/06/2012; Folha de Boa Vista, RR, 12/06/2013***RS** 1 Caso – **Vítima:** Povos Indígenas do Brasil**NOVEMBRO/2013****VÍTIMA:** Povos Indígenas do Brasil**MUNICÍPIO:** VICENTE DUTRA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Audiência Pública

DESCRIÇÃO: Um vídeo gravado em audiência pública com produtores rurais, em Vicente Dutra (RS), registra discursos de dois deputados da bancada ruralista estimulando que agricultores usem segurança armada para expulsar indígenas das terras que consideram suas. "Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Ligue um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário", afirmou Alceu Moreira (PMDB-RS), um dos deputados agressores, que também disse que "A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça". Ele afirmou

ainda que o movimento pela demarcação de terras indígenas seria uma "vigarice orquestrada" pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República e que tal movimento seria patrocinado pelo Ministério Público Federal, o qual, segundo ele, defenderia a "injustiça". Por sua vez, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), declarou que índios, quilombolas, gays e lésbicas são "tudo que não presta". Ele também sugere uma ação armada dos agricultores: "O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a brigada militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades", e acrescentou: "Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá".

MEIO EMPREGADO: Incitação à violência**FONTE:** *Cimi Nacional, 02/2014***TO** 2 Casos **Vítimas:** 1 Indígena e 1 Povo**05/09/2013****VÍTIMA:** Povo Kanela**POVO:** KANELA**TERRA INDÍGENA:** KANELA**MUNICÍPIO:** ARAGUAÇU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Brasília

DESCRIÇÃO: No dia 5 de setembro, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), protocolou documento na Casa Civil da Presidência da República solicitando a imediata interrupção do reconhecimento de povo indígena ou território indígena no estado do Tocantins. Esta movimentação se deve porque o povo Kanela solicitou da Funai o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani). A senadora alega que a melhor maneira de resolver esta situação é esperar pelas novas regulamentações dos processos administrativos para a demarcação territorial.

MEIO EMPREGADO: Retardar demarcação**FONTE:** *Cimi Regional GO/TO***30/12/2013****VÍTIMA:** Jussiel Anvel Montel**POVO:** KANELA**TERRA INDÍGENA:** KANELA**MUNICÍPIO:** ARAGUAÇU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia da Serra

DESCRIÇÃO: O menor indígena se acidentou, machucando a cabeça, e sangrava muito. Ele foi levado por seus pais com urgência ao hospital municipal da cidade de Araguaçu. O médico que os atendeu perguntou se eles eram indígenas, a família respondeu que sim e o médico, sorrindo, disse que não iria atendê-los por serem índios. A enfermeira chamou outro médico, que prestou atendimento, apenas receitando remédios, sem solicitar nenhum tipo de exame para saber a real situação da criança.

MEIO EMPREGADO: Negação de atendimento médico**FONTE:** *Lideranças Kanela do Tocantins, 10/01/2014*

Violência Sexual

Foram registrados em 2013, 11 casos envolvendo violência sexual, com 9 vítimas. As ocorrências foram registradas nos estados do Acre (1), Amazonas (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (5) e Paraná (3).

Em Guaíra, no estado do Paraná, uma indígena Avá-

Guarani relata que foi sequestrada por três homens e levada em um veículo. Durante o período em que esteve com os homens, ela foi ameaçada de ser violentada sexualmente pelos três desconhecidos, que disseram que não iriam admitir a presença de indígena naquela região.



Egon Heck

A violência sexual também é um dos componentes do amplo espectro de violências a que os povos indígenas estão sujeitos no Brasil

VIOLÊNCIA SEXUAL

11 Casos – Vítimas: 10 Indígenas e 1 Comunidade

AC 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

14/09/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: APOLIMÃ ARARA

TERRA INDÍGENA: ARARA DO RIO AMÔNIA

MUNICÍPIO: MARECHAL THAUMATURGO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Marechal Thaumaturgo

DESCRIÇÃO: O acusado, aproveitando-se da ausência da mãe da criança, levou-a até a sua casa, a ameaçou e a violentou. Foi pego em flagrante. Estava sob efeito de entorpecentes quando foi abordado pela polícia.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: Tribuna do Juruá/AC; Cimi Regional Amazônia Ocidental, 14/09/2013

AM 1 Caso Vítima: 1 Indígena

22/01/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: BORBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Foz de Canumã

DESCRIÇÃO: A adolescente foi atraída pelos rapazes que lhe deram bebida alcoólica e, provavelmente, drogas para em seguida cometer o estupro. A indígena foi encontrada completamente embriagada, com marcas de violência sexual e se queixando de muitas dores.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Cimi Regional Norte I, 25/01/2013

MS 5 Casos – Vítimas: 5 Indígenas

16/06/2013

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Um adolescente tentou estuprar a avó em sua residência. De acordo com informações dos moradores da comunidade, o adolescente é usuário de drogas e estava sob efeito de entorpecentes no momento do ato.

MEIO EMPREGADO: Tentativa de estupro

FONTE: Correio do Estado, 17/06/2013

02/07/2013

VÍTIMA: Enilda Martins

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guyraroka

DESCRIÇÃO: A indígena foi encontrada por populares inconsciente e com sinais de violência sexual. O suspeito de cometer o crime é o seu esposo, que não foi encontrado na região.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: Midiamaxnews, 03/07/2013

14/09/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

Renato Santana



A violência sexual também é utilizada como forma de ameaçar as comunidades em luta pela terra

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A menina, vítima de abuso sexual, foi levada ao hospital e sobreviveu. A polícia suspeita de um adolescente da reserva indígena.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: Campo Grande News, 16/09/2013

21/10/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo à escola Clori Bandete de Freitas

DESCRIÇÃO: Segundo informações da polícia, a criança teria saído da escola e atravessado a rua para comprar pipoca, quando foi abordada. O agressor, em uma motocicleta, obrigou a criança a subir na garupa e começou a trafegar com ela pela região. No trajeto, a menina conseguiu pular do veículo e gritou para um indígena que passava pelo local. O indígena tentou alcançar o suspeito, mas, sem sucesso.

MEIO EMPREGADO: Sequestro; tentativa de estupro

FONTE: Midiamaxnews, 22/10/2013

23/12/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: QUINTINO KUE

MUNICÍPIO: LAGUNA CARAPÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Zona rural de Laguna Carapá

DESCRIÇÃO: Um casal suspeito de manter relações sexuais com um adolescente indígena foi preso em flagrante. Segundo a polícia, a mulher seria conivente com os estupros.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: fatimanews.com, 24/12/2013

MT 1 Caso – Vítima: 1 Comunidade

2013

VÍTIMA: Adolescentes da Comunidade

POVO: KAYABÍ

TERRA INDÍGENA: KAYABI

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Kururuzinho

DESCRIÇÃO: O Programa Básico Ambiental da UHE Teles Pires prevê, entre as condicionantes, a construção do prédio do posto de saúde da aldeia Kururuzinho. A empreiteira Jordão Conceição da Silva, subcontratada pela Odebrecht, enviou 20 trabalhadores para o local. Houve denúncias sobre conflitos na aldeia em função da revolta generalizada das famílias por conta do assédio de trabalhadores às adolescentes, com idades entre 12 e 13 anos. Os trabalhadores mantinham relações sexuais com as meninas, sendo que na aldeia vivem de 80 a 100 adolescentes indígenas.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual

FONTE: telmadmonteiro.blogspot.com.br/2013

PR 3 Casos – Vítimas: 3 Indígenas

26/05/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campo do dia

DESCRIÇÃO: A jovem voltava de uma festa na manhã de domingo quando foi atacada por três rapazes. Ela sofreu vários ferimentos e foi encaminhada ao IML de Cascavel. Dois suspeitos foram localizados e presos, um terceiro fugiu.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: Diário de Guarapuava, 27/05/2013

02/08/2013

VÍTIMA: Mulher

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Altura da Rua Paraguai, proximidades do Hotel Deville.

DESCRIÇÃO: A jovem indígena relatou à polícia que havia sido raptada com violência, sofrido tentativa de estupro e recebido ameaças. Relata que o motorista do veículo, no qual havia mais dois homens armados, a ameaçou dizendo que se ela não falasse o que lhe era perguntado ela poderia ser violentada pelos três e ainda seria morta. Os homens disseram que não iriam admitir que os índios ficassem na região de Guaira.

MEIO EMPREGADO: Sequestro; abuso sexual; intimidação

FONTE: Site do Cimi, 03/08/2013; Portal Guaira, Com. Social - 3º Pelotão

02/11/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: ORTIGUEIRA

MUNICÍPIO: ORTIGUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mococa

DESCRIÇÃO: A adolescente sofreu abuso sexual na própria aldeia. O acusado fugiu e está sendo procurado pela polícia.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: TNonline.com.br/noticias/apucaranapr, 04/11/2013

CAPÍTULO III

Violência por Omissão do Poder Público

- 79 Suicídio
- 86 Desassistência na área de saúde
- 94 Morte por desassistência à saúde
- 96 Mortalidade infantil
- 98 Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas
- 99 Desassistência na área de educação escolar indígena
- 104 Desassistência geral

“Não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque, na verdade, já estão mortos por dentro”

Ruy Sposati



No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos

Suicídio

Em 2013 o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) registrou 56 vítimas de suicídios, sendo 50 no Mato Grosso do Sul, 3 no Paraná e 3 no Tocantins. Desses, 36 casos referem-se a jovens com idade entre 13 e 21 anos. Do total de 56 vítimas, 15 pessoas pertenciam ao sexo feminino e 41 ao masculino. O meio mais empregado para a destruição da vida foi o enforcamento, com registro de 48 casos.

A amostra de casos de suicídios registrados neste Relatório indica algumas características recorrentes há alguns anos: a maioria é jovem, pertence ao sexo masculino e usa como meio o enforcamento. Outra recorrência é que o maior número de casos foi registrado no Mato Grosso do Sul (MS) e as vítimas pertenciam ao povo Guarani-Kaiowá.

No Relatório anterior, referente ao ano de 2012, os registros eram semelhantes, com casos em Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Tocantins e Rondônia, além de Mato Grosso do Sul. Repetem-se em 2013 casos em Tocantins e aparecem 3 casos no Paraná. Os povos Javaé e Karajá, que vivem na Ilha do Bananal, apresentam um comportamento suicida há algum tempo, fazendo com que os mais velhos na Ilha fiquem preocupados com a frequência das ocorrências. A Procuradoria da República do Tocantins, que registrou os casos de 2013, também externou preocupação com os fatores que poderiam concorrer para a motivação que leva os jovens ao suicídio.

Os dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mostram uma realidade ainda mais devastadora: 73 casos de suicídio de indígenas no Mato Grosso do Sul. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos.

No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos. “As atuais condições de vida desses indígenas, que desembocam em estatísticas assombrosas de violência, têm origem num processo histórico”, explica o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF), em Dourados (MS). “O que aconteceu foi uma transferência brutal, por

parte da União, de territórios indígenas para não índios”.

A transferência se deu, principalmente, pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que demarcou, entre 1915 e 1928, oito pequenas reservas no sul do estado para onde diferentes povos indígenas foram obrigados a migrar. “As reservas demarcadas serviam como um depósito gigantesco de mão de obra a ser utilizada conforme os interesses econômicos. Todo o processo de confinamento indígena teve como finalidade sua utilização como mão de obra para os projetos agrícolas implantados no país, desde a cultura da erva-mate até recentemente, com a cana-de-açúcar”, completa o procurador.

A Reserva Indígena de Dourados é um dos exemplos mais contundentes desse processo histórico. Encravada no perímetro urbano do município, na Reserva vivem hoje mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, e onde aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013.

Otoniel Guarani-Kaiowá, liderança de seu povo, acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva: “Não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque, na verdade, já estão mortos por dentro”.

“A discriminação e o ódio étnico, condutas incentivadas inclusive pelos meios de comunicação, acentuam sobremaneira o problema dos suicídios. Os indígenas são pintados como entraves, empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento. É como se a mídia passasse a mensagem ‘Se você quer ficar bem, tire o índio do seu caminho’, ressalta o procurador.

É importante apontar uma coincidência numérica entre os assassinatos de indígenas e os suicídios no Mato Grosso do Sul. No ano de 2007 o Cimi registrou 92 assassinatos de indígenas no Brasil, sendo 53 no Mato Grosso do Sul. Na tabela do Cimi, para um intervalo de 10 anos – 2003 a 2012 – a curva de casos de assassinatos sobe bastante em 2007. Para se ter uma ideia, salta de 28 casos em 2006 para 53 em 2007, indo para 42 em 2008 e depois disso os números permanecem na casa dos 30 assassinatos.

Considerando os dados de suicídios da Sesai no Mato Grosso do Sul, há uma alta na curva no ano de 2008, regis-

Mato Grosso do Sul - Suicídio entre indígenas – 2000 a 2013

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Nº de suicídios	44	40	38	53	42	50	40	40	59	42	40	45	53	73*	659

Fonte: Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde

* Dado sujeito à revisão. Há diferenças com a tabela do Relatório de Violência de 2012, especialmente no ano de 2012 onde foi registrado o número de 56 casos

trando 59 casos. Em 2007 foram 40, e 42 em 2009. Não se pode estabelecer uma relação de causa e efeito, nem uma relação direta entre assassinatos e suicídios, no contexto Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Entretanto, essas duas categorias de dados, assassinatos e suicídios, estão presentes na realidade desse povo, de modo que, acrescidas das tentativas de assassinatos, formam a base do contexto de maior violência sobre um povo indígena no Brasil.

Muitos estudos e análises já foram realizados a respeito do inquietante índice de suicídios entre os jovens Guarani-Kaiowá. Para a Sesai, as variações das taxas de suicídios observadas na população Guarani-Kaiowá apresentam tendência de 90 a 75 casos por 100.000, no intervalo de 14 anos (2000-2013). Essas taxas são aproximadamente 20 vezes superiores à taxa nacional.

Muitos estudos apontam para o fato de que o suicídio, mesmo sendo um fenômeno universal, presente em tempos e espaços sociais em toda a história da humanidade, recrudescer na modernidade. Para os povos indígenas, as taxas são mais altas em muitos países, tais como Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos, dentre outros, quando comparadas às taxas nacionais.

Estudiosos e pessoas envolvidas com a causa indígena se preocupam em compreender as razões que levam a essas altas taxas de suicídios entre os indígenas. Todos concordam que um conjunto de fatores devem ser interligados para a compreensão de um fenômeno tão complexo. Perda de vínculos culturais e históricos, abuso e dependência de

drogas e bebidas alcoólicas, problemas psíquicos, abusos sexuais, separações de familiares, isolamento na vida social e na família, estresse cultural e enfraquecimento do sistema de crenças e espiritual são fatores de risco, estudados por muitos autores e citados no estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA)¹.

Na análise sobre os Guarani-Kaiowá, nesse mesmo estudo, encontramos a seguinte afirmação: "...pode-se resumir que: os jovens indígenas de hoje convivem sem apoio familiar, com amigos efêmeros, sem saber qual é o seu lugar, vivem o dia a dia sem quase nunca conjugar o verbo no futuro, o máximo é o futuro muito próximo do amanhã. Carregam um trauma humanitário cheio de histórias contadas por seus parentes, histórias de exploração, violências, mortes, perda da dignidade, enfim, a história recente de muitos povos indígenas. Histórias carregadas de traumas, presas a um presente de frustrações e impotência. Nessas circunstâncias, estes jovens são o produto do que se costuma chamar uma geração que sofre do que se chama Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)²".

1 Vários autores. *Suicídio adolescente em povos indígenas*. São Paulo: Arte Brasil Editora, 2014

2 op. cit. pp. 131

* Com informações da matéria "Índice de suicídios entre os indígenas no MS é o maior em 28 anos", publicada pelo boletim *O Mundo que nos Rodeia*, Cimi, 05/2014. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7549&action=read&page=104

SUICÍDIO

54 Casos – 56 Vítimas

MS 50 Casos – Vítimas: 50 Indígenas

03/03/2013

VÍTIMA: D. A.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Sesai, 2013

18/09/2013

VÍTIMA: A. B.

IDADE: 28 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lima Campo

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Sesai, 2013

17/11/2013

VÍTIMA: M. J.

IDADE: 49 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PANAMBI

MUNICÍPIO: DOURADINA

DESCRIÇÃO: A vítima morreu por enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Sesai, 2013

07/10/2013

VÍTIMA: E. F. V.

IDADE: 23 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cerro Marangatu

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Sesai, 2013

22/01/2013

VÍTIMA: G. L.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Após ingerir bebida alcoólica, o indígena se enforcou com o cabo de energia de um aparelho de rádio. A família não sabe o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sítio Top*, 23/01/2013

24/02/2013

VÍTIMA: V. F. V.

IDADE: 70 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cerro Marangatu

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

31/08/2013

VÍTIMA: R. S.

IDADE: 27 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cerro Marangatu

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

23/02/2013

VÍTIMA: J. R. R.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA CAMPESTRE

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

28/10/2013

VÍTIMA: W. C.

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CERRITO

MUNICÍPIO: ELDORADO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Iguatemí

DESCRIÇÃO: Asfixia, ação contundente, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

02/02/2013

VÍTIMA: M. T.

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, estrangulamento, constrição cervical

MEIO EMPREGADO: Estrangulamento

FONTE: *Sesai*, 2013

11/10/2013

VÍTIMA: O. F.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

29/10/2013

VÍTIMA: V. V.

IDADE: 37 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUARA

MUNICÍPIO: JUTI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Caarapó

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, constrição manual por laço

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

23/03/2013

VÍTIMA: A. L. V.

IDADE: 13 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

25/12/2013

VÍTIMA: E. R.

IDADE: 53 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cerro Marangatu

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

07/02/2013

VÍTIMA: E. G. G.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia por enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

26/04/2013

VÍTIMA: J. F. L.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

26/03/2013

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Jaguapiru e Bororó

DESCRIÇÃO: O corpo do jovem foi encontrado em uma árvore às margens de uma estrada vicinal que corta a reserva. Segundo familiares, o indígena estava deprimido após a morte de um irmão por assassinato. Álcool e drogas, além da depressão, são os principais motivadores da violência na terra indígena e o respectivo aumento de suicídios.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Douradosagora*, 28/03/2013

16/03/2013

VÍTIMA: E.L.

IDADE: 49 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O indígena se enforcou com uma corda de náilon amarrada a uma árvore, numa restinga próxima à sua residência. Não há informações sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Aquidauana News*, 18/03/2013

11/03/2013

VÍTIMA: Mulher

IDADE: 34 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA CAMPESTRE

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

DESCRIÇÃO: De acordo com a PM, o indígena amarrou uma corda no pescoço e se pendurou numa árvore. Não há dados sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Campo Grande News*, 12/03/2013

11/10/2013

VÍTIMA: Claudio Gomes

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquaperí

DESCRIÇÃO: O indígena usou uma corda amarrada a um galho de árvore para se enforcar. De acordo com a polícia civil, procedimentos seriam instaurados para apurar a ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *A Gazeta News*, 11/10/2013

08/10/2013

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 16 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A adolescente saiu de casa à tarde e não retornou. Foi encontrada enforcada na manhã seguinte, na aldeia. O motivo é desconhecido.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Fatima News*, 09/10/2013

19/09/2013

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 15 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia

DESCRIÇÃO: Segundo informações da imprensa, uma adolescente de 15 anos teria usado um pedaço de pano amarrado em uma das travessas do interior da casa. A família da menor não soube explicar a motivação para o suicídio.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Capital News*, 21/09/2013

21/09/2013

VÍTIMA: M.M.S.

IDADE: 19 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A indígena se enforcou com uma corda amarrada no galho de uma árvore situada próxima à casa onde morava. A Polícia Civil foi acionada para realizar o levantamento. De acordo com a Sesai, a jovem foi encontrada pelo pai. A família não soube informar os motivos do ato.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Pantanal News - Central Pantaneira de Notícias*, 21/09/2013

01/07/2013

VÍTIMA: C. O.

IDADE: 19 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado amarrado com um cinto em uma travessa de sustentação do teto no interior da casa de sua tia, onde estava residindo. Não há informações sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Midiamaxnews*, 03/07/2013

04/11/2013

VÍTIMA: I. L.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

04/09/2013

VÍTIMA: E. S.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai*, 2013

01/12/2013

VÍTIMA: E.F.D.

IDADE: 27 anos

TERRA INDÍGENA: ÁGUA AZUL

MUNICÍPIO: SIDROLÂNDIA
DESCRIÇÃO: Arma de fogo, na cabeça
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Sesai, 2013*

05/07/2013

VÍTIMA: R. S. C.
IDADE: 18 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: CERROY
MUNICÍPIO: JARDIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bonito
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

04/04/2013

VÍTIMA: A. B.
IDADE: 18 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ
MUNICÍPIO: CAARAPÓ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tey Kuê
DESCRIÇÃO: Asfixia, constrição cervical por laço
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

04/09/2013

VÍTIMA: C. F.
IDADE: 15 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: SASSORÓ
MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tacuru
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

12/10/2013

VÍTIMA: L. F. M.
IDADE: 14 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: SASSORÓ
MUNICÍPIO: TACURU
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tacuru
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

02/08/2013

VÍTIMA: R. M.
IDADE: 15 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: SASSORÓ
MUNICÍPIO: TACURU
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tacuru
DESCRIÇÃO: Envenenamento
MEIO EMPREGADO: Envenenamento/Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

31/10/2013

VÍTIMA: J. C.
IDADE: 15 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ
MUNICÍPIO: TACURU



Ruy Sposati

Análise sobre os Guarani-Kaiowá afirma que os jovens indígenas vivem o dia a dia sem quase nunca conjugar o verbo no futuro e que carregam um trauma cheio de histórias de exploração, violências, mortes e perda da dignidade

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tacuru
DESCRIÇÃO: Asfixia, mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

01/12/2013

VÍTIMA: J. L.
IDADE: 27 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: JAGUPIRÉ
MUNICÍPIO: TACURU
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tacuru
DESCRIÇÃO: Asfixia, mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

06/10/2013

VÍTIMA: E. R.
IDADE: 42 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU
MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cerro Marangatu
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

11/06/2013

VÍTIMA: E. I.
IDADE: 58 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: ARROIO KORÁ
MUNICÍPIO: PARANHOS
DESCRIÇÃO: Asfixia, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

10/02/2013

VÍTIMA: L. S. J.
IDADE: 19 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

24/11/2013

VÍTIMA: D. R.
IDADE: 17 anos
POVO: GUARANI NHANDÉVA
TERRA INDÍGENA: YVY KATU
MUNICÍPIO: JAPORÃ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

10/10/2013

VÍTIMA: A. O.
IDADE: 61 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

27/02/2013

VÍTIMA: E. G.
IDADE: 15 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

10/01/2013

VÍTIMA: M. R. F.
IDADE: 22 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

25/01/2013

VÍTIMA: E. G.
IDADE: 17 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, estrangulamento
MEIO EMPREGADO: Estrangulamento
FONTE: *Sesai, 2013*

16/11/2013

VÍTIMA: Z. R.
IDADE: 42 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: ARROIO KORÁ
MUNICÍPIO: PARANHOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

08/11/2013

VÍTIMA: O. A.
IDADE: 14 anos
POVO: GUARANI NHANDÉVA
TERRA INDÍGENA: YVY KATU
MUNICÍPIO: JAPORÃ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)
DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Sesai, 2013*

09/11/2013

VÍTIMA: G. T.
IDADE: 40 anos
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: SUCURIY
MUNICÍPIO: MARACAJU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

19/04/2013

VÍTIMA: F. F.

IDADE: 54 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CERRITO

MUNICÍPIO: ELDORADO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Iguatemi

DESCRIÇÃO: Insuficiência renal e enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

04/07/2013

VÍTIMA: V. D.

IDADE: 30 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

28/07/2013

VÍTIMA: J. N. L.

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

30/06/2013

VÍTIMA: W. F. R.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porto Lindo (Iguatemi)

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

02/03/2013

VÍTIMA: L. M.

IDADE: 13 anos

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Asfixia mecânica, enforcamento

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Sesai, 2013*

PR Casos – 3 Vítimas

27/03/2013

VÍTIMA: S.R.

IDADE: 18 anos

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA DJU MIRIM

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekoa Mirim

DESCRIÇÃO: O indígena cometeu suicídio por enforcamento na aldeia Tekoha Mirim. A situação de extrema miséria e pobreza em que vivem os índios na região oeste do Paraná, bem como a falta de perspectiva para o futuro de jovens e adolescentes levam muitos deles a cometerem atos dessa natureza. Nos últimos meses o movimento de oposição à presença indígena em Guaíra tem aumentado e, por vezes, incitado o preconceito étnico-racial, mobilizando a população contra os índios. Segundo informações das lideranças, os índios que trabalhavam regularmente no município foram demitidos e existe um pacto da iniciativa privada para não oferecer emprego a pessoas de origem indígena.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Centro de Trabalho Indigenista, 28/03/2013*

10/04/2013

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: Tekoha Araguaju

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

DESCRIÇÃO: O adolescente cometeu suicídio numa área ocupada por sua comunidade. Os motivos são desconhecidos tanto pela família quanto pelos indígenas que vivem na área.

FONTE: *Portal Guaira, 12/04/2013*

13/06/2013

VÍTIMA: E. G.

IDADE: 16 anos

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: Tekoha Jey

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekoha Jey

DESCRIÇÃO: O adolescente foi encontrado morto por familiares, ao amanhecer. Segundo relato de seu pai e de pessoas próximas, ultimamente, ele estava apático e muito quieto. O adolescente havia reclamado estar sendo vítima de preconceito na escola. O fato está sendo apurado pela Polícia Civil.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Jornal Editor, 14/06/2013*

TO 1 Caso – Vítimas: 3 Indígenas

2013

VÍTIMAS: W. J., A. J. e I. J.

IDADE: 13, 14 e 16 anos

POVO: JAVAÉ

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias São João, Tyury e Canoanã

DESCRIÇÃO: Não há conhecimento de uma causa específica que tenha levado os jovens ao suicídio. Alguns fatores apontados como possíveis causas seriam a influência de valores da sociedade envolvente difundidos pela televisão, apelo ao consumo de bens não atendidos pela falta de poder de compra e depressão ocasionada por conflito entre a tradição dos povos indígenas e a constante influência externa nas aldeias devido à proximidade com as cidades ribeirinhas do Araguaia. Foi realizada uma visita de órgãos públicos nas aldeias e se constatou a entrada de bebida alcoólica e drogas ilícitas.

FONTE: *Procuradoria da República/TO, 14/06/2013; Cimi Regional GO/TO, 05/06/2013*

Desassistência na área de saúde

Registramos 44 casos de desassistência na área da saúde, nos seguintes estados: Acre (1), Alagoas (1), Amazonas (6), Bahia (1), Goiás (1), Maranhão (2), Mato Grosso (4), Mato Grosso do Sul (7), Pará (3), Paraíba (1), Paraná (2), Rondônia (8), Roraima (4), São Paulo (1) e Tocantins (2).

No estado de Rondônia, onde houve o maior número de ocorrências, foram verificados casos de falta de medicamentos, de médicos, de transporte e desassistência.

Em Roraima, um adolescente indígena aguardou por mais de seis meses por um resultado de exame. Quando questionada, a divisão indígena do hospital alegou que o adolescente era “desaldeado”. Também em Roraima, o Ministério Público Federal (MPF) detectou falhas no

atendimento, como a ausência de intérpretes nas unidades e falta de veículos para o transporte de pacientes.

No Paraná, na terra indígena Barão de Antonina, indígenas informaram que não há médico e que o atendimento de mais de 2.100 pessoas vinha sendo prestado por apenas quatro agentes de saúde.

O povo Potiguara, na Paraíba, também reclama sobre a falta de atendimento médico e de medicamentos. Situação semelhante à vivenciada pelo povo Tembé, no Pará, que ainda reclama da falta de combustível, de lixo espalhado na Casa de Saúde, esgoto a céu aberto e banheiros em condições precárias. Também no Pará, indígenas do povo Gavião denunciaram que os poucos medicamentos disponíveis estavam com prazo de validade vencido.



Falta tudo na assistência à saúde indígena: estrutura, profissionais, medicamentos, transporte, saneamento, acesso à água e, principalmente, vontade política

DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE

44 Casos – 437 Vítimas

AC 1 Caso – Vítima: 1 Indígena**SETEMBRO/2013**

VÍTIMA: Bebê

POVO: KAXINAWÁ

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ DO RIO JORDÃO

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Rico

DESCRIÇÃO: A criança foi internada com diagnóstico de pneumonia. O enfermeiro que aplicou o soro o fez de forma inadequada e a mão da criança ficou necrosada, com possibilidade de amputação. Os pais da criança não dominam a língua portuguesa e tinham dificuldade de entender o processo pelo qual a filha estava passando. Eles tentavam evitar que a mão da criança seja amputada, mas, segundo a equipe médica, o caso era crítico.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde**FONTE:** *Ecosdanoticia.com.br*, 07/11/2013**AL** 1 Caso – Vítimas: 250 Indígenas**2013**

VÍTIMA: Comunidade de AL

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Oito aldeias do município

DESCRIÇÃO: O município onde se encontra a terra indígena está sofrendo uma epidemia de desidratação como resultado da contaminação da água e de problemas com o saneamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável e saneamento básico**FONTE:** *G1/AL*, 26/07/2013**AM** 6 Casos – Vítimas: 82 Indígenas**2013**

VÍTIMA: Comunidade do AM

POVO: PIRAHÃ

TERRA INDÍGENA: PIRAHÃ

MUNICÍPIO: MANICORÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cacaí e Passabem

DESCRIÇÃO: Ocorreram, entre os Pirahã, 40 casos de malária. Este número representa 14,3% do povo Pirahã, conforme informações da Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Apurinã, Mura, Parintintin e Pirahã. Segundo o coordenador da organização, a equipe da Sesai de Manicoré deveria ficar na área indígena para acompanhar o tratamento. Os indígenas desse povo são caçadores e coletores nômades, de pouco contato com os não indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico**FONTE:** *Cimi Regional Norte I***2013**

VÍTIMA: Natalino Dorlis Marubo, Clebson Dionísio Marubo

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA

DESCRIÇÃO: Duas crianças foram picadas por cobra e tiveram as pernas amputadas pela falta de soro. As comunidades denunciam a falta de tudo nos pólos-base. O soro é apenas um dos medicamentos e, mesmo a maior parte destes, quando são recebidos, chegam com data de validade vencida. Os poucos profissionais da área de saúde, quando cobrados pelos índios, respondem que não sabem o que fazer diante da precariedade da situação.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamento**FONTE:** *Carta dos Povos Indígenas do Vale do Javari*, 04/07/2013**2013**

VÍTIMA: Comunidades do AM

POVOS: KANAMARI, KULINA, MARUBO, MATIS, MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

DESCRIÇÃO: A casa de apoio em Tabatinga pode ser fechada por falta de pagamento. Não há material de limpeza, falta alimentação indicada para os pacientes, os acompanhantes passam fome e, muitas vezes, são esquecidos no aeroporto e no cais de Manaus. Os carros não têm peças. O barco que fazia o transporte para apoio aos doentes em tratamento está parado por falta de gasolina e de peças de reposição. Não há equipamentos nem recursos humanos e os poucos profissionais que atuam na região, quando cobrados pelos índios, respondem que não sabem o que fazer diante da precariedade da situação. Agentes de saúde estão há cerca de 10 anos sem receber capacitação.

MEIO EMPREGADO: Omissão e negligência do poder público**FONTE:** *Documento da Univaja*, 10/07/2013**2013**

VÍTIMA: Comunidades do AM

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: LÁBREA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Médio Purus

DESCRIÇÃO: Segundo José Bajaga Apurinã, cacique e coordenador da Federação das Organizações e Comunidades indígenas do Médio Purus, há pelo menos 40 pessoas com malária. A região, que reúne cerca de 8 mil indígenas, não recebe médicos há dois anos. Conforme o cacique, os doentes não têm como ir à cidade e os médicos que estão nas zonas urbanas não chegam às localidades, pois não há barco, nem combustível. As comunidades são atendidas apenas por agentes de saúde e, raras vezes, por técnicos e enfermeiros.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento e de medicamentos**FONTE:** *Estadão*, 8/09/2013**13/09/2013**

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: LÁBREA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aripuanã, Palmari, Jarawara, Madja-Deni e Karipuna

DESCRIÇÃO: Dezenas de lideranças indígenas ocuparam a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), devido à precariedade no atendimento às aldeias e à interferência de políticos

na indicação para a coordenação do Dsei. As comunidades acusam a coordenadora de não ter participado de todas as conferências locais de saúde. Naquelas que ela compareceu, não permitiu que os povos apresentassem propostas ou se pronunciassem, além de não acompanhar a situação dos pólos-base. Há vários meses os indígenas manifestaram descontentamento com a atuação da coordenadora.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; ingerência política

FONTE: Cimi Regional Norte I; Secretariado Nacional Cimi, 23/09/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do AM

POVO: SATERÊ-MAWE

TERRA INDÍGENA: ANDIRA-MARAU

MUNICÍPIO: MAUÉS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casai em Maués

DESCRIÇÃO: A juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, analisando fotos da Casai e relatórios contidos no Inquérito Civil Público no 1.13.000.000785/2012-59, considerou calamitosa a situação dos indígenas diante da omissão do Dsei de Parintins, responsável pela Casa de Atendimento aos Indígenas. Destacou que há problemas tanto em relação aos tratamentos de saúde quanto à higiene e alimentação dos pacientes. Além desses problemas, veículos terrestres e fluviais se encontram parados ou em condições inadequadas de uso.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: Procuradoria da República do Amazonas - Ministério Público Federal, 26/11/2013

BA 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidade da BA

POVO: KAIMBÉ

TERRA INDÍGENA: MASSARARÁ

MUNICÍPIO: EUCLIDES DA CUNHA

DESCRIÇÃO: Os conselheiros da aldeia mantiveram sob vigília vários servidores da área da saúde, de modo a chamar atenção para os problemas referentes à ausência de atendimento à saúde, de medicamentos e de transporte na aldeia para os doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento e de medicamentos

FONTE: Lideranças indígenas Kaimbé, 02/04/2013

GO 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

24/06/2013

VÍTIMA: lawi

POVO: AVÁ-CANOEIRO

TERRA INDÍGENA: AVÁ-CANOEIRO

MUNICÍPIO: COLINAS DO SUL

DESCRIÇÃO: O cacique lawi, do povo Avá-Canoeiro, que tem apenas oito integrantes, está gravemente doente em decorrência de um câncer. O medicamento para o tratamento não está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) e custa R\$ 43 mil. O indígena deveria ter acesso aos recursos destinados ao seu povo, mas não conseguiu dar início ao tratamento por falta de recursos para a compra. A Sesai apelou à Justiça para obrigar o Estado a custear o tratamento do indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: O Globo, 24/06/2013

Equipe Cimi Norte II



A própria falta de estrutura para receber os pacientes nas Casas de Apoio, como a ausência de água potável, causa doenças

MA 2 Casos

2013

VÍTIMA: Comunidades do MA

POVOS: GUAJAJARA, KANELA, TIMBIRA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SÃO LUÍS

DESCRIÇÃO: Os indígenas ocuparam a sede do Dsei para denunciar a falta de assistência nas aldeias do Maranhão. Segundo o cacique Amorim Guajajara “não há um comprimido, um xarope” para atender a comunidade. Há protestos principalmente contra a falta de transporte para os doentes, que são levados nas costas quando necessitam de assistência fora da aldeia.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e de atendimento médico

FONTE: ExpressoMT, 25/06/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: RIO PINDARÉ

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Januária, Bom Jardim

DESCRIÇÃO: Os indígenas fizeram uma manifestação contra a situação de abandono dos postos de saúde na aldeia, cuja situação é precária. O forro está caído, há uma infestação de morcegos. Na sala de emergência não há medicamentos. Os armários estão praticamente vazios. Em algumas salas, vários aparelhos estão abandonados. Os indígenas estão morrendo por falta de medicamentos.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e de atendimento médico

FONTE: G1/MA, 10/6/2013

MS 7 Casos – **Vítimas:** 51 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororó II e Jaguapiru I e II

DESCRIÇÃO: Conforme inspeção realizada pelo Ministério Público Federal, foi constatada a má aplicação do dinheiro público e a demora na execução de obras de reforma e de ampliação das unidades de saúde. Há irregularidades em todos os postos de saúde, onde o teto de salas apresenta mofo, o corrimão para cadeirantes descola do chão, lâmpadas estão queimadas, o lixo hospitalar é armazenado na sala de inalação e, nos dias de chuva, lama e água invadem os corredores e consultórios das unidades. No ano passado, a vigilância sanitária interditou três salas e, conforme os profissionais de saúde, neste ano vão interditar novamente.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: MPF/MS, 21/05/2013

03/07/2013

VÍTIMA: Comunidades Indígenas

POVOS: GUARANI, GUARANI-KAIOWÁ, GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

DESCRIÇÃO: Cerca de 50 indígenas ocuparam a sede do Dsei em Campo Grande para protestar por melhora no atendimento à saúde nas aldeias. Eles reclamam que a falta de estrutura básica, como viaturas, medicamentos e atendimento médico, provoca muitas mortes que poderiam ser evitadas. Eles explicam que desde a mudança da atenção à saúde, da Funasa para a Sesai, a qualidade despencou, e que não é a “bala” que está matando os índios e sim a pneumonia e a diarreia.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de infra-estrutura

FONTE: Midiamaxnews

18/09/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVOS: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

DESCRIÇÃO: Cerca de 30 indígenas, de várias etnias, ocuparam a sede da Sesai. Eles reivindicam melhores condições de saúde nas aldeias, afirmando que faltam medicamentos e infraestrutura.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de infraestrutura

FONTE: Correio do Estado, 23/09/2013

23/09/2013

VÍTIMA: Eneias Campo da Silva

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: AQUIDAUANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeinha em Anastácio, Morrinhos, Ypege

DESCRIÇÃO: Indígenas de várias etnias fizeram manifestações pela saída do coordenador da Sesai, e por melhorias nos postos de saúde que atendem as aldeias. Uma liderança conta que a situação é lamentável por ser uma aldeia urbana, obrigando os indígenas a usarem o posto de saúde convencional, mas

só podem ser atendidos na sexta-feira. Outra liderança reclama que faltam remédios, os banheiros estão danificados e as telhas estão quebradas. Os agentes de saúde não possuem material para trabalhar e as ambulâncias estão inoperantes. A situação se repete em várias outras aldeias, no estado.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: MS Notícias - Campo Grande, 23/09/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUATÓ

TERRA INDÍGENA: GUATÓ

MUNICÍPIO: CORUMBÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Uberaba

DESCRIÇÃO: Os índios estavam há mais de três meses sem água potável. Segundo relatos, têm sofrido com vômitos, diarreias e dor estomacal, atingindo principalmente as crianças. A Sesai, após recomendação do MPF/MS em agosto deste ano, deslocou um novo gerador para a comunidade, porém nenhuma equipe técnica foi encaminhada para instalá-lo.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

FONTE: MPF/MS, 23/10/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Jatayvary, na divisa com fazendas

DESCRIÇÃO: Na comunidade existem 75 famílias e só 11 têm acesso à água potável em casa. Os outros moradores são obrigados a recorrer à única caixa d'água que fica em um posto de saúde e tem capacidade para 20 mil litros, insuficiente para atender toda a demanda da comunidade. Os indígenas precisam andar quilômetros para chegar ao córrego. A água que algumas famílias utilizam vem de um poço e é a mesma para cozinhar, tomar banho, lavar roupa. Há mais de um ano, índios sofrem para conseguir água potável. Há promessa do governo em assegurar infraestrutura para a instalação de rede de água, mas as obras não foram executadas. Existe na comunidade um número significativo de desnutrição.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

FONTE: G1, 22/11/2013

2013

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casai em Dourados

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), a Casai enfrenta problemas com a falta de materiais de limpeza, higiene pessoal para os pacientes, roupa de cama, banheiros danificados e alimentos insuficientes para atender as demandas. Nos quartos, faltam iluminação e ventilação, castigando os doentes. Essa situação impede o funcionamento da Casai e chegou a um ponto em que o atendimento ficou inviável. Sucateada, a Casai desativou 10 dos 29 leitos.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa de Saúde do Índio

FONTE: O Progresso, 02/12/2013



Juma Xipapa

A situação de abandono dos postos de saúde é explícita e viola os direitos dos indígenas

MT 4 Casos

2013

VÍTIMA: Indígenas do Alto Xingu

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

MUNICÍPIO: CANARANA

DESCRIÇÃO: Indígenas que vivem ao norte do Parque Nacional do Xingu denunciam que estão sem médicos na região desde 2010. Eles afirmam que o atendimento no Alto Xingu fica a cargo de enfermeiros e técnicos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: O DIA, 11/01/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do MT

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: MARÁIWATSÉDÉ

MUNICÍPIO: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal denuncia as péssimas condições de trabalho no pólo-base de Maraiwatsédé que atingem os médicos e enfermeiros, com uma rotina insalubre e condições de exploração do trabalho, situação essa que agrava o atendimento à saúde dos indígenas. O trabalho é feito mesmo com a falta de equipamentos básicos, como sonar, pinças, autoclave, refrigeração adequada, balão de oxigênio e medicação de emergência injetável. As distâncias percorridas em busca de atendimento fora da aldeia são grandes. As internações acontecem somente no Hospital de Água Boa, a 300 km. Exames de laboratório e raio-x, não são realizados porque a Sesai não tem convênio com os municípios mais próximos. Outros municípios, como São Felix do Araguaia, que também não têm convênio, são rejeitados pelos indígenas devido à situação de alto risco, visto que são hostilizados e ameaçados nas ruas porque lutam pela reocupação de seus territórios.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência; descaso

FONTE: Ministério Público Federal/Brasília, 05/03/2013

DEZEMBRO/2013

VÍTIMA: Aldeia Halataikwa

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: JUÍNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Halataikwa

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal obteve na Justiça Federal decisão que obriga a União a manter todos os medicamentos que integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e aqueles que forem prescritos pelos médicos e que não constem na lista, para atender os índios Enawenê Nawê. Na decisão consta também a aquisição de um terreno para a estruturação de um posto de saúde e médicos para atendimento exclusivo e ininterrupto no posto de saúde. Também existe a suspeita dos índios e do coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de que a água consumida é uma das fontes de transmissão de verminose e outras doenças como conjuntivite, pneumonia e diarreia, que já adoeceu dezenas de indígenas em 2013.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso, 27/12/2013

20/9/2013

VÍTIMA: Comunidade

POVO: CINTA LARGA

TERRA INDÍGENA: CINTA LARGA

MUNICÍPIO: ARIPUANÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cinta Larga - Matetamãe

DESCRIÇÃO: A população indígena vive em constante ameaça por conta da invasão de suas terras. Para agravar a situação, a Sesai não presta assistência de forma adequada. A Justiça Federal interveio, conforme pedido do Ministério Público Federal. Na decisão, o juiz relata que ficou configurada a inércia e/ou descaso do poder público em garantir o atendimento de saúde às comunidades indígenas. Para ele, há letargia da Sesai diante dos elevados índices de mortalidade que decorrem do desmantelamento das ações elementares de assistência básica: vacinação incompleta, não controle de endemias, precário suporte e tratamento de desnutridos, interrupção das visitas interdisciplinares e não fornecimento de água potável, dentre outras.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Jornal Cenário do MT, 23/9/2013

PA 3 Casos

2013

VÍTIMA: Comunidades

POVO: TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cajueiro, Terko-Haw, Canindé, Icatu

DESCRIÇÃO: Saúde, educação, infraestrutura e conflito de terra são alguns dos principais problemas enfrentados no cotidiano pelos Tembê Tenetehara. Em relação à saúde, um dos problemas mais graves é o que atinge tanto o posto de saúde como a Casai da aldeia Canindé. O posto de saúde está totalmente abandonado, virou abrigo de morcegos. Na Casai, não há medicamentos e, segundo as próprias enfermeiras, há poucos analgésicos, xaropes e vitaminas. O espaço destinado aos doentes é pequeno, estando sempre

lotado. A estrada que dá acesso à aldeia não tem iluminação, não é asfaltada e os buracos tornam quase impossível o tráfego de veículos, dificultando o transporte dos doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *O Liberal/PA, 28/01/2013*

2013

VÍTIMA: Comunidades do PA

POVO: TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: Indígenas protestam pela falta de estrutura da Casai, falta de medicamentos e de combustível. Na Casa do Índio há lixo espalhado, esgoto a céu aberto, banheiros em condições precárias. O local é inadequado para receber pacientes, a falta de higiene piora o estado de saúde dos doentes. A água consumida, de má qualidade, tem provocado doenças nas crianças. Sem espaço na casa, os índios construíram uma oca improvisada no quintal, onde dezenas de pacientes e familiares ficam aglomerados.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *G1/PA*

MAIO/2013

VÍTIMA: Comunidade do PA

POVO: GAVIÃO

TERRA INDÍGENA: AKRÁTİKATÉJÉ

MUNICÍPIO: SÃO DOMINGOS

DESCRIÇÃO: Indígenas de várias etnias do Pará interditaram duas rodovias da região sudeste do estado para protestar contra o serviço de atendimento médico e falta de medicamentos. Conforme denúncias, os remédios que ainda restavam estavam com a validade vencida. O posto de saúde estava fechado e os trabalhos para a construção de um novo posto encontravam-se suspensos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: *G1/PA, 24/05/2013*

PB 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidade da PB

POVO: POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

MUNICÍPIO: RIO TINTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Monte Mor e Jacaré de São Domingos

DESCRIÇÃO: As comunidades Potiguara estão sofrendo com a desassistência no Dsei. Há falta de atendimento médico e de medicamentos para que possam dar continuidade ao tratamento. Quando o indígena é atendido no pólo-base pelo médico, não tem acesso ao medicamento do posto.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: *Cimi Regional Nordeste - Equipe Paraíba, 11/2013*

PR 2 Casos

12/2013

VÍTIMA: Comunidades do PR

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: BARÃO DE ANTONINA

MUNICÍPIO: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Apucarantina

DESCRIÇÃO: As precárias condições no atendimento à saúde nas áreas indígenas revoltou a população. Estão sem médico e informaram que o atendimento de mais de 2.100 pessoas está sendo realizado por quatro agentes de saúde. Foi construído um mini-hospital dentro de área, mas está fechado por falta de equipamentos e de funcionários.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Folha de Londrina - Jornal do Paraná, 05/12/2013*

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA VERA TUPÁ'I

MUNICÍPIO: CAMPO MOURAO

DESCRIÇÃO: Foram constatados pelo MPF/PR problemas referentes à falta de saneamento básico, falta de água potável, desassistência em relação ao pré-natal de gestantes e vacinações. Junto a essas questões, a Procuradoria da República verificou a necessidade da aldeia contar com professores qualificados e com estrutura física para ensino das crianças.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *Assessoria de Comunicação do MPF/PR, 18/12/2013*

RO 8 Casos – **Vítimas:** 5 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidades do MT e de RO

POVO: CINTA LARGA, SURUÍ DE RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA: SETE DE SETEMBRO

MUNICÍPIO: CACOAL

DESCRIÇÃO: Os indígenas sofrem com doenças que poderiam ser prevenidas e tratadas, como sarampo e tuberculose. Na maior parte das aldeias falta saneamento básico. Nos postos de saúde não há medicamentos. Eles sofrem com assistência precária prestada pela Sesai. A técnica de enfermagem, Luana Sousa Moraes, explica que os índios também sofrem com doenças virais como gripe e pneumonia, mas que a tuberculose é o que mais preocupa. Vizinhos dos Suruí, os Cinta Larga sofrem com a alta incidência de diabetes, doença antes inexistente entre os índios, mas que vem crescendo em função da mudança dos hábitos alimentares e afeta boa parte da população composta por 1.800 pessoas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: *EBC, 19/04/2013*

12/07/2013

VÍTIMA: Povos indígenas de RO

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas denunciam a péssima situação da Casai. Os indígenas enfrentam também problemas de transporte para os postos de saúde da cidade. Na maioria das vezes vão sozinhos, sem acompanhamento de um técnico de enfermagem. Grande parte dos pacientes não fala a língua portuguesa e têm dificuldade para pedir informações.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *Cimi Regional Rondônia, 10/2013*

2013

VÍTIMA: Melissa Tenharim (recém-nascida)

POVO: TENHARIM

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

MUNICÍPIO: MANICORÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Trakua

DESCRIÇÃO: A criança era acometida por epilepsia e contraiu pneumonia. As enfermeiras da Sesai teriam sido avisadas pelas tias da criança sobre o caso, mas não teriam tomado as providências necessárias, tratando a doença como simples cólica. Essa situação durou 4 meses. Diante da insistência das tias e como a criança não melhorou, ela foi levada ao hospital de Humaitá, onde o médico constatou a gravidade do estado de saúde da criança e a encaminhou urgentemente a Porto Velho.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 10/2013

2013

VÍTIMA: Criança

POVO: JIAHUI

TERRA INDÍGENA: JIAHUI

MUNICÍPIO: HUMAITÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jui

DESCRIÇÃO: O menino quebrou o braço e os funcionários da Sesai alegaram que não tinham carro nem motorista para encaminhá-lo à Casai. Os pais levaram o menino de ônibus até Humaitá e como a Casai da cidade também não dispunha de transporte, foram de taxi até o hospital. Lá chegando, o médico alegou que o local não dispunha de condições e eles deveriam ir até Porto Velho, onde finalmente foram atendidos. Retornaram à aldeia depois do atendimento, mas precisaram tomar um ônibus, pois também não havia transporte.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 10/2013

2013

VÍTIMA: Paulo Aporeti

POVO: PURUBORÁ

TERRA INDÍGENA: PUROBORÁ

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

DESCRIÇÃO: O indígena Paulo Poruborá relata que necessita de medicamentos de uso permanente todos os meses. Porém, a medicação que recebe da Casai está sempre incompleta, o que prejudica seu tratamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

2013

VÍTIMA: Davi Oro Waram

POVO: ORO WARAM (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Linha 8

DESCRIÇÃO: O indígena apresentou fortes dores no lado direito do corpo, febre, vômitos e diarreia. Foi conduzido ao Pronto Socorro do Hospital Regional e depois de quatro dias de internação foi solicitada uma ultrassonografia abdominal. O exame não foi realizado devido ao corte do convênio do SUS com a clínica de ultrassom. A Sesai, quando procurada, informou através de seu representante, que não tinha recursos para exames particulares. Os familiares pagaram pelo exame que detectou que Davi estava com apendicite aguda. Submetido à cirurgia de emergência, o médico relatou que se demorasse mais um dia o paciente poderia morrer.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional Rondônia, 12/2013

2013

VÍTIMA: E. N. G. P.

POVO: PURUBORÁ

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

DESCRIÇÃO: Os pais do menor relatam que o indígena foi levado pela equipe de saúde à Casai de Jarú para tratamento médico. No entanto, a Sesai não assegurou o transporte do paciente de volta à sua aldeia, como também não forneceu o medicamento receitado pelo médico para o seu tratamento.

MEIO EMPREGADO: Desassistência

FONTE: Cimi Regional Rondônia

2013

POVOS: KUJUBIM, KWAZÁ, PURUBORA

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas do município de Costa Marques relatam falta de atendimento odontológico na região. A desassistência foi informada ao Ministério Público Federal de Ji-Paraná.

MEIO EMPREGADO: Desassistência

FONTE: Cimi Regional Rondônia

RR 4 Casos – **Vítimas:** 33 Indígenas

22/02/2013

VÍTIMA: Comunidades de RR

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: O MPF/RR detectou problemas no atendimento à saúde indígena em Roraima. Entre as falhas observadas, denunciou a falta de intérpretes permanentes nas unidades e a carência de veículos para transportar os indígenas às unidades de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: Assessoria de Comunicação Social do MPF/RR, 25/02/2013

21/10/2013

VÍTIMA: Timóteo Manoel da Silva

POVO: MAKUXI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: O adolescente indígena, que reside na cidade, há meses doente, estando inclusive com uma bolsa de colostomia acoplada ao abdômen, esperava pelo resultado de uma biópsia há mais de seis meses. O resultado deveria sair em 60 dias. No entanto, o material colhido que deveria ter sido enviado a um laboratório em São Paulo permaneceu por cerca de sete meses em Boa Vista. Uma professora do indígena, no intuito de ajudá-lo, foi à Divisão Indígena do Hospital Coronel Mota e lá informaram que não havia nada relacionado ao caso porque o indígena não é aldeado. Essa situação se repete com frequência quando indígenas que moram na cidade têm dificuldade em conseguir tratamento, com o argumento de que eles não moram nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e omissão

FONTE: G1, 21/10/2013

2013

VÍTIMA: Comunidades de RR

POVOS: INGARIKÓ, MAKUXI, PATAMONA, TAUREPANG

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: CAMPO FORMOSO

Juma Xipana



A grave desassistência à saúde indígena é vergonhosa e inaceitável

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Piolho, Sapã, Campo Formoso, Lago Verde, Ponto Geral, Mato Grosso

DESCRIÇÃO: O Centro Regional Campo Formoso emitiu uma nota de denúncia sobre a precariedade do atendimento da saúde indígena prestado pelo Dsei/Leste. Os postos de saúde não são equipados com os materiais necessários e os medicamentos não são entregues dentro do prazo. Solicitaram esclarecimentos sobre punições a agentes indígenas de saúde, assim como a capacitação dos mesmos para lidarem com os indígenas especiais. No texto, há reivindicação sobre o problema da radiofonia na sede em Boa Vista, visto que muitas mensagens são passadas de forma tumultuada, prejudicando a comunicação, em especial sobre a locomoção de pacientes ou casos que merecem atenção urgente.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: Centro Regional Campo Formoso/RR, 27/11/2013

2013

VÍTIMA: Indígenas

POVOS: INGARIKÓ, MAKUXI, TAUREPANG, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: As comunidades indígenas do estado de Roraima denunciam que houve um agravamento das condições de saúde da população. Argumentam que, comparado com os últimos anos, houve um aumento dos casos de tuberculose entre os indígenas, tendo sido registrados 32 casos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Roraima em Foco, 19/02/2014

SP 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidades de SP

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: PERUÍBE

MUNICÍPIO: PERUÍBE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nhamundú Mirim

DESCRIÇÃO: Os índios ocuparam o posto de saúde do município e reivindicaram melhoria na assistência à saúde. Alegaram que desde que a Sesai começou a atuar na região, a situação piorou, pois há falta de medicamentos e de manutenção dos equipamentos para que profissionais da saúde possam atuar na comunidade. O esgoto corre a céu aberto o que aumenta o problema de doenças, principalmente em relação às crianças.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de saneamento básico

FONTE: G1/Santos e Região, 17/07/2013

TO 2 Casos – Vítimas: 14 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidades de TO

POVO: APINAJÉ, KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA

DESCRIÇÃO: Nas informações transmitidas ao Ministério Público, os indígenas denunciam a falta de tratamento de água. Na denúncia, os indígenas afirmam que aumentou muito os casos de diarreia, principalmente em crianças. Há necessidade de construção de poços artesianos nas aldeias, além de melhorias no transporte para os doentes, melhoria das estradas e vistoria em instalações elétricas e bombas de água. Não há contratação de motoristas para o transporte de índios enfermos, há falta de barcos e motores. As remoções de pacientes, que deveriam ser feitas pela Sesai, são provisoriamente feitas por veículos da Funai nos casos mais graves. Os postos indígenas estão sucateados, sem médicos e sem medicamentos mínimos que poderiam evitar a internação de crianças com febres e outros sintomas de viroses.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de infraestrutura

FONTE: MPF/TO, 04/04/2013

02/12/2013

VÍTIMA: Crianças

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José e entorno

DESCRIÇÃO: Foram registrados 14 casos de diarreia em crianças de 0 a 3 anos sem acompanhamento e orientações de um médico, expondo estas crianças ao risco de morte. O agente de saúde indígena relata que dezenas de crianças sofrem com surto de diarreias e vômito e viroses atingem os recém-nascidos. Dezenas de mães com seus filhos buscam atendimento no Posto de Saúde e reclamam que não são bem recebidas e, às vezes, são maltratadas pelos servidores do hospital, optando pelo atendimento na aldeia. Relatam ainda que apesar destas ocorrências, o médico da atenção à saúde não atende com frequência nos postos de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé, 03/12/2013

Morte por desassistência à saúde

Foram registrados 6 casos, com 7 vítimas nos estados do Amazonas, Maranhão, Roraima e Tocantins. Segundo os indígenas, as causas principais para as mortes são a falta de atendimento emergencial, imperícia no atendimento e até falta de soro antiofídico. Esta última foi a causa que levou uma mulher a óbito, na terra indígena do Vale do Javari, no estado do Amazonas. A comunidade reclama da “falta de tudo”, como luvas e medicamentos.

Em Roraima, um indígena não resistiu à demora para a sua remoção da cidade de Boa Vista e veio a óbito. Também em Roraima, uma jovem Ingarikó entrou em trabalho de

parto e faleceu devido a complicações após o nascimento da criança. Não havia na comunidade nenhum profissional de saúde. Morreu como antigamente.

No Tocantins, uma indígena faleceu também em consequência da imperícia no atendimento por parte de um médico. A Apinajé, reclamando estar sentindo-se mal, procurou atendimento, ocasião em que o médico alegou que o problema era relacionado à falta de “relação sexual”. Meses depois, descobriu-se que a indígena tinha insuficiência renal. Ela chegou a fazer algumas sessões de hemodiálise, mas faleceu após a realização de uma cirurgia.



A terra é essencial para que os povos indígenas exerçam o seu modo de viver, realizem os seus rituais culturais e espirituais e pratiquem a sua medicina tradicional

MORTE POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE

6 Casos – 7 Vítimas

AM 2 Casos – Vítimas: 3 Indígenas**16/01/2013**

VÍTIMA: 2 Crianças

POVO: HUPDÁ MAKU

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Taracuí

DESCRIÇÃO: Segundo o indígena Jorge Pires, duas crianças morreram sem assistência médica, apresentando sintomas como vômito, diarreia e febre.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Folha de S. Paulo, 25/01/2013

2013

VÍTIMA: Branca Unan Mayoruna

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Fruta-Pão

DESCRIÇÃO: A falta de soro antiofídico contribuiu para a morte da indígena Unan Mayoruna. Segundo os indígenas, esse medicamento nunca faltou a não ser em 1995. Além do soro, a comunidade se queixa de que “falta tudo nos pólos-base”, como luvas e outros medicamentos e, entre os que são enviados, muitos chegam vencidos. Também não existem médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem. Os poucos profissionais dispostos a atuar na área, quando cobrados pelos indígenas, respondem que não sabem o que fazer diante da precariedade da situação.

MEIO EMPREGADO: Falta de soro antiofídico

FONTE: Carta dos Povos Indígenas do Vale do Javari, 07/2013

MA 1 Caso – Vítima: 1 Indígena**11/05/2013**

VÍTIMA: Ajrua Awa-Guajá

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Awá

DESCRIÇÃO: A indígena apresentava sintomas de leishmaniose desde o princípio de abril. Chegou a ser enviada ao pólo-base Santa Inês, mas logo retornou à aldeia. Voltou ao posto com desmaios e pedido de assistência médica. O resultado do exame só ficou pronto dois dias depois de seu falecimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional Maranhão, 14/05/2013

RR – 2 Casos – Vítimas: 2 Indígenas**MAIO/2013**

VÍTIMA: Marcílio Melo Paixão

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maturacá

DESCRIÇÃO: O indígena fazia tratamento constante por conta de um acidente que sofreu quando menino. Seu estado de saúde se agravou e este necessitou de remoção. Entretanto, no momento da saída da aeronave, deu-se prioridade ao deslocamento da equipe técnica de saúde para a cidade de São Gabriel da Cachoeira. A vítima só foi removida horas depois em outro voo, vindo a falecer após 30 minutos de voo. O acesso aéreo é o único meio pelo qual a assistência à saúde pode chegar para a maioria das aldeias Yanomami em Roraima.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Cimi Regional Norte I; Hutukara Associação Yanomami; Instituto Socio-ambiental, 18/06/2013

31/05/2013

VÍTIMA: Olinda Damásio Semeão

POVO: INGARIKÓ

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: A vítima entrou em trabalho de parto e surgiram graves complicações após o nascimento da criança. Não havia na comunidade nenhum profissional de saúde. No local não havia soro e nenhum medicamento para ajudar a paciente, pois desde há um mês que a farmácia estava desabastecida, em razão do cancelamento dos voos. O acesso aéreo é o único meio pelo qual a assistência à saúde pode chegar para a maioria das aldeias localizadas nas terras indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol. Em maio, porém, os voos foram suspensos por determinação da Anac após uma inspeção na empresa de táxi aéreo contratada pela Sesai. O agente indígena de saúde solicitou a remoção da paciente por radiofonia. Quando solicitaram novamente, por rádio, a enfermeira de plantão em Boa Vista informou que os voos não estavam liberados para a remoção. No dia seguinte, chegou um avião, mas a paciente não resistiu, e foi a óbito.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Conselho do povo indígena Ingarikó; Cimi Regional Norte I; ISA, 18/06/2013

TO 1 Caso – Vítima: 1 Indígena**SETEMBRO/2013**

VÍTIMA: Cleuza Pereira Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bonito

DESCRIÇÃO: A indígena sentiu-se mal e ao procurar atendimento médico na aldeia onde residia relatou os sintomas que estava sentindo. O médico, na frente de outras pessoas, perguntou se a paciente era casada, pois o que ela estava sentindo era “falta de relação sexual”. A indígena ficou envergonhada, sentiu-se ofendida e retirou-se do local. Após vários meses, os sintomas se agravaram. Em janeiro, ela foi internada na cidade de Araguaína com paralisção dos rins. Chegou a fazer hemodiálise por um mês e passou por uma cirurgia, mas faleceu no dia 5 de março.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

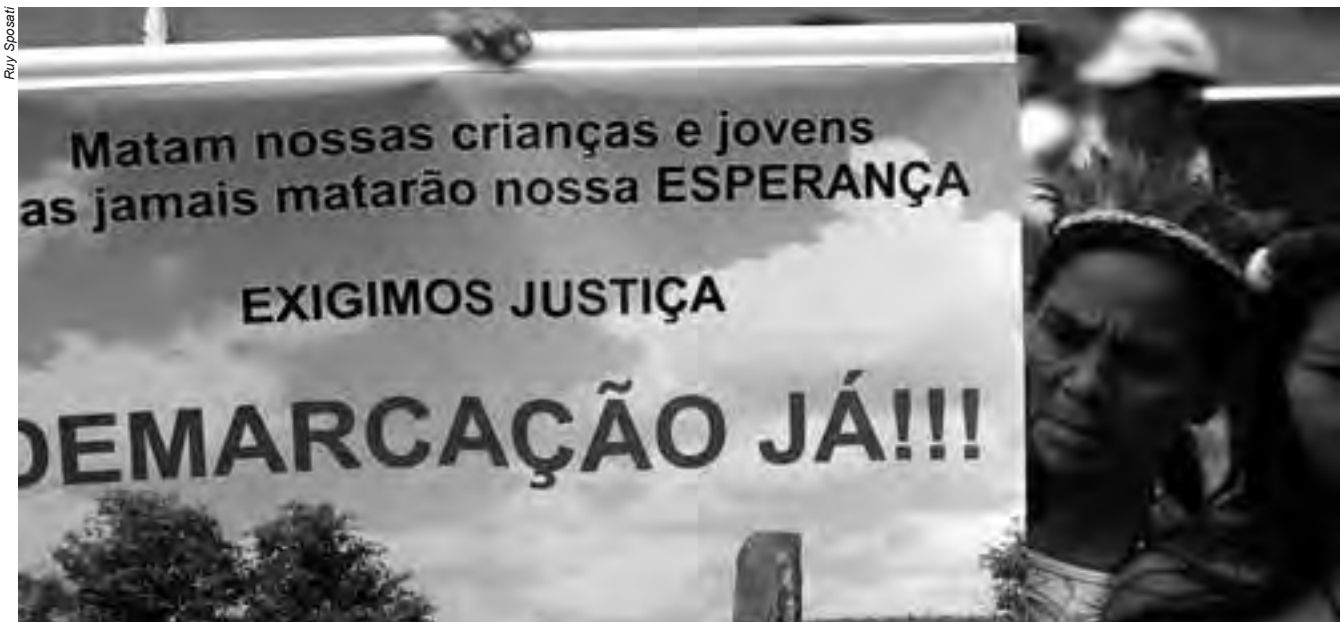
FONTE: Lideranças indígenas Apinajé, 25/03/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014

Mortalidade na infância

Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o Cimi obteve da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), os dados relativos a óbitos de crianças com faixa etária entre 0 e 5 anos referente aos anos de 2012 e 2013. Dados preliminares de 2013, relativos ao período de janeiro a novembro, apontam um total de 693 mortes de crianças entre 0 e 5 anos. Chama atenção o aumento de mortes no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami. O número de casos saltou de 70, em 2012, para 124, em 2013.

Reportagens da BBC Brasil informam que a desnutrição matou 419 crianças desde 2008 e que a cada 100 indígenas mortos no Brasil 40 são crianças.

A tabela abaixo mostra o número de óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade, separados por distritos de saúde, registrados em 2013. Na tabela, constam 17 casos de óbito de crianças de 0 a 5 anos no Mato Grosso do Sul. No entanto, de acordo com dados mais recentes do Dsei deste mesmo estado, de abril de 2014, para o período de janeiro a dezembro de 2013, ocorreram 90 óbitos de crianças menores de 5 anos. Ainda de acordo com o Dsei/MS, o coeficiente de mortalidade infantil de menores de 5 anos no estado é de 45,9 para cada 1.000 indígenas nascidos, enquanto a média nacional em 2013 é de 19,6, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variando de acordo com cada região.



A constatação de que de cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças evidencia uma política indigenista genocida

Dsei	Nº de casos*
Alagoas e Sergipe	5
Altamira	2
Alto Rio Juruá	32
Alto Rio Negro	14
Alto Rio Purus	6
Alto Rio Solimões	85
Amapá e Norte do Pará	11
Araguaia	5
Bahia	6
Ceará	12
Cuiabá	8
Guamá-Tocantins	11
Interior Sul	17
Kaiapó do Mato Grosso	11
Kaiapó do Pará	18
Leste de Roraima	14
Litoral Sul	13
Manaus	13

Dsei	Nº de casos*
Maranhão	44
Mato Grosso do Sul	17
Médio Rio Purus	9
Médio Rio Solimões e Afluentes	33
Minas e Espírito Santo	11
Parintins	15
Pernambuco	6
Porto Velho	11
Potiguara	4
Rio Tapajós	19
Tocantins	22
Vale do Javari	11
Vilhena	16
Xavante	67
Xingu	1
Yanomami	124
Total	693

Fonte: FormSUS – CGMASI/Sesai

* Dados preliminares relacionados a óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade ocorridos nos meses de janeiro a novembro de 2013

MORTALIDADE INFANTIL

5 Casos – 6 Vítimas

AM 2 Casos – Vítimas: 2 Indígenas

30/01/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: MATIS

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Aurélio

DESCRIÇÃO: A criança estava internada há três semanas na Casai e, segundo Gilson Mayoruna, “os funcionários demoraram muito para levar a criança ao hospital”. A vítima morreu devido a complicações do seu estado de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional Norte I, 31/01/2013*

12/05/2013

VÍTIMA: Criança

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campinas

DESCRIÇÃO: A criança estava internada no hospital de Tabatinga. Em virtude da gravidade de seu estado sua remoção já havia sido solicitada, mas, com a demora no atendimento, ela não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: *Cimi Regional Norte I*

MA 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

02/09/2013

VÍTIMA: Recém Nascido

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu

DESCRIÇÃO: Um recém-nascido faleceu por não haver atendente de saúde na aldeia. Segundo informações, às 15h30 foi solicitado ao pólo-base de Santa Inês o envio urgente de um veículo, que chegou somente mais de 3 horas depois, quando a criança já havia falecido. O movimento indígena do Maranhão realizou um grande protesto em defesa da saúde, denunciando as violações e as mortes na saúde indígena em todo o estado. Os indígenas denunciaram que há poucos médicos e não há médico indígena para o atendimento, além de não haver transporte para deslocar os doentes, nem para fazer o abastecimento dos medicamentos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Secretariado Nacional e Cimi Regional Maranhão, 04/09/2013*

PA 1 Caso – Vítimas: 2 Indígenas

2013

VÍTIMA: 2 Crianças

POVO: XIKRIM

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA/BACAJÁ

MUNICÍPIO: ALTAMIRA



A implementação de ações bastante básicas evitaria a morte de milhares de vida anualmente

DESCRIÇÃO: Dados oficiais do Dsei de Altamira demonstram a situação crítica dos índices de mortalidade, desnutrição infantil e diarreia aguda em crianças indígenas das aldeias afetadas pela usina de Belo Monte. A falta de atendimento nas aldeias fez saltar em 2.000% o número de atendimentos na cidade, entre 2009 e 2013. Em 2010, a primeira licença ambiental de Belo Monte estipulava como uma das principais condicionantes para a viabilidade da obra “a reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo Dsei na região de Altamira”. Porém, a concessionária Norte Energia S.A, responsável por implementar a usina, não contratou empresa para executar as ações.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: *Instituto Socioambiental, 09/07/2013*

TO 1 Caso – Vítima: 1 Indígena

06/03/2013

VÍTIMA: João Alves Barbosa Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Girassol

DESCRIÇÃO: A criança começou a sentir fortes dores no peito, o pai ligou para o pólo-base de Tocantinópolis e solicitou um carro para levá-la ao hospital. Ele foi, então, informado de que no polo só tinha um carro quebrado. Depois de quatro dias de espera a família fretou um carro particular para levar a criança até o hospital. O quadro clínico se agravou e a criança precisou ser encaminhada para Araguaína, onde foi diagnosticada com uma pneumonia aguda e não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: *Lideranças do povo Apinajé, 25/03/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014*

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Em 2013 registramos 4 casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas em comunidades indígenas. Foram relatadas ocorrências nos estados do Acre, Mato Grosso e Tocantins.

No estado do Acre, na terra indígena Poyanawa, a Polícia Federal apreendeu bebidas fornecidas por comerciantes

locais. A ação foi realizada a pedido do cacique da aldeia.

Mesmo que tenhamos poucos registros, podemos afirmar que o consumo de drogas e álcool está disseminado entre diversos povos indígenas, o que tem sido observado no atendimento de saúde, assim como no convívio dos missionários do Cimi nas aldeias.

DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

4 Casos – 3.215 Vítimas

AC 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidade do AC

POVO: POYANAWA

TERRA INDÍGENA: POYANAWA

MUNICÍPIO: MÂNCIO LIMA

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal, a pedido do cacique Joel Poyanawa e com o apoio da Funai, apreendeu bebida na aldeia, fornecida por estabelecimentos comerciais que, apesar da proibição determinada por lei, vendem bebida alcoólica para os indígenas sem nenhuma restrição. Segundo o delegado, há denúncias de, além da venda de bebida, tráfico de drogas com históricos de violência, inclusive de homicídios.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: G1/AC, 09/08/2013

MT 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidades do MT

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: COLÍDER

DESCRIÇÃO: A disseminação de bebida alcoólica em algumas áreas indígenas tem gerado o aumento da violência e de problemas de saúde. A violência aumenta com o consumo, sendo que um indígena foi alvejado com 6 tiros por conta de uma dívida não saldada com traficantes da região.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas

FONTE: Cenário/MT

TO 2 Casos - Vítimas: 3.215 Indígenas

08/08/2013

VÍTIMA: Comunidade de GO

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: RUBIATABA

DESCRIÇÃO: Um bar que funcionava de forma ilegal dentro do território Tapuia constitui-se em foco de conflitos na aldeia. Crianças, jovens e adolescentes estavam deixando de estudar para frequentar o bar, que ficava próximo à escola. Os jovens e os adolescentes estavam ingerindo bebida alcoólica e participando de jogo de sinuca.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: Mulheres Tapuia, 15/08/2013; Cimi Regional GO/TO,02/2014

2013

VÍTIMA: Comunidade de TO

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Girassol

DESCRIÇÃO: Um não índio casado com uma indígena e morador da aldeia é acusado pelas lideranças de estar envolvido no plantio e venda de maconha dentro da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Tráfico de drogas e falta de fiscalização

FONTE: Associação União das Aldeias Apinajé, 17/01/2014



Arquivo Cimi

A discriminação e o ódio étnico sofridos pelos indígenas acentua o problema do alcoolismo e das drogas nas aldeias

Desassistência na área de educação escolar indígena

Em 2013 registramos 22 casos de desassistência na área da educação escolar indígena. Tivemos registro de ocorrências nos estados de Alagoas (1), Amazonas (1), Bahia (1), Goiás (2), Maranhão (4), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (4), Pernambuco (1), Rio Grande do Sul (2), Roraima (1), Santa Catarina (2) e Tocantins (2).

As comunidades indígenas reclamam da falta de infraestrutura, de material escolar e didático, de merenda, de formação dos profissionais, além da ausência de professores e de escolas em algumas localidades.

Em Mato Grosso, lideranças indígenas reclamam que

não há prédio escolar. Os estudantes utilizam um salão multiuso, construído pela própria comunidade com doações de terceiros. No Maranhão, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) determinava o levantamento completo das estruturas físicas das unidades escolares nas terras indígenas do estado. O levantamento sequer foi apresentado pelos responsáveis.

No Rio Grande do Sul, comunidades indígenas que vivem em beira de estradas enfrentam sérias dificuldades devido à falta de professores, de transporte, de salas de aula, de material didático e até de merenda escolar.



Renato Santana

A falta de infraestrutura, material escolar, merenda, transporte, professores e outros profissionais explicita um total descaso com a educação indígena no Brasil

DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

22 Casos – 467 Vítimas

AL 1 Caso

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: WASSU COCAL

TERRA INDÍGENA: WASSU COCAL

MUNICÍPIO: JOAQUIM GOMES

DESCRIÇÃO: As crianças enfrentam dificuldades na escola em função das péssimas condições da edificação. A sala de aula fica

alagada com as chuvas e goteiras. O telhado está quebrado, com risco de cair, e as madeiras comprometidas. Conforme o pai de uma das crianças, elas chegam molhadas em casa. Quando estão na escola, assistem molhadas às aulas, numa situação absurda e inaceitável. O problema afeta o comportamento das crianças, que se recusam a assistir às aulas. De acordo com os professores, a falta de estrutura nas escolas da comunidade é um problema que se arrasta há quase 10 anos.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: G1/AL, 06/05/2013

AM 1 Caso

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: HUPDÁ MAKU

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taracuá Igarapé

DESCRIÇÃO: A professora indígena Tereza Socot denuncia as dificuldades enfrentadas pelos alunos para a preservação da língua. Falta material didático na língua do povo, além de pouco material da rede de ensino. Há também falta de formação docente, sendo que dos quatro professores apenas dois são formados com magistério indígena. Além desses problemas, não há merenda escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de material didático; professores e merenda

FONTE: G1/AM, 27/01/2013

BA 1 Caso

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRÁLIA

DESCRIÇÃO: Os indígenas reclamam das péssimas condições da escola indígena. Faltam mesas e cadeiras nas salas de aula, obrigando os alunos a sentarem-se no chão. Segundo a secretária da escola, a estrutura física está caindo, correndo o risco de o teto desabar a qualquer momento. Constantemente falta merenda escolar, além da falta de água.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: Cimi Regional Leste, 12/03/2013

GO 2 Casos – Vítimas: 222 Indígenas

18/06/2013

VÍTIMA: Professores

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMÉRICA

DESCRIÇÃO: Os contratos temporários dos professores e funcionários da educação do povo Tapuia, pela Seduc de Goiás, já duram nove anos sem concurso público, e a cada ano os professores renovam os contratos que são de duração de 6 meses, ficando a incerteza na contratação dos funcionários.

MEIO EMPREGADO: Falta de professor indígena e falta de consulta

FONTE: Cimi Regional Goiás Tocantins, 10/02/2014; Professores Tapuia, 21/06/2013



Patrícia Bonilha

O direito à uma educação diferenciada e que respeite a especificidade cultural e espiritual dos povos indígenas é uma realidade bastante distante

15/04/2013**VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** TAPUIA**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I**MUNICÍPIO:** RUBIATABA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Escola dos Tapuia

DESCRIÇÃO: O calendário específico e diferenciado da escola indígena Cacique José Borges está sendo desrespeitado por funcionários da subsecretaria de educação de Rubiataba, obrigando os professores a darem aulas durante os rituais fúnebres e festa tradicionais do povo.

MEIO EMPREGADO: Falta de formação; desrespeito à cultura**FONTE:** Professores indígenas Tapuia, 23/04/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014**MA 4 Casos****2013****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** AMARANTE

DESCRIÇÃO: O prédio da escola da comunidade, que pode desabar a qualquer momento, põe em risco a segurança dos alunos e professores. Há 30 anos não é feita nenhuma reforma na edificação, que atende 15 aldeias e tinha, em 2013, 450 alunos. Não há nem cadeiras, tornando impossível para os alunos assistirem às aulas. Muitos apelos já foram feitos pela comunidade por um novo prédio mas, segundo o coordenador da escola, Pedro Carlos Guajajara, ninguém do município ou do estado respondeu.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura**FONTE:** G1/MA, 08/04/2013**18/10/2013****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** GAVIÃO**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** AMARANTE

DESCRIÇÃO: Em oito aldeias do município de Amarante a merenda escolar chega com atraso devido às péssimas condições das estradas.

MEIO EMPREGADO: Falta de merenda escolar**FONTE:** Rádio Agência Nacional, 18/10/2013**SETEMBRO/2013****VÍTIMA:** Comunidade Escolar**POVO:** GUAJAJARA**MUNICÍPIO:** GRAJAÚ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Área Urbana de Grajaú

DESCRIÇÃO: Escolas indígenas recebem merenda vencida e diferenciada, em piores condições, das demais escolas da rede pública municipal. Itens da remessa de merenda escolar deixada na pré-escola chegaram com prazo de validade vencido. De acordo com as denúncias, as crianças estão tendo diarreia em função da alimentação fornecida à escola. Na relação dos alimentos não há frutas, verduras ou feijão.

MEIO EMPREGADO: Atentado contra a saúde pública**FONTE:** MPF - Boletim de notícias - nº 195/2013; Sítio Grajaú de Fato, 25/10/2013**2013****VÍTIMA:** Comunidades do MA**POVO:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** SÃO LUÍS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidades indígenas do Maranhão

DESCRIÇÃO: O MPF/MA requereu da Secretaria de Educação o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2012, que incluía o levantamento completo das estruturas físicas das unidades escolares existentes nas terras indígenas do estado do Maranhão, e a regularização do fornecimento do material didático pedagógico e de apoio às atividades letivas e dos equipamentos necessários ao funcionamento de suas instalações. O prazo para o cumprimento do requerimento foi de 180 dias. No entanto, expirado esse prazo, o estado, em 2013, sequer apresentou o levantamento integral das estruturas físicas, limitando-se a apresentar um relatório parcial, que não contemplou as Unidades Regionais de Ensino.

MEIO EMPREGADO: Descaso, falta de escola e de material escolar**FONTE:** MPF/ Procuradoria da República no Maranhão, 15/10/2013**MS 4 Casos****2013****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS

DESCRIÇÃO: As crianças estão estudando em salas de aula improvisadas num antigo armazém de grãos, ficando sujeitas tanto à chuva quanto ao forte calor e, muitas vezes, precisam abandonar o ambiente porque passam mal. Não há a mínima estrutura, os banheiros estão em péssimas condições e várias crianças abandonam as aulas mesmo antes do final do ano escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura**FONTE:** Campo Grande News, 27/02/2013**2013****VÍTIMA:** Estudantes e população**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Jaguapiru e Bororó

DESCRIÇÃO: As estradas que dão acesso à escola dificultam a ida dos alunos para assistir às aulas pois quando chove ficam intransitáveis. A extinção do Núcleo Indígena, ligado à Secretaria Municipal de Educação, impede os indígenas de reivindicar seus direitos à administração. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, essa extinção seria um retrocesso nas conquistas da educação indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura**FONTE:** Midiamaxnews, 28/03/2013**SETEMBRO/2013****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** TERENA**TERRA INDÍGENA:** NIOAQUE**MUNICÍPIO:** NIOAQUE

DESCRIÇÃO: A Secretaria de Educação do município fechou as salas de aula nas zonas rurais e áreas indígenas no final do mês de agosto. Cerca de 100 indígenas fizeram um protesto em frente à prefeitura solicitando que as salas fossem reabertas.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola**FONTE:** Midiamaxnews, 06/09/2013

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YPO'I E TRIUNFO

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamentos no MS

DESCRIÇÃO: O MPF/MS ajuizou ação para o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela prefeitura de Paranhos para melhoria da educação indígena nos acampamentos do município. O acordo, firmado em março deste ano, não foi integralmente executado pela prefeitura e as crianças continuam enfrentando discriminação, ausência de merenda escolar, falta de professores indígenas, de materiais de ensino e de limpeza. Segundo o MPF, foram inúmeras as tentativas extrajudiciais de se tentar fazer cumprir o acordo, mas novos prazos eram estabelecidos e, novamente, descumpridos.

MEIO EMPREGADO: Falta de material; professor e merenda

FONTE: Assessoria de Comunicação do MPF/MS, 19/11/2013

MT 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidade do MT

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: CHIQUITANO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Vila Nova Barcecho

DESCRIÇÃO: As lideranças indígenas reclamam que não há prédio escolar construído pela Secretaria de Educação. Utilizam o salão

multiuso construído pela aldeia com doações da comunidade civil para ministrar as aulas. O sistema de educação imposto pela Seduc agride seriamente a cultura indígena e contradiz toda a legislação que garante uma educação diferenciada.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e educação diferenciada

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso, 02/2014

PE 1 Caso

2013

VÍTIMA: 12 povos indígenas de PE

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: RECIFE

DESCRIÇÃO: Carta endereçada pelas lideranças e professores indígenas de Pernambuco ao Ministério Público denunciou as dificuldades na educação escolar indígena, como a falta de contrato de professores, problemas no transporte, precariedade da estrutura física, ausência de currículo intercultural. As lideranças afirmam que há negligência da Secretaria de Educação, que não encaminha projeto às outras instâncias para que chegue à Assembleia Legislativa.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: Carta-denúncia de lideranças e professores indígenas, 02/04/2013

RR 1 Caso

18/11/2013

VÍTIMA: Estudantes

POVOS: INGARIKÓ, TAUREPANG, WAPIXANA

Patricia Borilha



Em todo o Brasil, professores indígenas atuam sem contratos, com pagamentos atrasados e tendo que lidar com a total falta de estrutura das escolas

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade de Maturuca

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal em Roraima recomendou que a Secretaria Estadual de Educação implemente medidas administrativas e operacionais para a reforma da escola indígena José Alamano, dentro da comunidade Maturuca. A Secretaria teria 40 dias para informar ao MPF/RR acerca do cumprimento da recomendação e apresentar cronograma de execução da obra. A escola foi inaugurada em 1996, nunca foi reformada e, atualmente, apresenta precariedade em sua estrutura física, de modo que tornou-se inviável o seu uso para lecionar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: Procuradoria Regional da República de Roraima, 18/11/2013

RS 2 Casos

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: SANTA MARIA

MUNICÍPIO: SANTA MARIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kentyjug Tegu (Três Soitas)

DESCRIÇÃO: Segundo o cacique Natanael, professor indígena, a escola não possui o mínimo necessário para seu funcionamento. Não há luz, banheiros, nem saneamento básico. Não recebem material didático, nem recebem regularmente merenda escolar. Mesmo com o reconhecimento no Diário Oficial, a escola não foi devidamente instalada.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: www.revistaovies.com/RS, 01/04/2013

2013

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamentos indígenas em beira de estradas

DESCRIÇÃO: No Rio Grande do Sul, as comunidades indígenas das terras Lami, Irapuá, Capivari, Arroio Divisa, Petim e Passo Grande, que vivem nas margens das rodovias aguardando os procedimentos de demarcação de suas terras, enfrentam graves problemas com a educação escolar. Faltam professores, salas de aula, material didático, saneamento básico e merenda escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

SC 2 Casos

01/07/2013

VÍTIMA: Comunidades de SC

POVOS: GUARANI MBYA, GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: M'BYGUAÇU

MUNICÍPIO: BIGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Wynn Morati Whera

DESCRIÇÃO: Em uma visita do Ministério Público Federal de Florianópolis/SC, foram verificadas várias irregularidades na sede da escola, que está com as obras inacabadas há anos. A escola apresenta problemas de rachaduras nas paredes e calçadas, além de goteiras e infiltrações. Com todos esses problemas, o cacique da aldeia foi obrigado a substituir por dois meses as aulas regulares por atividades extra-classe ao ar livre, já

que há risco de desmoronamento de partes do prédio. Segundo os indígenas, ao questionar a interrupção da obra à empreiteira, receberam a informação de que a empresa não recebeu pagamento do estado.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; descaso

FONTE: Ministério Público Federal de Florianópolis, 03/07/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade de SC

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MASSIAMBU

MUNICÍPIO: PALHOÇA

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal da capital decidiu ação civil pública ajuizada pelo MPF, que requer a construção, aparelhamento e adequado funcionamento de uma escola de ensino fundamental na terra indígena. A ação foi proposta depois que a Funai informou que desde 2009 as aulas aconteciam em um local improvisado, sem banheiros e com cozinha insalubre e inadequada para o preparo da merenda dos alunos. A Secretaria Estadual de Educação, responsável por pleitear as verbas federais, construir a escola e disponibilizar professores e equipamentos, apesar de insistentemente cobrada, não tomou qualquer providência concreta durante anos.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

FONTE: MPF/SC, 07/03/2014

TO 2 Casos – Vítimas: 245 Indígenas

13/09/2013

VÍTIMA: Estudantes

POVOS: KARAJÁ, XERENTE

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: ARAGUAINA

DESCRIÇÃO: Trinta estudantes indígenas dos povos Karajá de Xambioá e Xerente ocuparam a sede da Funai em Araguaína por 17 dias, com o objetivo de resolver os problemas de infraestrutura da casa dos estudantes e o corte do fornecimento de água e energia, problemas que se arrastam por dois anos. O administrador da Funai negou-se a dialogar com os estudantes e, após 11 dias de mobilização, ameaçou entrar com reintegração de posse do prédio. Os trabalhos da Funai neste período foram suspensos.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: Estudante indígena - Adriano Karajá de Xambioá, 28/11/2013; Cimi Regional GO/TO

ABRIL/2013

VÍTIMA: Professores

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: NOVA AMÉRICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Universidade Federal de Goiânia (UFG)

DESCRIÇÃO: Os professores indígenas da escola José Borges foram impedidos pela gerência da subsecretaria de educação escolar de Rubiataba de participarem da especialização indígena que aconteceu em Goiânia no mês de abril, promovida pela UFG. A subsecretaria de educação alegou para a comunidade que as aulas iam ser prejudicadas porque todos os professores da escola são indígenas e todos iriam fazer a especialização ao mesmo tempo.

MEIO EMPREGADO: Desrespeito a normas federais de educação

FONTE: Professores Indígenas, 18/06/2013; Cimi Regional GO/TO, 02/2014

Desassistência geral

Em 2013 foram registrados 39 casos de desassistência geral nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

O estado do Paraná lidera com o maior número de ocorrências, com 14 casos relatados. Os problemas foram denunciados pelo Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR) que, em visitas de equipes técnicas às terras indígenas, identificou diversos problemas enfrentados pelas comunidades, tais como falta de água potável, de energia

elétrica, indígenas sem acesso a benefícios do INSS, falta de saneamento, etc.

Já no Rio Grande do Sul, o MPF constatou a precária situação dos indígenas, vivendo em barracos de madeira ou de lona, expostos ao frio, a alagamentos e ao perigo de serem atropelados por caminhões, visto que ocupam acampamentos de beira de estradas.

No Rio de Janeiro, indígenas expulsos do antigo Museu do Índio foram alojados em contêineres. Entre as dificuldades relatadas, estão as inundações frequentes no local, falta de água potável, além de vazamentos nos banheiros.



Comunidades indígenas que moram na beira das rodovias vivem sem acesso à água potável, energia elétrica, saneamento básico e acesso à educação e saúde

DESASSISTÊNCIA GERAL

39 Casos – 3.826 Vítimas

AC 1 Caso

2013

VÍTIMA: Indígenas do Acre

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

DESCRIÇÃO: Dezenas de famílias de Indígenas deslocam-se com frequência para as ruas do centro de Rio Branco em função da invasão de suas terras e das dificuldades de subsistência em suas comunidades. Lideranças e órgãos responsáveis pela assistência aos índios atribuem a prática a fatores estruturais e destacam a invasão de terras por não indígenas como um dos motivos que levam os povos a abandonarem as aldeias. Segundo Marcelo Jardim, assessor de indigenismo da Secretaria de Desenvolvimento Social, grande parte das terras

Jaminawá do município de Sena Madureira foram invadidas. Ainda segundo o assessor, “os indígenas são obrigados a se deslocar para áreas alagadiças, na beira do rio. Com as chuvas, os rios enchem e expulsam as famílias dos pedaços de terra que sobraram e, então, elas vão para a cidade”.

MEIO EMPREGADO: Dificuldade de sobrevivência na aldeia

FONTE: G1/AC, 02/04/2013

AM 2 Casos

04/07/2013

VÍTIMA: Comunidades do AM

POVOS: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Boa Esperança

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal no Amazonas recomendou à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira o isolamento da área onde atualmente existe um lixão a céu aberto e a realização de estudos prévios para implantação de aterro sanitário em condições de funcionamento adequado no município. A lixeira tem afetado diretamente as famílias de diversas etnias que vivem na comunidade indígena. Além do mau cheiro e dos parasitas atraídos pelo acúmulo de lixo no local, as famílias indígenas sofrem com doenças contraídas nessa área.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Amazonas, 04/07/2013

26/09/2013

VÍTIMA: Comunidade do AM

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BARCELOS

DESCRIÇÃO: Cerca de 100 indígenas realizaram uma manifestação no município de Barcelos para exigir melhorias na saúde e na educação, por inclusão em programas assistenciais do governo e por infraestrutura nas aldeias, além de cobrarem as demarcações de suas terras. Os indígenas também denunciam o possível fechamento da administração regional da Funai na cidade e a saída do chefe de posto.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: A Crítica, 26/09/2013

MA 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidade do MA

POVO: KRIKATI

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

MUNICÍPIO: MONTES ALTOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: A educação escolar indígena entre os Krikati não ocorre em função das precárias condições de infraestrutura, falta de transporte e de merenda. De acordo com o cacique, uma criança já chegou a desmaiar de cansaço e fome. Segundo a direção da escola, não há previsão de quando haverá mantimentos novamente na escola. Além disso, alguns professores estariam há mais de 90 dias sem receber salários.

MEIO EMPREGADO: Falta alimentação e assistência à educação escolar

FONTE: G1, 25/11/23013

MS 4 Casos – Vítimas: 1.500 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Jaguapiru e Bororó

DESCRIÇÃO: As aldeias recebem água potável de forma esporádica. Como a maioria não possui caixa d'água para armazenamento, os indígenas são obrigados a recorrer ao açude São Luciano, onde a água é contaminada, provocando toda sorte de doenças.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

FONTE: Midiamaxnews, 21/03/2013

2013

VÍTIMA: Indígenas acampados

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A maioria das famílias da reserva indígena de Dourados vive em barracos de lona ou sapé, onde mães criam os filhos em condições precárias. O frio e a fome são os desafios da comunidade. O fator preocupante é que nessas condições de vulnerabilidade há riscos à saúde de crianças e idosos, principalmente nos períodos de chuva e frio. Conforme depoimento da indígena Luciana Reginaldo, de 27 anos, que sempre viveu em barracos de lona, os piores dias são os de chuva: "A água entra e inunda tudo, molha comida e roupas".

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: O Progresso; Douradosnews, 16/04/13

27/08/2013

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororó e Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Indígenas reclamam que não conseguem receber cestas básicas distribuídas nas aldeias a cada dois meses pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) porque não têm documentos como CPF e RG. Os indígenas possuem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani) e ele não pode ser recusado na concessão de benefícios.

MEIO EMPREGADO: Falta alimentação; não reconhecimento documento indígena

FONTE: G1/MS, 27/08/2013

04/09/2013

VÍTIMA: Comunidades do MS

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairros Tassila do Amaral e Água Bonita, na região norte de Campo Grande

DESCRIÇÃO: Aproximadamente 100 famílias indígenas estão ocupando uma área de cerca de cinco hectares. Elas consideram que o local é uma extensão da Aldeia Urbana Água Bonita e que todos estão ali há mais de 13 anos esperando a construção das casas populares prometidas pelo governo estadual.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e omissão

FONTE: Campo Grande News, 06/09/2013

MT 2 Casos – Vítimas: 80 Indígenas

2013

VÍTIMA: Comunidades

POVO: AWETI, KALAPALO, KAMAYURÁ, KUIKURO, MEHINAKU, WAURÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: GAÚCHA DO NORTE

DESCRIÇÃO: Segundo denúncias de lideranças indígenas, a casa de acolhida, localizada no município de Gaúcha do Norte, não tem infraestrutura para atender os indígenas que buscam tratamento de doenças ou outras atividades. Segundo denúncias, eles passam até fome no local. O espaço é um imóvel alugado pela prefeitura, mas está totalmente deteriorado e sem qualquer condição de abrigar os indígenas. A prefeitura

ra tem a seu dispor cerca de R\$ 200 mil para aplicação em favor dos indígenas mas, segundo a vereadora Maria Ivone Morena, não se conhecem os motivos pelos quais a prefeitura municipal não utiliza o benefício.

MEIO EMPREGADO: Falta de repasse de verba

FONTE: *O Documento*, 20/03/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do MT

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: CHIQUITANO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Vila Nova Barbecho

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena reclama da falta de atendimento médico, de medicamento e infraestrutura. A saúde estadual efetuou convênio com a Secretaria de Saúde do município, porém, o atendimento não chega à aldeia. Não foi construído poço artesiano e nem o sistema de distribuição de água pactuado em audiência de conciliação, homologada por sentença na Justiça Federal de Cáceres porque o fazendeiro descumpriu a sentença e ameaçou funcionários da empresa

contratada pela Sesai. Também não há uma estrutura adequada para ministrar as aulas, e nem transporte da Seduc para levar a merenda à aldeia, tendo o diretor da escola que pagar com seus próprios recursos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*, 02/2014

PA 1 Caso

2013

VÍTIMA: Comunidades do PA

POVOS: ARARA, ARAWETÉ, ASURINI, JURUNA, KARARAHÔ, KURUAYA, PARAKANÃ, XIKRIM, XIPÁYA

TERRA INDÍGENA: XINGU

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

DESCRIÇÃO: Os nove povos indígenas afetados pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte estão submetidos ao abandono, em função do não cumprimento das condicionantes impostas ao consórcio construtor. O Ministério Público Federal entrou na Justiça com ação referente ao descumprimento das medidas de proteção das terras indígenas afetadas pela hidrelétrica de Belo Monte. Segundo o MPF, medidas que não foram cumpridas pelos responsáveis pelo empreendimento “submetem hoje os povos indígenas do Médio Xingu à situação limítrofe de um etnocídio”.

MEIO EMPREGADO: Não cumprimento de condicionantes

FONTE: *MPF/PA*, 19/04/2013

PR 14 Casos – Vítimas: 1.439 Indígenas

15/03/2013

VÍTIMA: Comunidades

POVO: AVÁ-GUARANI

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: 13 ocupações de áreas urbanas e rurais

DESCRIÇÃO: Segundo a Associação dos Geógrafos Brasileiros-seção Marechal Cândido Rondon, em visita às famílias indígenas, foram verificadas a falta de condições básicas de sobrevivência dos Avá-Guarani. Não há acesso à água potável, energia elétrica, escola, nem à saúde. Em duas ocupações urbanas em Guaíra, as famílias estão instaladas próximas ao lixo e

aterro sanitário. Embora estivessem presentes na região desde passado distante, conforme sítios arqueológicos demonstram, os indígenas são acusados pelos setores dominantes locais de serem paraguaios que estão invadindo terras do Brasil. Com a frente de expansão da década de 1950, eles foram expulsos e migraram para outras regiões. Com a expansão do agronegócio, muitos indígenas estão retornando para seu antigo território, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, para garantir sua sobrevivência e a reprodução de sua cultura.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral e preconceito

FONTE: *Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Mal. Cândido Rondon*, 13/03/2013

28/06/2013

VÍTIMA: Comunidades do PR

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ ANETETE

MUNICÍPIO: DIAMANTE D'OESTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Itamará

DESCRIÇÃO: Os caciques e lideranças reunidos em assembleia relatam a falta de regularização das terras e a falta de acesso ao direito à educação. As crianças indígenas são discriminadas nas escolas, chegando a ser trancadas nas salas de aula para não comerem a merenda. No âmbito da assistência em saúde sofrem porque não há na região um polo base, não há médicos, carros e estrutura suficientes, obrigando-os a se consultar na cidade, onde são discriminados nos postos de saúde. São sempre os últimos a serem atendidos e não têm respeitado o direito de atendimento diferenciado na área da saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral; negação de alimento.

FONTE: *Cimi Regional Sul*, 28/06/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ PORÃ

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciaram aos representantes do Ministério Público Federal/PR, que efetuavam visita técnica à aldeia, problemas relativos à falta de água tratada e ausência de rede elétrica. Denunciaram também que aos alunos é negada a merenda escolar, como forma de castigo. Os alunos, que já saem de casa muito cedo, ficam sem se alimentar e muitos chegam em casa passando mal. Outro grave problema enfrentado pela comunidade refere-se ao recebimento de benefícios do INSS. Há casos em que a data de nascimento está errada e o indígena não consegue aposentadoria. Muitas indígenas não conseguem salário-maternidade por não terem documentos civis. Há bloqueio constante de cartões porque, segundo informações, o cadastrador, embora receba os formulários, esquece de lançar. Apesar das reclamações a quem de direito, o agendamento é demorado e, muitas vezes, o problema não é resolvido.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência; negação de alimento

FONTE: *Relatório do Ministério Público Federal/PR*, 07/06/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ NHEMBOETE

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

DESCRIÇÃO: Segundo relato da equipe do Ministério Público Federal/PR que visitou a aldeia foram detectados graves problemas. As famílias indígenas não possuem água potável e pegam água em uma mina distante. Não há energia elétrica. Não

há agentes de saúde, nem transporte para as crianças frequentarem a escola e, quando chove, precisam andar cerca de oito km. Os jovens têm dificuldade de conseguir emprego formal ou informal. Outro grave problema foi a situação causada pelo proprietário vizinho à aldeia que se utiliza das terras tombadas para a criação de gado e bloqueou o acesso à aldeia, impedindo a passagem de pedestres e veículos, inclusive da prefeitura.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 07/06/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA PORÃ

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekoa Pohã Renda

DESCRIÇÃO: Visita de equipe do Ministério Público Federal/PR detectou graves problemas na aldeia: não há água potável e a que eles utilizam é contaminada pelo uso de agrotóxicos e pela criação de gado. Não há energia elétrica, nem agentes de saúde, assim como faltam medicamentos. Não recebem benefícios do INSS, não têm aposentadoria e nem salário maternidade por falta de documentos civis. Quanto à escola, há uma improvisada com professor da língua Guarani para crianças e adultos, porém não recebem material escolar, nem merenda. A prefeitura alega que por ser área não demarcada não pode entregar os materiais, móveis e alimentos. As crianças que frequentam o ensino regular da escola municipal sofrem com a falta de merenda escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 07/06/2013

2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA DJU MIRIM

MUNICÍPIO: GUAÍRA

DESCRIÇÃO: Relato da equipe técnica do Ministério Público Federal que visitou a aldeia identificou graves problemas pelos quais passa a comunidade. Não há água potável, a que eles consomem é barrenta e provoca doenças, principalmente nas crianças e idosos. Não há energia elétrica, nem escola no local para ensinar a língua Guarani para as crianças. Na casa de reza - que não tem contrapiso, nem paredes - é onde, quando o clima permite, as crianças assistem aula de um professor indígena. Não há agentes de saúde e para atendimentos urgentes chamam uma ambulância, porém nem sempre são atendidos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 05/06/2013

06/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA MARANGATU

MUNICÍPIO: GUAÍRA

DESCRIÇÃO: Conforme relatório apresentado pelo MPF/PR em visita às aldeias da região foram constatados diversos problemas na comunidade. Eles não recebem benefícios como aposentadoria, salário maternidade, etc., pois o INSS exige documentos civis que eles têm dificuldade em obter. Não recebem cestas básicas de forma regular e elas não são entregues nas aldeias, os indígenas precisam retirá-las na cidade. Os alunos



Roberto Leboyer

Vivendo em barracos de lona ou madeira, as famílias indígenas estão expostas ao frio, às chuvas, inundações e diversas violências, em uma situação de extrema vulnerabilidade

que precisam cursar a partir da 5a.série se deslocam para a cidade e encontram grande dificuldade de adaptação, pois sofrem com o preconceito da sociedade envolvente. Quatro indígenas foram demitidos de duas cooperativas da região e há uma campanha para que não se contratem os índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral; preconceito

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 06/06/2013

04/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ KARUMBÉY

MUNICÍPIO: GUAÍRA

DESCRIÇÃO: Conforme relatório apresentado pelo Ministério Público Federal/PR, em visita realizada às aldeias da região, foi constatada a inexistência de qualquer sistema de saneamento básico, sendo que a água fornecida pela Sanepar tem um custo de manutenção que inviabiliza que todos tenham acesso à água tratada. A água de poço que utilizam é de má qualidade, o que provoca doenças principalmente nas crianças. Por causa do preço, a comunidade praticamente não pode utilizar energia elétrica. Não há escola na aldeia e as crianças precisam se deslocar até a cidade. Com relação à segurança, relatam descaso das polícias civil e militar e denunciam ameaças de pessoas que fixam residência em áreas limítrofes com a ocupada atualmente pelos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 04/06/2013

05/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ JEY

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vila Eletrosul, Fazenda Mate Laranjeira

DESCRIÇÃO: Conforme relato do Ministério Público Federal em visita realizada à aldeia, foi constatada água de má qualidade, contaminada com veneno usado nas lavouras ao redor, o que provoca doenças principalmente nas crianças. Estas frequentam a escola municipal, porém recebem transporte apenas quando não chove. Por conta disso, faltam muito e as famílias são ameaçadas de perder o auxílio Bolsa-Família. Não há assistência médica, nem medicamentos. As famílias que recebem cestas básicas têm dificuldade para buscá-las, pois precisam andar mais de duas horas para recebê-las.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal, 05/06/2013

06/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ ARAGUAJU

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

DESCRIÇÃO: Em visita à aldeia, o Ministério Público Federal constatou que a água que abastece a aldeia vem de uma mina e é insuficiente para toda a comunidade. Não há coleta de lixo e poucas casas recebem energia elétrica pois falta a emissão de documentos civis. Com referência à frequência à escola, os alunos são atendidos até a 4a série e encontram dificuldades de continuar o ensino fundamental na cidade, devido a insuficiência de vagas. Há relatos de castigos aos estudantes indígenas, que ficam sem lanche, o que teria

ocasionado desmaios na escola. Outra dificuldade que enfrentam é o não recebimento de benefícios sociais como aposentadoria, salário-maternidade, etc. Os indígenas têm dificuldade, nas entrevistas com o INSS, tanto para falar em português como para entender o que estão lhes perguntando e saem das entrevistas sem entender porque não conseguiram os benefícios. No referente ao recebimento de cestas básicas, da prefeitura, estão há 6 meses sem receber. Informaram, ainda que sofrem preconceito por parte das empresas da região e não conseguem trabalhar nem mesmo como diaristas/boias-frias. Denunciam a falta de segurança, visto que já sofreram roubos na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 06/06/2013

04/06/2013

VÍTIMA: Comunidades do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ PORÃ

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jardim Zeballos, estrada para Dr. Oliveira Castro

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal/PR, em visita técnica à aldeia, constatou uma série de problemas, tais como: escola com estrutura precária, sem paredes laterais, coberta com palha e sem local adequado para as crianças; os alimentos da escola são guardados sobre uma mesa da casa de "reza", sem cuidados com o armazenamento e sujeitos à contaminação por conta da exposição ao ambiente externo. Apenas sete casas possuem energia elétrica, pois os indígenas não têm condições financeiras para arcar com as contas. Não há coleta de lixo e nem esgoto. Com relação ao fornecimento de água, há uma caixa d'água no meio da aldeia que é insuficiente para abastecer toda a comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 04/06/2013

06/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekohá Tajy Poty - Flor do Ipê, margens da rodovia BR-272

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal, em visita às aldeias, observou que ocorrem ameaças por parte de um fazendeiro aos indígenas. Na aldeia, não há saneamento básico, nem banheiros. As crianças precisam se deslocar para a cidade para estudar. Não há energia elétrica, nem água potável. Não há agentes de saúde e a vacinação das crianças está atrasada.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 06/06/013

05/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekohá Taturi

DESCRIÇÃO: Conforme relato de visita técnica realizada pelo Ministério Público Federal, foram observadas várias irregularidades. A comunidade utiliza água da mina e do rio, impróprias para o consumo. Não possuem caixa d'água. Não há energia elétrica. Não há escola, nem professor indígena. As crianças precisam ir até a cidade para estudar. Não recebem visita de

agentes de saúde. Como não têm área para plantar, vivem das cestas básicas fornecidas pela Funai. A prefeitura se nega a cadastrá-los e se recusa a fornecer cestas para ajudar na alimentação. Os fazendeiros se recusam a empregá-los por serem índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral; preconceito

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 05/06/2013

05/06/2013

VÍTIMA: Comunidade do PR

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO TEKoha Y' HOVY

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bosque do Jacaré

DESCRIÇÃO: Conforme relato de visita técnica realizada pelo Ministério Público Federal, foram constatadas várias irregularidades no local. Eles não têm caixa d'água e utilizam o antigo sistema Eletrosul, que não atinge toda a aldeia. As casas não possuem energia elétrica por falta de documentação e têm dificuldade no acesso ao INSS para a concessão de aposentadoria e de outros benefícios. Há uma escola na aldeia, porém as crianças não possuem material e as aulas dependem das condições climáticas, tal a precariedade da construção. Não têm acesso à coleta de lixo. Não conseguem emprego nem como diaristas. Aproximadamente 30 indígenas foram demitidos por conta da disputa pela terra. Uma das grandes preocupações da cacique Paulina é com a regularização da terra para que possam exercer seu modo de vida, sua cultura, seus rituais. Nas suas palavras, "a cultura é uma única coisa que sobrou para nós, o resto já foi tirado de nós". A área está em litígio e embora tenha sido determinada a reintegração a decisão foi recorrida.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Relatório do Ministério Público Federal/PR, 05/06/2013

RJ 1 Caso – **Vítimas:** 18 Indígenas

ABRIL/2013

VÍTIMA: Indígenas do RJ

POVO: DIVERSOS

MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maracanã

DESCRIÇÃO: Os índios de diversas etnias que foram expulsos do antigo prédio do Museu do Índio, onde residiam, foram alojados em contêineres, embaixo de uma lona plástica, em Jacarepaguá, zona oeste da cidade. Entre as dificuldades relatadas constavam as inundações frequentes por causa das chuvas, dificuldade de reposição de botijão de gás, falta de água filtrada, vazamentos nos banheiros, infiltrações e os ruídos de um gerador que fica ligado 24 horas por dia. Segundo o juiz federal Renato Cesar Pessanha de Souza, da 8ª Vara Federal Cível, "há indícios de que a dignidade dos índios não está sendo preservada, conforme determinado, uma vez que vários deles estão sem acesso aos seus utensílios e pertences pessoais, bem como não estão recebendo alimentação adequada às suas necessidades e, ainda, que a estrutura do alojamento provisório não vem oferecendo condições mínimas de moradia". Por garantirem sua sobrevivência com a venda de artesanato, eles reclamam que são poucas as pessoas que vão até o local, a cerca de 30 km do centro, para comprar o artesanato produzido.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; desalojamento

FONTE: Agência Brasil, 19/04/2013; UOL, 22/05/2013

RO 1 Caso

POVOS: KUJUBIM, KWAZÁ, PURUBORÁ

MUNICÍPIO: COSTA MARQUES

DESCRIÇÃO: Indígenas Puruborá, Kwazá e Kujubim reclamam da falta de identificação do nome do povo em seus documentos de identificação, o que, segundo eles, tem gerado constrangimento e discriminação por parte de alguns setores da sociedade. Um acordo teria sido feito com o MPF para exigir do governo do estado a implementação desta identificação, mas não houve avanço da iniciativa.

MEIO EMPREGADO: Desassistência

FONTE: Cimi Regional Rondônia

RR 2 Casos

2013

VÍTIMA: Comunidade de RR

POVO: INGARIKÓ

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cumanã

DESCRIÇÃO: Os índios denunciam que após a retirada dos arrozeiros da área indígena, o governo estadual deixou de fazer a manutenção das vias que cortam a região. São estradas de terra batida esburacadas e pontes de madeira precárias que põem em risco a vida dos moradores e dificultam o socorro para quem tem necessidade de serviços de saúde. Desse modo, há muita dificuldade de escoar produtos, como mandioca, batata, milho e banana, para outras comunidades. Os indígenas levam mais de quatro horas para percorrer 60 km. Há, também, falta de apoio do governo estadual para a construção e manutenção de escolas e postos de saúde. A falta de saneamento básico provoca problemas de saúde, como diarreia e vômito, que atingem principalmente idosos e crianças.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral; infra-estrutura

FONTE: Sítio ABC, 17/04/2013

12/11/2013

VÍTIMA: Comunidades de RR

POVOS: MAKUXI, PATAMONA, TAUREPANG, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÃ

DESCRIÇÃO: Cerca de 100 indígenas ocuparam a prefeitura do município para cobrar apoio para o desenvolvimento da agricultura e transparência nas contas públicas. De acordo com o Tuxaua Amarildo Mota, 76 comunidades do município reclamam da falta de recursos para trabalhar. Alegam que não há transporte para ajudar nos serviços agrícolas, além dos problemas referentes à precariedade na atenção à saúde e à educação. Outro problema enfrentado pelos índios é a ausência do prefeito no município. Na sede raramente há algum secretário ou representante para atender as solicitações das comunidades.

MEIO EMPREGADO: Falta de apoio à produção agrícola e assistência

FONTE: G1/RR, 13/11/2013

RS 4 Casos – **Vítimas:** 519 Indígenas

07/05/2013

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: CAPIVARI

MUNICÍPIO: CAPIVARI DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Guarani Rio Capivari

DESCRIÇÃO: O procurador do MPF/RS, Júlio Carlos Schwonke de Castro, visitou a comunidade que vive no acampamento Guarani Rio Capivari, localizado no km 60 da RS-040. Conforme o que constatou, as condições do acampamento são as mais carentes dentre todos os que estão no âmbito de atribuição do PR/RS. Não dispõe de nenhuma infraestrutura como posto de saúde, nem escola para as crianças. Estão instalados em barracos de madeira ou de lona, expostos ao frio, à sujeira, a alagamentos e ao perigo dos caminhões que transitam pela via. O MPF ressalta no texto da ação civil pública 5039462-47.2012.404.7100 que “as medidas requeridas na presente ação não excluem tampouco substituem a obrigação da União em demarcar a área tradicional correspondente a essa comunidade. Tais medidas são necessárias e têm caráter emergencial, tendo em vista que os indígenas da comunidade estão vivendo em situação de extrema vulnerabilidade e a omissão da União já dura, ao menos, 40 anos”.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Procuradoria da República do RS, 15/05/2013

2013

VÍTIMA: Comunidades do RS

POVO: GUARANI-KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

DESCRIÇÃO: Em função das precárias condições de vida, os indígenas bloquearam dois pontos da ERS-330. Eles reivindicaram água potável encanada, pois a que eles têm acesso, por meio de fontes, é contaminada e tem causado problemas de saúde, principalmente em crianças, por causa do lixo que se mistura ao líquido. Pedem também melhorias nas estradas dentro da reserva, pois quando chove elas ficam intransitáveis, impedindo a passagem de ambulâncias para socorrer índios doentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

FONTE: G1/RS, 04/07/2013

2013

VÍTIMA: COMUNIDADES

POVO(S): GUARANI NHANDEVA, KAINGANG

TERRA INDÍGENA: VENTARRA

MUNICÍPIO: CACIQUE DOBLE

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal no Rio Grande do Rio expediu recomendação à Sesai e aos municípios de Cacique Doble, Getúlio Vargas, Charrua, Erebangó e Benjamim Constant do Sul para que procedam às medidas necessárias para resolver o abastecimento de água potável nas comunidades indígenas. Em visita do MPF/RS, foram constatados vários problemas, tanto na qualidade da água - presença de coliformes fecais - quanto na quantidade disponibilizada nas comunidades, ocasionando graves prejuízos à saúde, ao bem-estar e à dignidade das populações indígenas.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada; falta de assistência sanitária

FONTE: Ministério Público Federal/RS, 02/07/2013

2013

VÍTIMA: Homens e adolescentes

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: NONOAI

MUNICÍPIO: FLORES DA CUNHA

DESCRIÇÃO: Um grupo indígena foi conduzido à delegacia sob suspeita de trabalho em más condições em propriedades de agricultores de Nova Pádua, onde realizavam trabalho de colheita de uva. Embora o Ministério Público Federal não tenha constatado condições de trabalho análogas à de escravidão, verificaram o péssimo ambiente onde por três dias da semana os indígenas dormiam. Segundo a delegada, o local era sujo, desconfortável e inadequado, com o agravante da presença de três menores de idade. Os indígenas não teriam vínculo trabalhista.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; más condições de trabalho

FONTE: *Clic RBS*, 13/12/2013

SC 3 Casos – Vítimas: 27 Indígenas

13/5/2013

VÍTIMA: Comunidades de SC

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CHAPECÓ

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal de Santa Catarina obteve sentença favorável na ação civil pública contra a União e a Funai, para que sejam fornecidas cestas básicas a 27 famílias indígenas da etnia Guarani, que não estavam recebendo regularmente os alimentos. Um dos argumentos é que os Guarani estão assentados provisoriamente na terra Toldo Chimbangue e essa condição impossibilita a agricultura de subsistência em razão da ausência de áreas destinadas a essa finalidade, o que torna o acesso à alimentação dependente da atuação dos órgãos públicos.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação

FONTE: *Procuradoria da República de Santa Catarina – MPF*, 14/5/2013

11/11/2013

VÍTIMA: Comunidade de SC

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: TOLDO CHIMBANGUE

MUNICÍPIO: CHAPECÓ

DESCRIÇÃO: A Procuradoria da República em Chapecó, em visita às comunidades indígenas, verificou que acontecem várias irregularidades, das quais se destacam a insuficiência e o baixo valor nutricional da merenda na Escola de Ensino Fundamental. Nas unidades de saúde da aldeia o atendimento é realizado por uma auxiliar de enfermagem e não há previsão de contratação de médicos. Constatou-se ainda carência de diversos medicamentos e de materiais curativos, além das condições precárias no consultório odontológico.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos

FONTE: *Procuradoria da República em Chapecó – MPF*, 22/11/2013

11/11/2013

VÍTIMA: Comunidade de SC

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: XAPECÓ

MUNICÍPIO: IPUAÇU

DESCRIÇÃO: A Procuradoria da República em Chapecó, em visita às comunidades indígenas, constatou várias irregularidades

Encontrou problemas nas áreas de saúde e infraestrutura. Na escola Cacique Vannkre, constataram as péssimas condições de conservação, higiene e de limpeza das instalações. A alimentação dos alunos é deficiente, havia gêneros alimentícios com prazo de validade vencido. Constatou-se ainda a carência de diversos medicamentos e de materiais curativos. Os ônibus do transporte escolar estão em péssimas condições, colocando em risco a vida dos alunos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *Procuradoria Regional da República em Chapecó- MPF*, 22/11/2013

SP 1 Caso – Vítimas: 6 Indígenas

2013

VÍTIMA: Homens

POVO: PANKARARU

TERRA INDÍGENA: PANKARARU

MUNICÍPIO: GUARULHOS

DESCRIÇÃO: Entre os trabalhadores aliciados nos estados do Nordeste, para trabalhar na ampliação do aeroporto de Guarulhos, realiza pela construtora OAS, havia seis indígenas. Conforme denúncia do Sindicato em Construção Civil ao Ministério do Trabalho, muitos contratados, por falta de espaço, dormiam na cozinha do alojamento ou embaixo de escadas. As condições eram degradantes, as casas a que foram destinados não possuíam móveis, nem colchões, fazendo com que muitos dormissem no chão. Além das péssimas instalações, foi identificado o tráfico de pessoas e a servidão por dívidas.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: *Repórter Brasil*, 25/09/2013

TO 2 Casos – Vítimas: 237 Indígenas

MARÇO/2013

VÍTIMA: Famílias

POVO: AVÁ-CANOEIRO

TERRA INDÍGENA: AVÁ-CANOEIRO

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Canoanã, Boto Velho

DESCRIÇÃO: Ao receberem da Funai as cestas básicas de alimentação, os indígenas constataram que os alimentos estavam vencidos e estragados. As cestas deveriam ser entregues mensalmente, uma por família, enquanto durasse o processo de demarcação da Terra Avá-Canoeiro. Mas há notícias de atrasos na entrega das cestas. A Funai alega não ter recursos financeiros e solicitou à Conab que as entregue aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação

FONTE: *Lideranças Avá-Canoeiro*, 03/2013; *Cimi Regional GO/TO*, 02/2014

22/05/2013

VÍTIMA: Comunidade de TO

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO II

MUNICÍPIO: NOVA AMÉRICA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade da Gleba II

DESCRIÇÃO: Há sete anos o povo Tapuia reivindica à Sesai a perfuração de um poço artesiano para a Gleba II para atender a três famílias que residem nessa região, pois a água consumida é a mesma que o gado bebe. No entanto, a Sesai nunca tomou providências para resolver o problema.

MEIO EMPREGADO: Água poluída

FONTE: *Lideranças do povo Tapuia*, 11/06/2013; *Cimi Regional GO/TO*, 02/2014

CAPÍTULO IV

Violência Contra os Povos Indígenas Isolados e de Pouco Contato

- 115 Povos Isolados:
territórios invadidos, vidas ameaçadas
- 117 Relação dos Povos Indígenas Isolados
no Brasil

Os povos isolados, para manterem a liberdade e a vida, fogem constantemente em busca de lugares mais inacessíveis, enquanto o projeto de Amazônia pensada a partir de fora, com o olhar da cobiça e da exploração, avança sobre os seus territórios

Arquivo Cimi



Nas últimas três décadas, vários povos indígenas isolados sofreram crime de genocídio na Amazônia, vítimas do avanço do agronegócio e da exploração madeireira

Povos Isolados: territórios invadidos, vidas ameaçadas

Equipe do Cimi de Apoio aos Povos Indígenas Isolados

Os grupos indígenas em situação de isolamento na Amazônia brasileira são, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em torno de 90. Na América Latina eles chegam a 137 grupos.

Segundo o coordenador geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Travassos, o Vale do Javari, localizado na região oeste do Amazonas, a 1.136 km de Manaus, possui a maior concentração de povos isolados que se tem conhecimento.

Os povos isolados, também chamados de povos livres, optam pelo isolamento e pela autonomia, evitando o contato com a civilização e as relações de dominação e violência que caracterizam as sociedades ocidentais. Para manter a liberdade e a vida, fogem constantemente em busca de lugares mais inacessíveis, enquanto o projeto de Amazônia pensada a partir de fora, com o olhar da cobiça e da exploração, avança sobre os seus territórios.

Esta opção normalmente está associada a experiências traumáticas de encontros, protagonizados ou não por eles, com os agentes das frentes econômicas das sociedades nacionais. Encontros marcados pela violência dos massacres, das epidemias, da invasão de seus territórios e da depredação de suas fontes de alimento e de seus referenciais simbólicos. Revela, por outro lado, uma enorme capacidade de luta e resistência desses povos, para manter, mesmo em situações muito adversas, a sua autonomia e para suprir suas necessidades materiais, espirituais e de vida em sociedade.

Nas últimas três décadas vários povos indígenas isolados sofreram crime de genocídio na Amazônia, vítimas do avanço do agronegócio e da exploração madeireira sobre suas terras. O desmatamento, a ocupação da terra pelo gado e os monocultivos são os responsáveis pelo desaparecimento dos vestígios da presença humana anteriormente verificada, assim como eliminaram as provas dos massacres praticados contra esses povos indígenas. O caso do último sobrevivente de um povo que vive isolado numa porção de mata no estado de Rondônia, que para se proteger dorme num buraco cavado na terra, é uma prova dessas atrocidades.

São muitas as situações em que as terras ocupadas até recentemente pelos povos isolados foram usurpadas. São os casos, por exemplo, do território tradicional do povo isolado Katawixi, no sul do estado do Amazonas, e da área ocupada pelo grupo indígena isolado conhecido como “Baixinhos”, na região de Aripuanã, no norte de Mato Grosso, que foram tomados por fazendas e assentamentos de colonos promovidos pelo governo. Outros povos isolados estão tendo seu território impactado pelas obras de infraestrutura, pela invasão madeireira, construção de estradas, linhas férreas, usinas de energia e pela exploração de minerais.

Os Avá-Canoeiro da Ilha do Bananal, que vivem no estado do Tocantins, serão impactados pela construção das estradas, TO-500 e TO-242, conhecidas como Transbananal e Transaraguaia, articuladas por políticos da região. O traçado das duas estradas corta a Terra Indígena da Ilha do Bananal e os territórios que são refúgio para os isolados. Desse modo, este grupo está cada vez mais ameaçado de extermínio. A presença dos Avá-Canoeiro na Ilha é ignorada completamente pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que não retira os invasores da terra já demarcada. Eles estão refugiados em pequenos espaços de terra, acudados pelos avanços dos diversos projetos na região. Outro fator que impacta a vida e o território dos Avá-Canoeiro é a invasão de pescadores, que se configura em uma ameaça à vida deles.

No Maranhão, os grupos Awá isolados perambulam por terras indígenas já demarcadas. Mesmo assim, estão ameaçados de extinção devido à permanente e incontrolável invasão e exploração ilegal de madeira nessas terras. A atividade madeireira também é uma ameaça na fronteira do Acre com o Peru, obrigando os povos isolados daquela região a disputar espaços territoriais com outros povos indígenas. Em Rondônia, o projeto de continuidade da construção da BR-421, na extensão do Parque Guajará Mirim, se efetivado, também impactará os povos em situação de isolamento.

Enfim, notadamente, a violência contra os povos indígenas não é algo do passado. Atualmente, são múltiplas as formas de violência e violações que perseguem os sobreviventes de povos que foram quase extermi-

nados. As situações mais desesperadoras acompanham o chamado Arco do Desmatamento, que vai do sul do estado do Amazonas ao Maranhão.

Nunca é demais lembrar que os grandes projetos da ditadura militar na Amazônia, como a construção das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí e as estradas Transamazônica, Belém-Brasília, BR-364, BR-174 e Perimetral Norte, quase dizimaram as populações dos povos Waimiri-Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, dentre outros, que estavam isolados na época, levando-os à beira do extermínio.

A volta dos megaprojetos governamentais na Amazônia implementados através da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para facilitar o acesso, uso e exploração dos recursos naturais da região, constitui-se em nova e assustadora ameaça à vida destes povos indígenas.

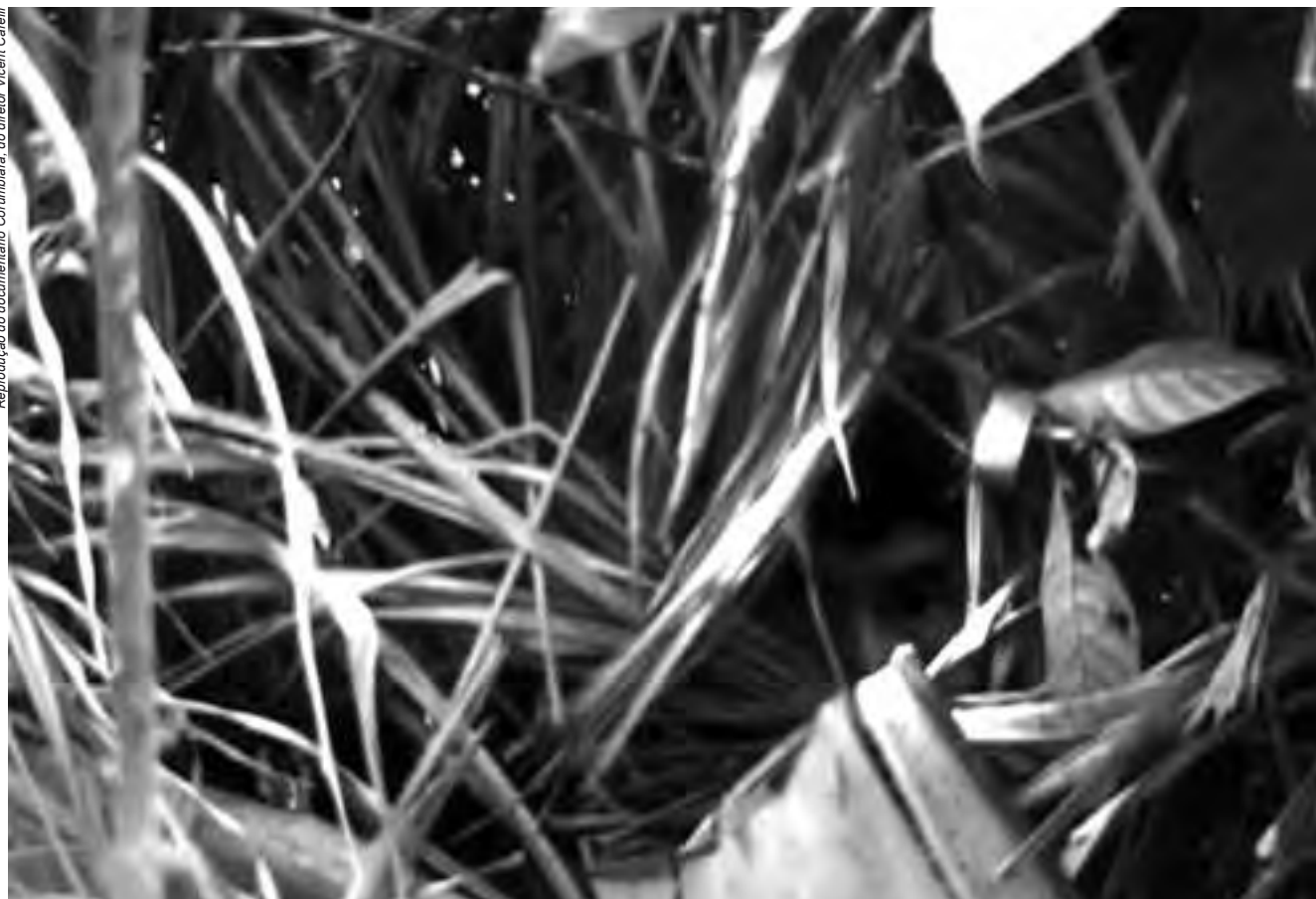
As licenças que autorizaram a construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, por exemplo, simplesmente ignoraram a presença de grupos indígenas isolados nas suas áreas de impacto. Do mesmo modo, as hidrelétricas projetadas para o Rio Tapajós impactarão indígenas isolados que transitam

na sua área de influência. Neste caso, novamente, o governo impõe à força um projeto sem ter os mínimos conhecimentos necessários para avaliar a extensão dos impactos sobre a vida destes povos.

Estes grupos são as maiores vítimas do “desenvolvimento” da Amazônia, que continua a ser feito através de um violento e silencioso processo de expropriação de terras dos povos tradicionais. Ironicamente, são justamente estes povos que sempre protegeram a floresta, já que dependem totalmente dela para a sua sobrevivência.

Neste contexto, os povos indígenas isolados optaram por adotar a fuga como estratégia de resistência e tentativa de garantir a própria vida. Infelizmente, além de serem ignorados pelos governos, nos diferentes níveis, e pela sociedade de modo geral, são os povos mais próximos do extermínio.

Desse modo, para desautorizar esta política da indiferença, o primeiro passo é contrapor-se à lógica perversa e imediatista do “desenvolvimento”, da exploração e da acumulação, que associa os povos indígenas ao passado. E, depois, apropriar-se do sentido do Bem Viver desses povos, que organizaram a sua relação com o meio ambiente com forte simbolismo religioso, reproduzindo a igualdade social, para assegurar a vida das gerações futuras. ■



Entre as palhas de uma maloca no meio da floresta é possível ver os olhos do provável último sobrevivente de seu povo, o chamado “índio do buraco”, que resiste a qualquer contato com a sociedade não indígena; ele vive na região de Corumbiara, no sul de Rondônia, palco de vários massacres de povos indígenas

Relação dos Povos Indígenas Isolados no Brasil

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
1.	Isolados do Rio Envira	Feijó e Jordão	AC	TI Kampa e isolados. Registrada	Frente Etno ambiental do Alto Envira – Funai. Comprovação por sobrevôos	Pressão de madeiras do Peru.
2.	Isolados do Alto Tarauacá	Jordão e Feijó	AC	TI Alto Tarauacá. Registrada	Relatórios da Funai e informações de indígenas Kaxinawá	Pressão de madeiras do Peru.
3.	Isolados do Xinane	Santa Rosa e Feijó	AC	TI Xinane. Delimitada	Cimi, Funai	Pressão de madeiras do Peru.
4.	Isolados na TI Mamoodate	Assis Brasil e Sena Madureira	AC	Dentro e fora da TI Mamoodate – (povos Manchineri e Jaminawa). Registrada	Cimi, Funai e indígenas Jaminawa e Manchineri	Parte está no Peru sem proteção. Área de influência da Rodovia Interoceânica e de concessões de exploração madeireira.
5.	Isolados do Rio Chandless	Manoel Urbano e Santa Rosa	AC	Sem providência	Indígenas Kulina, ribeirinhos e Cimi	Área de influência da Rodovia Interoceânica. Parque Estadual dentro da área tradicionalmente ocupada pelos índios.
6.	Isolados do Igarapé Tapada	Mâncio Lima	AC	Sem providência	Indígenas Nawa e Nukini, Cimi e Funai	Região sujeita à exploração de madeiras e garimpos do Peru e rota de narcotráfico. Parque Nacional Serra do Divisor.
7.	Isolados do Rio Inauini	Boca do Acre e Pauini	AM	Dentro e fora da TI Inauini/Teuini. Registrada	Indígenas, Funai e Cimi	Invasores extrativistas.
8.	Hi-Merimã	Tapauá	AM	TI Hi-Merimã. Registrada.	Cimi e Funai	Invasores extrativistas.
9.	Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi	Lábrea e Canutama	AM	Restrição de uso. Portaria da Funai Nº 215, de 3 de março de 2010	Cimi e Funai	Avanço da frente econômica do agronegócio através do desmatamento e da monocultura da soja, assentamento do Incra e ecoturismo.
10.	Isolados do Rio Itaparaná/Ipixuna	Tapauá e Canutama	AM	Sem providência	Cimi, ribeirinhos e Funai	Área de influência da BR 319. Vulneráveis à violência no contato com extrativistas.
11.	Isolados do Alto Rio Marmelos	Humaitá, Manicoré e Machadinho do Oeste	AM RO	Sem providência	Indígenas Tenharim e Cimi	Frente econômica do agronegócio através da monocultura da soja e PCH Tabajara/PAC2.
12.	Isolados do Kurekete	Lábrea	AM	Sem providência	Cimi e Indígenas Kaxarari	Invasão de fazendas e área de influência da rodovia BR 317.
13.	Isolados do Rio Ituxi	Lábrea		Sem providência	Cimi e indígenas Kaxarari	Invasão de fazendas, projeto de PCH.
14.	Isolados Igarapé Waranaçu	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
15.	Isolados do Rio Uauapés	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
16.	Isolados do Rio Curicuriari	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	Na TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
17.	Isolados do Igarapé do Natal	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Sem providências	Funai	
18.	Igarapé Bafuanã	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Sem providências	Funai	
19.	Isolados do Baixo Rio Cauaburi	Santa Izabel do Rio Negro	AM	TI Yanomami. Registrada	Funai	
20.	Isolados do Igarapé Joari	Tapauá	AM	Sem providências	Cimi	
21.	Isolados do Bararati	Apui, Sucurundi no AM e Cotriguaçu /MT	AM MT	Sem providência	Funai e Cimi	Exploração madeireira, garimpeira, fazendas e projetos de colonização.
22.	Isolados do Rio Pardo.	Apui e Colniza	AM MT	TI Kawahiva do Rio Pardo. Identificada. Contestações na Justiça	Cimi, Funai, Indígenas Arara e Cinta Larga e mateiros	Condomínio de fazendas, grilagem dentro da terra indígena, invasão de madeiros, garimpo próximo, Rodovia MT 206.
23.	Isolados do Rio Copaca/Uarini	Uarini	AM	Sem providência	Tuxaua da aldeia Miratu/ Cimi	Caçadores e pescadores, gasoduto Uruçu – Tefé-Carauri.
24.	Isolados do Rio Mataurá	Manicoré	AM	Dentro e fora da TI Pinatuba. Registrada	Indígenas da aldeia Tracuá/Cimi	Conflito com os indígenas Mura.

Relação dos Povos Indígenas Isolados no Brasil

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
25.	Isolados do alto Xerua	Itamarati	AM	TIs Deni e Kanamari do Rio Juruá. Registradas	Indígenas Kanamari e Deni/ Cimi	Conflito com indígenas Kanamari e Deni.
26.	Isolados do Igarapé Naua	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
27.	Isolados do Rio Branco/ Itaqui	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Indígenas do Vale do Javari, Civaja, Cimi, Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
28.	Isolados do Igarapé Urucubaca	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
29.	Isolados do Igarapé Alerta	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
30.	Isolados do Igarapé Inferno	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
31.	Isolados do Igarapé Lambança	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
32.	Isolados do Rio Pedra	Benjamim Constant, Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
33.	Isolados Rio Itui	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
34.	Isolados do Rio Quixito	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
35.	Isolados do Igarapé São Salvador	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
36.	Isolados do Igarapé Cravo	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
37.	Isolados do Igarapé Amburus	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
38.	Isolados do Igarapé Flecheiras	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
39.	Isolados do Rio Bóia	Jutaí e São Paulo de Olivença	AM	Sem providência	Funai	Garimpo, exploração madeireira.
40.	Rio Parauri	Barreirinha e Itaituba	AM PA	Sem providência	Funai	
41.	Isolados na TI Waiãpi.	Rio Muruturá	AP	TI Waiãpi. Registrada	Índios Waiãmpi e Funai	
42.	Isolados do Igarapé Água Branca na TI Caru	Bom Jardim e São João do Caru	MA	TI Caru. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, construção ilegal de estradas e desmatamento.
43.	Isolados Awá Guajá	Bom Jardim, Zé Doca, Centro Novo e São João do Caru	MA	TI Awá – Guajá. Homologada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, construção ilegal de estradas e desmatamento.
44.	Isolados na Rebio Gurupi	Centro do Guilherme, Centro Novo, Bom Jardim e São João do Caru	MA	Sem providência	ISA, indígenas Ka'apor	Invasão de madeiras, serraria, construção ilegal de estradas, desmatamento e mineração.
45.	Isolados dos rios Buriticupu, Lagoa do Marajá, Lagoa Sumaúma e Lagoa Buritizal, Lago do Meju, Lago do Patos na TI Araribóia	Amarante do Maranhão, Arame, Santa Luzia, Bom Jesus das Selvas e Buriticupu	MA	TI Arariboia. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras e caçadores, estradas ilegais, desmatamento e queimadas.
46.	Isolados da Serra da Desordem na TI Krikati	Montes Altos, Sitio Novo, Lajeado Novo	MA	TI Krikati. Homologada	Cimi e indígenas Krikati	Queimadas e invasão de madeiras.

Relação dos Povos Indígenas Isolados no Brasil

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
47.	Isolados do Igarapé Jararaca na TI Alto Turiaçu	Centro do Guilherme, Centro Novo e Zé Doca	MA	Na TI Alto Turiaçu. Registrada	Cimi e indígenas Ka'apor	Invasão de madeiras, serraria, estradas ilegais, desmatamento.
48.	Isolados do Igarapé Bandeira, Igarapé mão da onça e serra da desordem na TI Caru	Bom Jardim e São João do Caru	MA	Na TI Caru. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, estradas ilegais e desmatamento.
49.	Isolados Rio Moreru/Pacutinga	Cotriguaçu	MT	Dentro e fora da TI Escondido. Registrada	Cimi	Área de migração, assentamentos.
50.	Isolados Apiaká	Apiacás e Alta Floresta.	MT	GT da Funai	Cimi, Funai e indígenas Apiaká	Exploração madeira, grandes fazendas, projetos de construção de 7 hidrelétricas.
51.	Isolados Kawahib ou Piripikura do Rio Madeirinha	Colniza e Rondolândia	MT	GT da Funai	Cimi, Funai e Opan	Terra invadida por fazendas. Risco de extinção.
52.	Isolados do Pontal	Apiacás	MT	Sem providência	Funai	Exploração madeira, grandes fazendas.
53.	Isolados "Baixinhos" na TI Aripuanã.	Aripuanã	MT	Na TI Aripuanã. Registrada	Cimi, Funai e indígenas Cinta Larga e Arara	Massacrados no Rio Moacir e empurrados pelo projeto de assentamento Conselvan, refugiaram-se na TI Aripuanã. Sem terra demarcada a mercê dos agentes do agronegócio. Ameaçados de extinção.
54.	Isolados no norte da TI Zoró	Rondolândia e Colniza	MT	TI Zoró. Registrada	Cimi e indígenas Zoró	Exploração madeira e fazendas. Dentro e fora da terra indígena.
55.	Isolados do Rio Tenente Marques	Juina	MT	Parque Indígena do Aripuanã. Registrado	Cimi e Funai	Exploração madeira.
56.	Isolados do Rio Cabixi	Comodoro	MT	Sem providência	Cimi e indígenas Mamaindê	Exploração madeira, grandes fazendas.
57.	Isolados do Rio Iquê	Juína	MT	TI Enawenê Nawê Homologada	Funai	
58.	Isolados na TI Kaiapó	São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte	PA	TI Kaiapó. Registrada	ISA e Funai	
59.	Isolados próximos à TI Koatinemo	Altamira	PA	Sem providência	Cimi	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu.
60.	Isolados na TI Menkranoti no Rio Iriri Novo.	Altamira, S. Félix do Xingu, Peixoto de Azevedo e Matupá	PA	TI Menkranoti. Registrada	ISA e Funai	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu.
61.	Isolados no Parque Indígena Tumucumaque	Óbidos	PA	Parque Indígena Tumucumaque	ISA e Funai	
62.	Isolados na TI Xicrim do Cateté	Marabá	PA	TI Xicrim do Cateté. Registrada	Cimi e ISA	
63.	Isolados da Serra do Cachimbo		PA	Sem providência	Funai	
64.	Isolados da cabeceira do Rio Mapuera	Oriximiná	PA	Sem providência	Cimi, Funai	
65.	Isolados do médio Rio Cachorrinho	Oriximiná	PA	Sem providência	Cimi, Funai	
66.	Isolados na TI Bacajá	Altamira	PA	TI Bacajá. Registrada	Índios, Cimi	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu
67.	Isolados do Riozinho do Anfriso	Altamira	PA	Sem providência	Cimi e Funai	Exploração madeira, grilagem de terra.
68.	Isolados do Rio Cuminapanema	Óbidos	PA	Sem providência	Cimi e Funai	
69.	Isolados do Rio Mapari	Oriximiná, Óbidos, Almeirin e Alenquer	PA	Limites do Parque Indígena do Tumucumaque	Funai	
70.	Isolados do Alto Rio Ipitanga	Almeirin, Monte Alegre e Alenquer	PA	Limites da TI Rio Paru d'Este	Cimi e Funai	
71.	Isolados do Rio Tanauru – índios do buraco	Chupinguaia	RO	Portaria de restrição n. 1.283 (DOU - 30.10.2009)	Cimi e Funai	Terra invadida por fazendas. Risco de extinção.
72.	Isolados do Pântano do Rio Guaporé	Pimenteiras	RO	Sem providência	Cimi e colonos	Sobreposição do Parque Estadual do Curumbiara. Ameaçados com o avanço do desmatamento e das fazendas.

Relação dos Povos Indígenas Isolados no Brasil

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
73.	Isolados "Sirionó" – Rio Simão	Alta Floresta do Oeste	RO	TI Massaco. Registrada	Cimi e Funai	Sobreposição Rebio Guaporé.
74.	Isolados da Serra da Onça (Jururei)	Alvorada do Oeste e Urupá.	RO	Sem providência administrativa. Decisão judicial determinando sua demarcação	Cimi e Funai	Invasão de colonos e fazendeiros. Empurrados para dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau. Rodovia BR 429.
75.	Isolados Yraparaquara	Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Guajará Mirim	RO	TI Uru-eu-wau-wau. Registrada	Cimi e Funai	Exploração madeireira próximo da TI.
76.	Isolados da Serra da Cotia	Guajará Mirim	RO	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Tupari	Garimpo próximo. Unidades de Proteção Ambiental.
77.	Isolados do Rio Novo e Cachoeira do Rio Pacas Novas	Guajará Mirim	RO	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Oro Wari	Resex Pacas Novas.
78.	Isolados do Parque Estadual Guajará Mirim	Guajará Mirim e Nova Mamoré	RO	Sem providência	Cimi e indígena Oro Wari	Rota de tráfico, exploração madeireira, Rodovia BR 421.
79.	Isolados do Rio Mutum	Nova Mamoré e Porto Velho	RO	Sem providência	Cimi, Cunpir	Grilagem de terras públicas na região.
80.	Isolados no Parque Nacional do Bom Futuro	Porto Velho e Buritis	RO	Sem providência	Cimi, Funai e indígenas Karitiana	Grilagem de terras públicas na região. Exploração madeireira e garimpo.
81.	Isolados do Rio Formoso e Jaci – Paraná	Nova Mamoré, Buriti e Campo Novo	RO	Sem providência	Cimi e índios Pacas Novas e Cunpir	Invasão de fazendeiros.
82.	Isolados do Igarapé Karipuninha	Porto Velho e Lábrea	RO AM	Sem providência	Cimi e Funai	Hidrelétrica do Rio Madeira do Jirau e agronegócio.
83.	Isolados do Rio Jacundá	Cujubim, Itapuã, Candeias do Jamari e Porto Velho	RO	Sem providência	Cimi e Funai	Exploração madeireira próxima.
84.	Isolados na Rebio Jarú	Ji-Paraná	RO	Sem providência	Cimi e indígenas Gavião e Arara	Fazendeiros e madeireiros e sobreposição Rebio Jarú.
85.	Isolados alto Rio Alalaú	São Sebastião do Uatumã e São João da Baliza	AM RR	TI Waimiri/Atroari. Registrada	Funai	
86.	Isolados do Monte Caburá	Uiramutã	RR	TI Raposa Serra do Sol. Registrada	Indígenas Ingaricó	
87.	Isolados da Serra da Estrutura	Mucajaí	RR	TI Yanomami. Registrada	Funai	
88.	Isolados do Alto Rio Jatapu	Caroebe	RR	Sem providências	Funai	
89.	Isolados na TI Inãwébohona	Pium e Lagoa da Confusão	TO	TI Inãwébohona. Homologada	Indígenas Karajá e Javaé/Cimi	Podem ser afetados por projetos de desenvolvimento na região, sobretudo pelo projeto de construção da Rodovia TO 242 cortando o Parque Indígena do Araguaia. Sobreposição do Parque Nacional do Araguaia.
90.	Isolados de Minaçu (Avá Canoeiro)	Minaçu	GO	Sem providência	Funai	

A N E X O



122 Resumo da violência contra os Povos
Indígenas no Brasil

RESUMO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS

Capítulo I – Violência contra o patrimônio

UF	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e	Omissão e morosidade na regularização de terras	TOTAL DE CASOS
AM		4	3	7
BA		1	1	2
CE	1		1	2
MA		6		6
MG			1	1
MS	4	3	1	8
MT		6	4	10
PA		5	1	6
PB		1		1
PE			4	4
PI			1	1
PR		1	1	2
RO		4	1	5
RR		1		1
RS	4		20	24
SC	1	2	10	13
SP			1	1
TO		2	1	3
TOTAL	10	36	51	97

Capítulo II – Violência contra a pessoa

UF	Abuso de poder	Ameaça de morte	Ameaças várias	Assassinato	Homicídio culposo	Lesões corporais dolosas	Racismo e discriminação étnico culturais	Tentativa de assassinato	Violência sexual	Total de vítimas
AC								3	1	4
AL	-						3.500			3.500
AM		1		1			*	1	1	4**
AP							*			*
BA				4			*	3		7**
DF							*			*
MA						1		1		2
MG							*	1		1**
MS		3	*	33	6	3	33*	314*	5	397**
MT			*				80*	1	*	81**
PA				2						2
PE		3		1			*			4**
PR			*	2	3	4	*		3	12**
RJ							1			1
RO	6		4				3*			13**
RR				6			*	1		7**
RS				1	1		*	2		4**
SC			1							1
SP			*					*		*
TO		7	30	3	3		1*	1		45**
TOTAL	6	14	35**	53	13	8	3.618**	328**	10**	4.085**

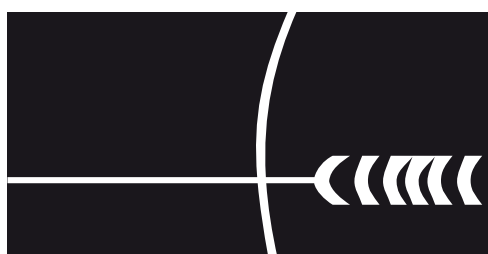
INDÍGENAS NO BRASIL – Dados de 2013

Capítulo III – Violência por omissão do poder público

UF	Desassistência geral	Desassistência na área de educação escolar indígena	Desassistência na área de saúde	Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	Mortalidade infantil	Morte por desassistência à saúde	Suicídio	Total de vítimas
AC	*		1	*				1**
AL		*	250					250**
AM	*	*	82**		2	3		87**
BA		*	*					*
GO		222	1					223
MA	*	*	*		1	1		2**
MS	1.500	*	51**				50	1.601**
MT	80	*	*	*				80**
PA	*		*		2			2**
PB			*					*
PE		*						*
PR	1.439**		*				3	1.442**
RJ	18							18
RO	*		5*					5**
RR	*	*	33**			2		35**
RS	519**	*						519**
SC	27**	*						27**
SP	6		*					6**
TO	237	245	14**	3.215	1	1	3	3.716**
TOTAL	3.826**	467**	437**	3.215**	6	7	56	8.014**

* Comunidades e/ou povos inteiros foram violentados. Não há dados precisos do total de vítimas.

** Além do número de vítimas expresso nas tabelas, comunidades e/ou povos inteiros também foram violentados.



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

ENDEREÇO

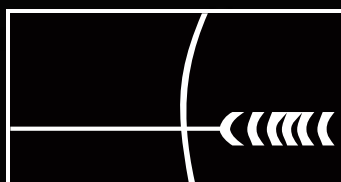
SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

APOIO



EMBAIXADA DA NORUEGA



adveniat

für die Menschen
in Lateinamerika